

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA  
MESTRADO EM SOCIOLOGIA

Lucas Hertzog

ABANDONO SOCIAL E CONSUMO DE CRACK:  
Um ensaio sobre o *milieu* dos abandonados em Porto Alegre

Porto Alegre  
2015

Lucas Hertzog

ABANDONO SOCIAL E CONSUMO DE CRACK:

Um ensaio sobre o *milieu* dos abandonados em Porto Alegre

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientadora: Profa. Dra. Raquel Andrade Weiss

Porto Alegre  
2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor: Carlos Alexandre Netto

Vice-Reitor: Rui Vicente Oppermann

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Diretora: Soraya Maria Vargas Cortes

Vice-Diretora: Maria Izabel Saraiva Noll

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Coordenadora: Clarissa Eckert Baeta Neves

Vice-Coordenadora: Marilis Lemos de Almeida

#### CIP - Catalogação na Publicação

Hertzog, Lucas

ABANDONO SOCIAL E CONSUMO DE CRACK: Um ensaio sobre o milieo dos abandonados em Porto Alegre / Lucas Hertzog. -- 2015.

119 f.

Orientadora: Raquel Andrade Weiss.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Porto Alegre, BR-RS, 2015.

1. Crack. 2. Abandono. 3. Milieu.  
4. Disposições. 5. Desigualdades sociais.  
I. Andrade Weiss, Raquel, orient. II. Título.

Lucas Hertzog

ABANDONO SOCIAL E CONSUMO DE CRACK:  
Um ensaio sobre o *milieu* dos abandonados em Porto Alegre

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

---

Orientadora: Profa. Dra. Raquel Andrade Weiss

Aprovado em: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Banca Examinadora

Profa. Dra. Fabiola Rohden - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

---

Prof. Dr. Fernando Coutinho Cotanda – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

---

Prof. Dr. Roberto Dutra Torres Junior - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF) \_\_\_\_\_

*Para Aurora*

## AGRADECIMENTOS

Diversas pessoas e instituições tiveram grande parcela de contribuição para que eu pudesse realizar esse trabalho durante o curso de mestrado. A todos, meus sinceros agradecimentos. Encontrei parcerias que promoveram o reconhecimento contínuo de ideias e propostas científicas que apresentei. Agradeço à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) e ao Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS), seus professores e técnicos; à coordenação do Programa de Pós-graduação em Sociologia e sua secretaria; e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro durante parte da pesquisa.

Fundamental mencionar o apoio da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD) do Ministério da Justiça (MJ), durante a participação no projeto “A gênese do crack”. Ao professor Jessé Souza pelo convite para integrar o grupo e a todos os seus quase 30 integrantes. Pude experimentar um espaço singular de reflexividade pelas profundas e constantes discussões com todos os participantes. Esse aprendizado dialógico coletivo mostrou-se como a maneira mais interessante de enfrentar os problemas de ordem empírica e teórica com os quais nos deparamos. Agradeço à Mariana Garcia e ao Marcelo Mayora pelo convívio e aprendizado durante as incursões em campo e também por terem cedido diversas entrevistas. Também agradeço aos colegas que comentaram alguns dos textos presentes nessa dissertação, suas críticas e sugestões foram fundamentais.

À professora Raquel Weiss pelo período de orientação que iniciou-se em 2011, suas diversas críticas, sugestões, comentários e pelo elevado grau de confiança e liberdade. Aos membros da banca que gentilmente aceitaram o convite para a participação da defesa, Fabíola Rohden, Fernando Cotanda e Roberto Dutra.

Aos meus amigos e familiares pelo convívio e suporte incondicional. À minha amiga Letícia Angheben pela revisão, correção e normatização do trabalho.

À minha esposa, companheira de todos os momentos e melhor amiga Tainã, pelo prazer existencial proporcionado pela vida ao teu lado e pelas incontáveis trocas de ideias e experiências. Que a nossa filha que está por vir encontre tempos mais solidários e que a realidade trazida nesse trabalho retrate águas passadas de situações superadas pela nossa sociedade.

## RESUMO

O tema central desta dissertação é a discussão sobre a origem social dos usuários de crack, a quem chamaremos aqui de *abandonados*. Defendemos a *tese do abandono social* como proposta alternativa na compreensão do consumo de crack nas metrópoles periféricas. Conduzimos um estudo qualitativo na cidade de Porto Alegre/Brasil, utilizando o método da análise de narrativas e reconstrução das histórias de vida (ROSENTHAL, 1993). Entrevistamos homens e mulheres em situação de desfavorecimento social e histórico de consumo de substâncias. Os dados analisados consistiram em textos transcritos de uma série de entrevistas narrativas biográficas, bem como entrevistas com agentes institucionais ligados aos abandonados. Partimos das recentes discussões no âmbito da sociologia sobre trabalho e desigualdades sociais (CASTEL, 1998, 2000), classes sociais no Brasil e teorias da modernização (SOUZA, 2000, 2009), bem como os debates da filosofia política sobre a teoria do reconhecimento (FRASER; HONNETH, 2003). Evidenciamos através da pesquisa empírica que o consumo de crack está intimamente relacionado a condições sociais de produção e reprodução de papéis sociais, distribuídos diferencialmente entre classes, sendo a “questão do crack”, como posta no desenvolvimento atual, essencialmente uma questão social. Discutimos o conceito de *milieux* sociais como ferramenta analítica para compreensão de uma variedade de performances de classe no uso de crack por grupos diversos. Sobre a diferença da experiência entre homens e mulheres, discutimos sobre os padrões impeditivos no acesso a bens culturais e a potencialidade para os movimentos sociais articularem uma gramática para a superação do abandono nas lutas político identitárias de gênero.

**Palavras-chave:** Crack. Abandono. Milieu. Disposições. Desigualdades sociais.

## ABSTRACT

This thesis focuses on the discussions of the social origins of crack-cocaine users, whom we call *abandoned*. We defend the *social abandonment thesis* as an alternative proposal to understand the recent phenomenon of widespread crack-cocaine consumption in Brazilian cities. We conducted a qualitative study in Porto Alegre / Brazil, using narrative analysis method and reconstruction of life stories (Rosenthal, 1993). Men and women in situations of social disadvantage and history of substance abuse were interviewed. The data analyzed consisted of transcribed texts of a series of biographical narrative interviews as well as interviews with institutional agents linked to the abandoned. Our theoretical framework was the recent sociology of work and social inequalities discussions (CASTEL, 1998, 2000), social classes in Brazil and modernization theories (SOUZA, 2000, 2009), as well as discussions of political philosophy focusing the recognition theory (FRASER; HONNETH, 2003). We demonstrated through empirical research data that crack-cocaine consumption is closely related to social conditions of production and reproduction of social roles, differentially distributed between classes, and the "crack issue" is essentially a social issue as put in the current development. We brought into discussion the *milieux* concept as analytical tool to understand a variety of class performances and different uses of crack-cocaine between various groups. Regarding the difference of experience between men and women, we reflect upon impeditive standards on access to cultural goods and the potential for social movements to articulate a grammar to overcome the abandonment through political identity struggles of gender.

**Keywords:** Crack-cocaine. Abandonment. Milieu. Dispositions. Social inequalities.



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO I: Por uma sociologia dos usos de crack.....	16
1.1    Introdução aos marcos teórico-metodológicos da dissertação.....	16
1.2    Percursos da pesquisa e a inserção em campo.....	24
1.3    Tratamento dos dados.....	28
1.4    Macro contexto e agência.....	30
1.5    Micro contexto e o senso comum.....	34
1.6    Sobre a construção do objeto sociológico.....	42
1.7    Objetivos.....	48
1.8    Hipóteses de partida.....	51
CAPÍTULO II: O fracasso da filiação social na metrópole periférica.....	53
2.1    O abandonado como tipo social.....	53
2.2    O encontro permanente com o fracasso.....	54
2.3    Quadro socializador e desencontros no tempo.....	57
2.4    Orientação dos desejos e as esferas do cotidiano.....	62
2.5    Ambiguidade institucional: entre promoção e rebaixamento.....	65
2.6    Sobre migração e abandono rural na cidade grande.....	68
2.7    Sociações de abandonados e performances de classe no consumo de drogas.....	72
CAPÍTULO III: Elementos de gênero na reprodução do abandono.....	77
3.1    Reconhecimento de gênero e narrativas da luta política.....	77
3.2    Padrões impeditivos no acesso a bens culturais e simbólicos.....	78
3.3    Tensões e conflitos no relacionamentos entre pares.....	86
3.4    Política identitária e o debate do reconhecimento.....	93
3.5    Performance e transformação social.....	97
3.6    Políticas identitárias e a superação do abandono.....	101
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	103
REFERÊNCIAS.....	112
ANEXO I – Roteiro de entrevista ( <i>milieux</i> abandonados).....	117
ANEXO II – Roteiro de entrevista (agentes institucionais e profissionais).....	119

## INTRODUÇÃO

O tema central desta dissertação é a discussão sobre a origem social dos usuários de crack, que, segundo nossa hipótese, vinculam-se a um *milieu* social que denominaremos *abandonados*. Os *milieux*, ou "ambientes", referem-se às condições sociais, tais como normas, leis, relações econômicas e políticas, às quais são expostas uma pessoa ou um grupo social. Propomos a ideia de que o grupo de “usuários de crack” que constitui o problema central discutido nas esferas pública e política, é justamente um usuário que para além de suas relações de classe, estabelece relações entre grupos, indivíduos com trajetórias e destinos semelhantes: o que claramente nos possibilita perceber um *milieu*, em que as trajetórias de abandono (afetiva e institucional) são o elo primordial entre seus integrantes.

Propomos articular duas discussões indispensáveis para os nossos objetivos: sobre os processos complexos de formação identitária e sobre as especificidades das patologias sociais na configuração social brasileira contemporânea. Estamos convencidos de que a questão mais significativa em relação ao abuso de drogas nas grandes metrópoles brasileiras pode ser melhor esclarecida se investigarmos as chances de integração social dos atores, através dos relacionamentos (institucionais e entre pares), seus efeitos em termos de reconhecimento intersubjetivo e o processo de aquisição de uma posição social valiosa. Nosso argumento vai no sentido de buscar explicações para a ação humana em relação aos estímulos sociais que determinados ambientes proporcionam, trabalhando com a hipótese de que a situação de abandono é um elemento comum na experiência de grupos e *milieux* sociais marginalizados. Desejamos apresentar uma alternativa ao debate seguindo estudos das Ciências Sociais que têm buscado explicações inovadoras para o “problema das drogas”, que tem muitas vezes se pautado sobre o entendimento individualizado da prática de consumo de crack. Temos consciência da necessidade de complementação e correção das ideias aqui propostas e pretendemos estabelecer com nosso leitor um aprendizado dialógico que permita fazer desta dissertação um espaço de experimentação científica, assumindo as liberdades e os riscos de uma tentativa ensaística.

Apelidar nosso grupo de entrevistados de “abandonados” não tem o propósito de humilhar e estigmatizar indivíduos que já sofrem as consequências de rotulações diversas. É precisamente chamar a atenção dos leitores sobre situações e meios sociais que distinguem sujeitos no interior de uma classe social. A fragilidade dos abandonados está fundamentada na escassez de amparos e cuidados, especialmente na esfera familiar e no que podemos chamar de uma esfera “política”, a articulação da “pessoa social” com instituições de justiça, saúde,

educação etc. Nesse sentido percebemos a pluralidade dos atores entrevistados, que ora podem encontrar-se nessa “zona” do abandono, ora podem articular mecanismos de proteção à pessoa social que de certa forma “suavizam” a perturbação identitária e subjetiva cotidiana (como vínculos afetivos em certos períodos de tempo relacionados a alguma atividade, um trabalho sazonal etc.). Entretanto, esta pluralidade do ator em si e nas situações que experiencia é constrangida por fatores externos, desde elementos familiares a conjunturas institucionais que tendencialmente tem apresentado acúmulos de desfavorecimento às camadas marginalizadas da população, que não apenas “sobram” do mercado de trabalho, mas “sobram” do conjunto de indivíduos que podem ser reconhecidos por suas lutas políticas na esfera pública.

O que alguns sociólogos percebem como uma “zona de vulnerabilidade” no capitalismo periférico, é em nosso entendimento uma zona do espaço social que transita nas classes precarizadas como a ralé brasileira, mas que pode em determinadas circunstâncias se estender a indivíduos de classes sociais mais privilegiadas. O pertencimento ao *milieu* social dos abandonados se estabelece pela fragilidade de laços que se prestam à proteção da pessoa social e que podem ser verificados nas mais diversas classes sociais (sendo tendencialmente estruturais ou conjunturais de acordo com o pertencimento de classe). Assim, não são abandonados apenas os usuários de crack ou usuários de crack em certas situações sociais. Os abandonados são indivíduos em certas situações sociais de extrema precariedade e vulnerabilidade, cujos laços familiares e institucionais são etéreos. O tipo social, nesse sentido, deve ser percebido em relação a conjunturas sociais, em que há forte tendência a omissões e acúmulo de desvantagens. Assim, mesmo que o abandono social atinja maiores parcelas das populações marginalizadas e pauperizada, podemos encontrar situações de abandono em narrativas de indivíduos de outros estratos sociais.

As interpretações dominantes dos brasileiros sobre os usuários de crack têm criado dificuldades na superação de problemas que sequer são percebidos como da ordem da injustiça social e das desigualdades sociais, o que nos estimula a buscar caminhos alternativos para explicação de um fenômeno complexo, diversificado e que tem sido cada vez mais presente nas discussões das esferas pública e política. Segundo essa interpretação dominante, o consumo de crack é analisado segundo questões psicológicas, predisposições genéticas, desvios comportamentais e morais-religiosos. Também percebemos uma tendência a criminalizar as práticas de consumo, num perigoso caminho argumentativo que tenta estabelecer vínculos entre consumidores de crack e violência urbana. A grande mídia tem se esforçado em disseminar no senso comum o vínculo entre crack e crime, como se fossem dois lados de uma mesma moeda.

Inserimo-nos neste debate com uma proposta intelectual de levantar argumentos necessários para que compreendamos o complexo fenômeno das desigualdades sociais na modernidade periférica e estamos cientes de propormos um recorte específico de uma vasta realidade. Nas últimas décadas o Brasil passou por transformações que animaram a dinâmica de classes e alteraram algumas possibilidades de ascensão e mobilidade, o que não vem ocorrendo com as parcelas de abandonados que apresentam certa inércia nesse movimento nacional. Se houve nos últimos anos uma intensa promoção de inclusão social, em que milhões de pessoas passaram a acessar bens de consumo antes indisponíveis a seus estratos de classe, isso não se evidenciou na parte de baixo da hierarquia social. Mais do que o acesso a um patamar de renda, percebemos a concentração em relação a bens simbólicos escassos, que acabam por definir o valor e o papel da pessoa social em termos de “mais” e “menos”.

A *tese do abandono social*, que propomos aos nossos leitores como uma ferramenta de análise alternativa ao problema, vai no sentido de tensionar essa questão em outra direção. Conduzimos uma pesquisa empírica com abandonados que já haviam consumido crack ou que ainda pautavam seus cotidianos sob a lógica do consumo, e percebemos que tais práticas não são a fonte primordial em termos identitários e existenciais. Percebemos nas narrativas de suas trajetórias elementos convincentes para que buscássemos explicações dentro da ordem social para suas realidades e práticas cotidianas (pautadas sob lógicas e políticas de ingestão de substâncias diversas). Aqui é de extrema importância que não caiamos em determinismos socioculturais. O ambiente social é fundamental para que compreendamos as condições sociais de reprodução de comportamentos e práticas, já que o contexto em que nossos entrevistados estão inseridos alteram profundamente suas chances e alternativas. Todavia, este ambiente não determina em última instância as possibilidades de ação, já que a grande maioria dos abandonados não possui trajetórias de uso problemático de crack. Se não possuímos no argumento sociológico as ferramentas necessárias para explicar as motivações mais profundas e enraizadas do comportamento humano, é de fundamental monta que compreendamos os fatores que sucessivamente constroem a agência humana.

Trazemos essa tese alternativa em relação a teorias sociais que nos auxiliaram a perceber uma realidade múltipla e buscamos o constante diálogo com seus pressupostos que remontaram nosso conjunto de “princípios de visão”. De um lado articulamos discussões de recentes e estimulantes etnografias que buscam compreender os universos sociais dos usuários de drogas, especialmente em contextos urbanos pela formação de diversos “circuitos”. Estas investigações nos informaram sobre contextos e conformações em que “culturas das drogas” orientam

algumas das práticas dos agentes. De outro lado trazemos alguns debates sobre o macro contexto, em relação a estruturas do capitalismo periférico e configurações da ordem social moderna que têm historicamente reproduzido ambientes e práticas sociais excludentes.

Essa proposta pode auxiliar-nos a perceber o que frequentemente é *fragmentado* nas tentativas de “leitura” de uma realidade complexa. O abandonado, nessa orientação à fragmentação, é tomado por categorias unidimensionais, estigmatizantes e que incidem nas tentativas de inserção social, e isso fica evidente para qualquer leitor de boa vontade. É só lermos jornais, revistas e até mesmo estudos científicos, para que encontremos tais categorias: “usuário”, “doente”, “drogado”, “bandido”, “vagabundo” etc. Sugerimos ao leitor que faça um questionamento simples, que pode clarificar esse argumento: como você se definiria? Quais seriam as categorias fundamentais que exprimiriam a totalidade de sua intimidade e complexidade histórica?

Fica evidente que qualquer tentativa de categorizar é, no mínimo, reducionista. Mesmo que encontremos alguns elementos de destaque na construção de nossa identidade pessoal, é difícil que definamos sinteticamente nossa pluralidade e complexidade. Nesse sentido, o abandonado como um tipo social se relaciona não a uma categoria, ou uma forma de pertencimento estanque; ele se relaciona ao abandono, uma ação social compartilhada e verificada no contexto em que trabalhamos. Para além do abandonado, o abandono social é entendido proceduralmente, através de narrativas e ações do corpo social que produzem um tipo específico de relacionamento interpessoal e institucional.

O estudo da realidade empírica com que nos deparamos suscita profundas discussões políticas em relação à superação de questões de injustiça social. As zonas e situações de abandono são questões que demandam claramente por alterações institucionais e que instruem o pesquisador a se questionar sobre mecanismos necessários à transformação social. A sociologia, nesse sentido, auxilia-nos na compreensão da realidade social como ela é, mas não exclui a possibilidade de pensarmos em como ela “poderia” ser. O consumo de crack por expressivas parcelas da população parece ser um grande sintoma da necessidade e urgência destas profundas transformações da ordem social. Concordamos que tais mudanças podem ser articuladas nas narrativas dos movimentos sociais e assim incluídas na esfera política. Entretanto, acreditamos que qualquer alteração do social deva ser normativa e teoricamente orientada e elaboradas por práticas institucionais inovadoras, já que as transformações sociais pela via contestatória tem apresentado tímidos resultados na nossa democracia seletiva.

Nesse sentido, as discussões da filosofia política são fundamentais para que compreendamos a realidade dos abandonados em um “espectro de sofrimento” que vai para além do escopo de desenvolvimento atual dos movimentos sociais. O desrespeito a agentes em determinadas posições sociais de desvalor e situações constantes de reconhecimento recusado, só podem ser superados no momento em que se articulem gramáticas para a luta política, que sirvam ao propósito de discutir a realidade empírica para além do reducionismo e da fragmentação. Além de percebermos o abandonado como um tipo social encontrado em certos *milieux*, também evidenciamos que a fragmentação da percepção de situações e condições de abandono traz obstáculos amparados em preconceitos e nas formas “caricatas” de percepção da realidade. O combate às formações arquetípicas caminham lado a lado com nossas tentativas de desmistificação e proposições alternativas no campo da teoria.

Estamos conscientes que tais propostas de análise enfrentam desafios múltiplos, como uma crescente ideologia do individualismo como valor ocidental central. O individualismo como um valor faz com que propostas de entendimento para além do “indivíduo” sejam estereotipadas como tentativas “comunistas” e politicamente ultrapassadas. A lógica neoliberal é instruída por tais valores e combate veementemente quaisquer propostas que onerem o Estado, e conseqüentemente o cidadão “pagador de impostos”, nas tentativas de inclusão social de populações que estariam simplesmente “colhendo” o que “plantaram” no passado. Mesmo que uma “econometria” dos custos da exclusão social pudesse evidenciar a irracionalidade de abandonar indivíduos ao “seu próprio azar”, estamos conscientes de que qualquer tentativa de explicação de problemas na ordem do social se debaterá com a ferocidade ideológica dominante.

Para que possamos complexificar a “questão das drogas” (ou a “questão do crack”) e mais especificamente a situação de abandono que circunscreve as práticas de ingestão de substâncias psicoativas, trazemos ao nosso leitor a proposta de uma *sociologia dos usos do crack*. No primeiro capítulo, introduziremos os marcos teórico-metodológicos para embasarmos nossa proposta, no escopo das teorias da estratificação social e das desigualdades sociais, em especial para discussão sobre a realidade periférica e reprodução de populações abandonadas. Primeiramente, propomos um diálogo com teorias de classes e teorias das desigualdades sociais; buscamos elementos da teoria da modernização de Jessé Souza, as questões de filiação social e transformações no mundo do trabalho desenvolvidas por Robert Castel, bem como propomos a realização de uma *hermenêutica das disposições*, à luz das discussões trazidas por Pierre Bourdieu e Bernard Lahire. Ainda no primeiro capítulo expomos

alguns elementos autorais sobre o percurso do tema nas pesquisas do autor, as metodologias utilizadas para a condução da pesquisa, seguidos por um debate sobre objeto, objetivos e nossas hipóteses.

No segundo capítulo convidamos o leitor a adentrar na história de vida de um de nossos entrevistados. O entrevistado transita entre situações de maiores e menores chances de integração, auxiliando-nos a perceber a fluidez da proteção social na vida de um abandonado. O consumo de crack em sua trajetória é apenas um elemento que compõem um histórico de depreciação e dificuldades de integração social, o que nos estimula a perceber o abandono e não o crack como o componente central de sua trajetória. A tentativa constante é que tragamos nesse capítulo o material empírico em sua forma mais direta e de fácil compreensão a qualquer leitor de boa vontade, propondo constantemente um diálogo com as mais interessantes teorias sociológicas sobre a formação da pessoal social. Buscamos nas narrativas do entrevistado elementos para entendermos os graves problemas de desfiliação social, tão presentes nas metrópoles periféricas contemporâneas.

No terceiro e último capítulo discutimos os elementos de gênero na reprodução do abandono social, relacionando nossos exemplos empíricos com uma discussão teórica sobre as políticas identitárias. Nosso propósito é perceber as possibilidades de transformação nas configurações sociais vivenciadas no cotidiano de mulheres com histórico de desfavorecimento social (como o não reconhecimento na divisão social do trabalho, narrativas de violência, situações de abandono e consumo de crack). Argumentamos à luz do debate sobre reconhecimento social que a distribuição de recursos escassos nesse contexto pode ser articulada nos movimentos sociais das políticas identitárias de gênero, que tem se apresentado como um campo de articulação para a demandas paritárias vitais à superação do abandono.

## **CAPÍTULO I: Por uma sociologia dos usos de crack**

### **1.1 Introdução aos marcos teórico-metodológicos da dissertação**

O acesso à realidade dos nossos entrevistados e a busca por novas categorias gerais de entendimento em relação ao comportamento diferencial, demandou-nos um amplo treinamento teórico e metodológico, que teve por consequência a adoção de uma prática científica que pensamos ser necessária à condução da pesquisa sociológica. Não queremos nesta seção conduzir o leitor pelos argumentos teóricos com os quais nos deparamos, e que sustentam nossa investigação, como uma revisão teórica no sentido mais formal do termo - percebemos até mesmo que estas provocações são mais no sentido de uma construção metodológica do que uma retomada teórico-conceitual. Queremos sim, trazer algumas ideias que remontaram dramaticamente nossos princípios de visão e pelos quais formatamos nosso empreendimento analítico. Ou seja, traremos aqui alguns recursos metodológicos teoricamente orientados, que nos foram passados pelos autores, e que ampliaram nossa perspectiva sobre o objeto.

Uma dessas ideias diz respeito à constituição do Brasil enquanto um país moderno e o estabelecimento de elos históricos com nossas instituições definidoras desde a chegada dos europeus. Se nos propomos neste trabalho compreender a construção social de um tipo social, ou seja, os vínculos pessoais e impessoais que estabelecem a noção do “indivíduo”, devemos buscar elementos compreensivos que remontem a nossa concepção de um ideário nacional como Estado-nação e que formatam as possibilidades de emergência desse indivíduo. Essa contextualização sócio histórica é fundamental para que possamos compreender o papel relegado aos párias urbanos e rurais e, para além disso, explorarmos os valores que amparam práticas de exclusão, ou o que Wanderley Guilherme dos Santos chamou de uma “cidadania regulada” (SANTOS, 1998).

Jessé Souza propõe que percebamos o Brasil moderno, e em sua passagem à modernidade, pelo dilema do que chama de uma “modernização seletiva” (SOUZA, 2000). O autor percebe no conceito de Wanderley Guilherme dos Santos a interessante noção da seletividade. Aqui não houve apenas um processo radicalizante de exclusão de todos os cidadãos. Houve sim, processos seletivos, pelos quais alguns indivíduos, por circunstâncias fortuitas, ascenderam socialmente. Para que possamos entender o argumento do autor, traremos



dois elementos fundamentais: a *escravidão* como a principal instituição no tempo do Brasil Colônia e a transposição do *individualismo ocidental como valor moral*.

A escravidão apresenta-se como a principal instituição nacional na era colonial, definidora tanto de relações de trabalho e posição social, como no estabelecimento da escala hierárquica nas relações entre sujeitos. Entretanto, percebemos aqui um tipo de escravidão muito peculiar, o que autores como Sérgio Buarque de Holanda já se referiam como uma “escravidão muçulmana” (HOLANDA, 1995), que funcionava a partir da escolha de alguns escravos para conviverem muito próximos dos núcleos familiares do senhor para realização dos trabalhos domésticos e sexuais. Isso demandava do escravo, para garantir seu lugar e sua confiança do senhor, comportamento de total entrega no atendimento de suas imposições. O escravo deveria “assumir os valores do pai”, mesmo que esse movimento pudesse ser ambivalente e nem sempre carregado de intencionalidade.

Nesse contexto, da existência de escravos “melhor valorados” que outros, percebemos, já no Brasil Colônia, processos seletivos, nos quais alguns sujeitos poderiam ser “alçados” a melhores cargos e melhores posições sociais mesmo que ainda não fossem senhores de si e não desfrutassem de liberdade. Como destaca Jessé Souza, o interesse da noção de cidadania regulada reside “no fato de que sua seletividade, ou seja, no fato de que algumas funções ou profissões serem tidas como mais importantes do que outras, invertendo a tendência equalizante que foi predominante nos países centrais do Ocidente” (SOUZA, 2000, p. 264). A noção de cidadania e de inclusão social no Brasil é singular, ao passo que a sociedade se modernizou, mas manteve intacta esta herança escravocrata que cinde drasticamente homens e mulheres entres cidadãos e subcidadãos.

O abandonado social, um tipo que nos propomos a problematizar neste trabalho, possui muita proximidade com esse contexto de reprodução social trazido por Jessé Souza, e é percebido por outros sociólogos como Robert Castel como um “sobrante”, aquele que é excluído do mercado de trabalho (CASTEL, 2000). Entretanto, percebemos a multidimensionalidade da exclusão, na medida em que não apenas há processos excludentes no mercado de trabalho, mas fundamentalmente no *status* que uma sociedade confere aos seus membros. Como percebe Souza “não acontece entre nós o movimento que se realiza da cultura política para o ordenamento legal, nos países centrais do Ocidente, onde uma nova fonte de autoestima se transforma em fermento político revolucionário” (SOUZA, 2000, p. 262).

Concomitante a esse processo de produção da sub-cidadania enquanto uma prática cultural e política, ocorre no Brasil uma importação muito clara de um único código valorativo

dominante: o individualismo moral ocidental. Como nos lembra Souza, esses valores dependem da forma como relações se institucionalizam e se reproduzem socialmente. Aqui a estabilidade dos valores se dá, em primeiro “estágio”, na consolidação mesmo que insipiente do mercado como instituição fundamental, transformando os modos de condução da vida de todos os indivíduos afetados por ele. Como destaca o autor:

O individualismo como valor moral, é o alfa e o ômega de todas as realizações culturais da modernidade ocidental, desde o mercado competitivo até o Estado liberal democrático, passando pela imprensa livre, pela discussão racional científica, pela doutrina dos direitos subjetivos e qualquer dos outros ganhos ou aspectos positivos que possamos imaginar a partir da passagem da sociedade tradicional à moderna” (Ibidem, p.254).

Há uma tendência dominante de serem considerados justos e legítimos apenas projetos coletivos (premissas, comportamentos, atitudes, leis, códigos culturais etc.) que sejam justificáveis segundo normas regidas pelo código valorativo do individualismo moral ocidental. Como na escravidão muçulmana, em que subordinados que aderem aos valores do pai serão premiados com vantagens e favores, na modernização brasileira mantém-se essa lógica inicial e fundante, na medida em que as “conquistas” são sempre tomadas em termos pessoais e individualizados. Os valores pessoais do senhor de escravos são agora “impessoalizados”, percebidos enquanto uma lógica “natural” da ordem das coisas através dos discursos individualistas e individualizantes do mercado capitalista, que tem em comum a relação entre “positivamente privilegiados e negativamente privilegiados”. Como destaca Souza, alteram-se os binômios, pessoalizados na era escravocrata (senhor/escravo, coronel/dependente), assumindo as formas impessoais que todos nós conhecemos (doutor/analfabeto, trabalhador qualificado/desqualificado, morador de bairros “nobres”/morador da favela), já que são “tornados” impessoais por se remeterem a valores inscritos dentro da lógica de funcionamento das instituições fundamentais do mundo moderno, especialmente do mercado capitalista (Ibidem, p.260-61).

É inegável o elo fundamental estabelecido entre a construção valorativa do indivíduo e o processo que de fato selecionou quem poderia fazer parte da sociedade, no sentido de participação e fruição dos bens escassos (tanto em termos materiais como simbólicos). Os usuários de crack que entrevistamos são a tropa de párias urbanos e rurais com lugares sempre indefinidos no processo produtivo, e efetivamente com mínimas chances de estabelecimento de um lugar valioso na comunidade política.

O grande problema da modernidade, ou a patologia por excelência do mundo moderno, é articulado através de um pressuposto que Souza traz da filosofia de Jürgen Habermas e

Charles Taylor: a imbricação do componente reflexivo e moral da ação. A fragmentação da consciência (ou fragmentação do mundo da vida para Habermas), impede que se forme no ator uma concepção articulada sobre sua posição. Isso implica dois problemas de ordens distintas, mas que se retroalimentam: a culpabilidade do indivíduo e a inarticulação da sub-cidadania enquanto um problema real e empiricamente verificável. No primeiro plano, os párias urbanos e rurais não chegam a formar essa concepção articulada, que possibilitaria a emergência de movimentos amplos e generalizantes de luta política em prol da coletividade (que sequer se enxerga enquanto tal) e mais, assumem para si o discurso de culpabilidade e fracasso por questões individuais (SOUZA, 2009). Em segundo plano, e retomando a ideia da fragmentação em Habermas e Taylor, “a impossibilidade de perceber uma situação ou um tema como problemático e passível de crítica, equivale a impossibilidade de se tomar uma atitude prática consequente, tornando impossível uma conduta privada ou pública racional e consciente”. (SOUZA, 2000, p. 268).

O desafio claro que nos é posto é tomado pelas consequências deste argumento, o que verificamos empiricamente em diversas pesquisas sociológicas. A fragmentação da consciência está presente na “tematização” das questões sociais, como é exemplar a discussão sobre os usuários de crack no Brasil (seja em segurança pública, violência, saúde em suas categorias de “vício” e “doença” etc.). Nossa retomada por este argumento da seletividade é, para além de uma reconstrução histórico-contextual, uma tomada de posição epistemológica na construção do problema sociológico. Não pensamos ser possível tomar nossos objetos de pesquisa enquanto “usuários de crack” pura e simplesmente, sem que tomemos em consideração os processos constitutivos da inclusão/exclusão social no Brasil moderno.

Para que possamos ir além da fragmentação, buscando a ruptura das noções comumente pesquisadas e problematizadas a respeito dos usuários de crack, pensamos ser vital a exposição dos estudos anteriores que possibilitaram ir a campo e observar dados novos. Ir a campo munido de um instrumental teórico metodológico próprio das Ciências Sociais, possibilitou que este estudo se afastasse da postura empiricista que criticamos. Se fosse possível construir uma pesquisa apenas indo a campo e coletando dados, não haveria qualquer diferença entre Sociologia e senso comum. O que faz esta distinção é precisamente um olhar diferenciado que não pensamos ser “neutro” - já que inclusive esta seria uma postura positivista -, que permite ir além através de visões diferenciadas sobre o universo social, funcionando a teoria como conjunto de princípios de visão (BOURDIEU, 2001).

Um destes “conjuntos de princípios de visão” versa sobre a ideia de que emoções e sentimentos humanos são, também, área de atuação da sociologia (HONNETH, 2003a; TURNER, 1967). Por muito tempo, e ainda nos dias de hoje, a tradição materialista na Ciência tende a perceber as escolhas e as ações em termos de um sentido racional, o que emblematicamente pode ser exemplificado com as teorias da ação racional. Os indivíduos plenos de si e de suas capacidades decisórias responderiam conscientemente às suas ações. Nosso ponto de partida é radicalmente oposto a essa forma de entendimento. Recorreremos a diversos trabalhos para demonstrar que, pelo contrário, a maioria de nossas ações são pré-reflexivas, condicionadas pela incorporação irracional e inconsciente de disposições ao comportamento objetivo ao longo de nossas trajetórias de vida. É justamente através dos sentimentos e das emoções que estas disposições são incorporadas aos agentes, impelindo maneiras de ser e agir em qualquer situação social futura. A ação social carrega consigo uma possibilidade e um grande potencial de desvelamento sobre as disposições que condicionaram esta ação. Esta ideia que, pode parecer simples, é de extrema importância no entendimento das ações sociais do grupo aqui estudado, uma vez que a ação “fumar crack” pode ser pensada a partir de categorias anteriores à própria ação, no sentido de restituição genética do significado da trajetórias dos atores na atribuição de sentido para algo pretensamente inexplicável.

Para sustentar este argumento, de que a maioria de nossas ações são condicionadas por motivações e disposições irracionais que incorporamos inconscientemente através da socialização e não por uma "escolha racional" direcionada a fins calculados, buscamos inspiração em alguns trabalhos que lograram bastante êxito na convergência da pesquisa sociológica com técnicas da psicanálise. Estes estudos buscaram a compreensão de sentimentos individuais como fatores condicionantes da ação, procurando o sentido da ação para além das explicações dos atores (ou seja, percebendo a importância do contexto na produção do sentido).

Nos inspiramos em dois trabalhos de grande sucesso de Pierre Bourdieu que nos auxiliaram na compreensão da construção simbólica das distinções sociais. Em seu livro clássico *A distinção* (2007), Bourdieu e seus colaboradores tentaram encontrar as desigualdades sociais na França da época, cujos cidadãos orgulhosamente cultivavam a ideia de uma nação nas quais os recursos eram justamente distribuídos. Para desmistificar essa noção já naturalizada, o sociólogo Francês analisou minuciosamente em dados empíricos, as maneiras que as classes desenvolvem pré-reflexivamente padrões simbólicos de exclusão social, através da distinção de comportamentos e modos de vida diferentes entre classes. O estudo demonstrou a existência de *habitus* tendencialmente verificáveis em estratos de classe, incorporados desde

o momento em que as pessoas nascem e que colaboram para manutenção e naturalização das desigualdades sociais.

Para Bourdieu, os agentes sociais no domínio da prática compartilham “adjetivos antagonistas” que são comumente utilizados para classificar e – aqui de vital importância para nosso trabalho - qualificar as pessoas ou os objetos. Esses adjetivos têm como princípio, segundo o autor, “a oposição entre a 'elite' de dominantes e a 'massa' de dominados” (p.436). Para o autor francês a imposição pela ordem social destes lugares comuns se dá por uma rede de oposições entre:

[..] alto (ou sublime, elevado, puro) e baixo (ou vulgar, insípido, modesto), espiritual e material, fino (ou requintado, elegante) e grosseiro (ou rude, obsceno, bruto, brutal, frustrado), leve (ou sutil, esperto, hábil) e pesado (ou lento, espesso, obtuso, laborioso, inábil), livre e forçado, amplo e estreito ou, em outra dimensão, entre único (ou raro, diferente, distinto, exclusivo, excepcional, singular, inaudito) e comum (ou ordinário, banal, corrente, trivial, insignificante), brilhante (ou inteligente) e embotado (ou obscuro, apagado, medíocre). (Ibidem, p. 436)

Do estudo seminal de Pierre Bourdieu também trazemos a ideia da distinção valorativa dos sujeitos, na medida em que o autor percebe um controle prático de distribuições que permitem um sentimento (ou pressentimento) de orientação pessoal, um senso arraigado nos agentes de um lugar pessoal na hierarquia social, e que orienta os ocupantes desse lugar na hierarquia em “posições sociais ajustadas a suas propriedades, para as práticas ou bens que convêm aos ocupantes dessa posição, que lhes 'ficam bem’” (p.434). Essa lógica opera tanto na subjetividade dos agentes como nas práticas subjetivantes em contextos de atribuição de posições sociais imaginadas e projetadas em trajetórias particulares. Há, nesse sentido, correspondência valorativa que qualifica os agentes como “dignos” de pertencimento, até mesmo em termos de reconhecimento substantivo da pessoa social (seja em termos de valoração positiva do sujeito socialmente integrado ou em suas formas “para baixo”, de desclassificação social e subcidadania).

O segundo trabalho de Pierre Bourdieu que nos “conduziu” a perceber algumas relações vitais para a reflexão sobre nosso universo de pesquisa, foram seus estudos publicados no livro *Algerie 1960* (1979). Aqui há uma proposta revolucionária trazida por seu trabalho, que sugere a noção de uma “sociologia das disposições temporais”, que permitira ir além “da questão tradicional se a transformação das condições de existência precede e governa a transformação de disposições ou o contrário”. A proposta bourdieusiana é perceber que todas as práticas dos agentes (tanto econômicas como não econômicas) têm como raiz a relação que eles mantêm

objetivamente com o “futuro objetivo e coletivo que define sua situação de classe”, através da mediação de um *habitus* (Ibid. p. 2). Bourdieu percebe certamente que a condição de classe é capaz de estruturar toda a experiência dos sujeitos sociais, não apenas sua experiência econômica. A desigualdade passa então a perceber a racionalidade econômica (ou a desigualdades em relação à economia racional) como um reflexo das desigualdades econômicas e sociais. Isso só foi possível por sua percepção de que a sociedade cabila etnografada possuía “ritmos desiguais”, temporalidades diferenciadas daquelas exigidas pelo sistema econômico e social transplantado e imposto às práticas sociais dos agentes da época.

Inspirados pela obra de Bourdieu, apesar de posicionar numa postura crítica das ideias do autor, Bernard Lahire (2006) renova a possibilidade de uma sociologia disposicionalista e animou nossa compreensão do objeto estudado. Lahire se insere na discussão sobre as disposições individuais à ação, utilizando este conceito para perceber como um conjunto de valores sociais objetivos é individualizado. Segundo Lahire o indivíduo incorpora ao longo de suas trajetórias, através de um quadro de tendências partindo de seu ambiente familiar e de socialização, um “patrimônio de disposições” que opera objetivamente na ação cotidiana. Observando o quadro de socialização na infância, ele percebe que o “clima familiar”, permite a incorporação de certas funções, representações e certos efeitos cognitivos ou organizações específicos, necessários ao aprendizado, como é no caso do aprendizado da escrita (LAHIRE, 2011). A impregnação seria efetiva porque indireta e “difusa”, mais do que diretamente por ações de escrita e leitura. Ou seja, ela aflora no momento em que as estruturas cognitivas existentes são carregadas de tendências disposicionais, que se prestará no futuro ao aprendizado de novas habilidades. Cabe aos pais, ou àqueles que representam a figura dos pais, cativar e estimular seus filhos neste “clima”, para que estes internalizem um repertório de práticas que lhes permitirá a construção de um sujeito dotado de uma capacidade de auto remodelação frente aos contratempos da vida.

Para resolver a questão do determinismo que poderia advir dessa percepção da incorporação disposicional, Lahire (2006) sugere que existem três tipos básicos de disposições, variando conforme sua intensidade na interação. Primeiro, existe a “forte tendência”, que se sobressai a qualquer tentativa de controle individual. Segundo, existem disposições em “vigília”, podendo ser despertadas dependendo do momento da trajetória social em que se encontra o indivíduo. Em terceiro, estão aquelas disposições aos comportamentos que se quer rechaçar, um “mau hábito”. Se por um lado Bourdieu tenta resolver as críticas ao *habitus* pensando em termos do *campo*, Lahire fundamenta sua teoria dos patrimônios de disposições

de maneira semelhante: ele pensa em “contextos de atualização” (Ibid.). Assim, um conjunto de disposições não existe independentemente de um contexto que atualize tais disposições em comportamentos práticos. A trajetória social do sujeito é atualizada, ou seja, suas disposições incorporadas que formatam seu comportamento prático só fazem sentido quando percebidas à luz do contexto que acionou uma determinada disposições comportamental.

A adoção de uma prática sociológica disposicionalista, nos levou a utilização de uma “etnologia” descritiva do sujeito, na medida em que a profundidade descritiva se mostrou fundamental para que adentrássemos no universo avaliativo, valorativo e perceptivo dos entrevistados. Entretanto, não acreditamos que apenas uma descrição minuciosa, apesar de densa, do nosso objeto de pesquisa, possa trazer informações novas para o debate. Partimos de um pressuposto epistemológico de que é impossível realizar uma leitura responsável dos dados sem uma revisão teórica que os fundamentem dentro de um debate científico acerca do objeto, revisão esta que deve ir além do que apenas se discute comumente no “campo” em que o objeto é frequentemente estudado – como no caso dos usuários de crack, uma discussão que circula intensamente entre Saúde e Segurança Pública.

Como argumenta o sociólogo Fabrício Maciel, “os dados são um complemento conformativo importantíssimo da teoria, devendo assim ser guiados por esta e não se constituir no ator principal de um trabalho intelectual” (2006, p. 287). O instrumental teórico metodológico, nesse sentido, solidifica a interpretação dos dados em perspectiva com marcos teóricos, na medida em que buscamos uma explicação conceitual, histórica e macrossociológica para a constituição de um grupo de “usuários de crack”. Nossa proposta foi adotar uma postura de oposição à Ciência Social imediatista e empiricista que apenas articula o senso comum sob o manto do conhecimento acadêmico científico, ao atribuir aos dados o maior poder explicativo das questões abordadas, sem que se reflita as condições sociais de emergência de um grupo social específico e que, ao fim e ao cabo, “forneceu” aqueles dados ao pesquisador em um contexto social e histórico que limitou suas possibilidades objetivas. Certamente os dados podem ter um alto grau explicativo, mas apenas na medida em que são articulados com as teorias que aumentem a possibilidade explicativa de um comportamento, uma prática, uma forma de ser e agir no universo social.

Como expusemos ao leitor no início desta seção, não foi nosso propósito fazer uma revisão teórica formal dos conceitos a serem mobilizados no curso da investigação. Nossa intenção foi a de trazer algumas breves ideias sobre os argumentos teóricos que estimularam nosso projeto científico e possibilitaram que percebêssemos algumas questões “invisíveis” aos

olhos menos treinados. Nesse contexto é fundamental, para que concluamos essas breves reflexões teóricas, a retomada ao plano da prática, na medida em que retomamos da teoria de Émile Durkheim duas ideias elementares que sedimentam nosso processo científico. Primeiro, a concepção de que uma teoria deve vislumbrar uma possibilidade de mudança social, não apenas se atendo à descrever a realidade enquanto tal, o que percebemos a partir do sentido normativo do projeto científico em Durkheim. Em segundo lugar, a noção de um "programa internalista forte" como possibilidade única de entender a realidade moderna (WATTS MILLER, 1996).

Essas duas ideias são altamente articuladas entre si, na medida em que um conjunto de conceitos, na construção de uma teoria, para ser crítico, não deve ser meramente "formal", mas sim normativo-substantivo e deve partir de explicações "internas" à realidade social. Uma "teoria interna" à realidade e a adoção de um "programa internalista", consiste em encontrar na própria dinâmica e linguagem dos agentes, as necessidades concretas que precisam ser explicitadas e articuladas como teoria para a possibilidade de emergência dos sentidos das ações sociais. Isso não significa a reprodução do discurso do "nativo" sobre ele mesmo, como se faz em tantos estudos da moda. Pelo contrário, trata-se de uma postura de identificação e interpretação na expressão discursiva e prática cotidianas dos atores, que surgem nas suas histórias de vida como efeitos, mas não apresenta causas. Para clarificarmos, a "teoria interna" é uma oposição à "teorias externas", ou seja, aquelas que tentam buscar soluções práticas para os problemas sociais sem que se observe apuradamente o cotidiano dos agentes.

## **1.2 Percursos da pesquisa e a inserção em campo**

A temática das drogas, mais especificamente sobre o consumo de crack em contextos urbanos, tem me interessado desde 2011, quando, para a monografia de conclusão do curso em Ciências Sociais realizei um estudo exploratório com usuários e ex-usuários de crack que participavam das atividades de um CAPSad em Porto Alegre (HERTZOG, 2012). Em linhas gerais, a ideia deste estudo era tentar compreender este movimento de "retorno" ou "(re)inserção" a uma vida em que o crack vai perdendo a centralidade na vida das pessoas. Como operavam os estigmas sociais e quais dispositivos eram acionados pelos atores na tentativa de alteração de um *ethos*, foram os temas centrais que explorei naquele momento.



Alguns estudos etnográficos realizados por cientistas sociais brasileiros no campo do uso de drogas animaram a investigação, como a tese de Eduardo Vargas (2001), os debates do livro “*Drogas e cultura : novas perspectivas*” (LABATE; FIORE; GOULART, 2008) e pesquisas como a do antropólogo Edward MacRae (2001, 1996). Estes estudos atentam para o aspecto prazeroso do consumo de drogas e sobre as sociabilidades que marcam o consumo com a tentativa central de perceber o desenvolvimento de uma carreira na qual os usuários passam a “aprender” as formas de uso e os prazeres associados, inspirados pelas teorias interacionistas, especialmente os estudos de Howard Becker (2008). Nas Ciências Sociais brasileira esta perspectiva ganhou espaço desde estudos de Gilberto Velho (1998) sobre o consumo de cocaína em classes médias que marcariam um “estilo de vida”, uma “visão de mundo”. Como destaca a antropóloga Taniele Rui, estes estudos são frequentemente realizados por pesquisadores através de uma metodologia baseada em redes, tendo por base experiências de indivíduos de classes médias e altas e "que parte de grupos cuja experiência social é bastante próxima a do pesquisador" (2012, p. 23).

Depois de terminada a pesquisa empírica e em meio à esta literatura sobre o consumo de drogas no escopo das Ciências Sociais, percebi haver uma lacuna de estudos sobre o uso extremo de substâncias, como era o padrão de uso de crack de diversas pessoas que eu havia entrevistado. Na tentativa de entender este comportamento através de macro teorias, encontrei algumas respostas na teoria moral durkheimiana e na teoria do reconhecimento social. Estas teorias me auxiliaram a compreender, primeiro, a reconstituição do “ser moral” que aquelas pessoas tanto almejavam, ao mesmo tempo que se encontravam numa acirrada luta por reconhecimento intersubjetivo, seja em suas famílias, locais de trabalho ou no curso de suas vidas como um todo.

Também ficou evidente que estas pessoas se encontravam num diferente contexto daqueles frequentemente estudadas pelos cientistas sociais, já que estavam em uma fração de classe diferente, por exemplo, dos usuários de cocaína que Gilberto Velho estudou. Nesse sentido, os estudos de Jessé Souza (SOUZA, 2000, 2009, 2010, 2012a) nos auxiliaram a perceber o que Charles Taylor (1997) denomina o “pano de fundo moral” a qual estavam circunscritas as histórias de vida dos sujeitos, estando localizados numa fração de classe muito específica que Jessé Souza provocativamente denominou de “ralé”. Todos os meus informantes possuíam um passado de socialização marcados por violências e diversas formas de desrespeito nas diferentes “esferas da vida” (HONNETH, 2003a). Entretanto, percebi que todos aqueles que se mantiveram “firmes” no tratamento foram os que possuíam algum aporte familiar e que,

de alguma forma, conseguiam através do trabalho participar de atividades que os afastava do consumo de crack.

Mais do que respostas, este estudo exploratório suscitou diversas dúvidas. Por que alguns usuários conseguem frequentar um tratamento e outros não? Quem são os usuários de crack que não “querem” se engajar numa tentativa de mudança e o que os diferencia daqueles que tentavam uma alternativa? Além disso, percebemos que as clássicas formulações teóricas das Ciências Sociais, como é o caso dos estudos do Interacionismo Simbólico que se debruçavam sobre os “comportamentos desviantes”, não eram suficientes para compreender um comportamento que, na minha percepção, não pode ser entendido sem uma devida ligação ao contexto de produção de sujeitos em diferentes frações de classe que possuem, assim, diferentes recursos para mobilizar nas lutas cotidianas.

Nesta dissertação percorri um caminho diferenciado daquele traçado anteriormente. Ao invés de buscar os usuários através de uma inserção institucional nos locais em que eles procuravam ajuda, tentei me inserir em outro o contexto: o das “cenas” de uso de crack nas ruas da cidade. Este movimento implica não apenas uma mudança metodológica, mas também impôs a tarefa de perceber a minha inserção nestes contextos como “espaços” dos usuários e que fugiam às minhas categorias de pertencimento. Para falar de outro modo, no CAPSad os usuários vinham até mim, ao passo que na rua eu fui até eles e, de certa forma, “invadia” sua privacidade. Assim a inserção em campo foi de intensa negociação e a cada abordagem, quando me apresentava como pesquisador, ficava explícito que eu possuía necessidades às vezes não muito claras para os informantes e que certamente não era um agente daquele “universo” social. Por diversas vezes fui questionado sobre o teor da pesquisa, por indagações como “o que você quer com isso” ou até mesmo em situações conflituosas como um momento em que gritaram “cai fora! Isso aqui não é laboratório para ficar fazendo pesquisa!”. Quero com isso problematizar que o trabalho de campo nos “circuitos” do crack da cidade é perpassado por um contexto de extremas violências, nas quais os agentes institucionais que mais se apresentam aos usuários - ou seja, aquele que os usuários veem como a representação do Estado - são os policiais. Por mais que haja uma tentativa de mudança de paradigma para um modelo ligado à área da Saúde, são inegáveis os conflitos provenientes de uma lógica proibicionista do consumo de drogas (LABATE; FIORE; GOULART, 2008) e isso produz uma série de expectativas aos usuários de crack sobre o que esperar de sujeitos “interessados” em sua condição de vida.

A inserção em campo se alternou em territórios de extrema degradação, como são os entornos da Avenida Voluntários da Pátria e diversos terrenos baldios na região central e Cidade

Baixa, e áreas mais “conservadas” e “limpas” da cidade como a Praça da Matriz e a Praça Garibaldi. Estas áreas são de intensa circulação de pessoas e pude verificar as tensões entre os diversos grupos que estão presentes. Na Avenida Voluntários da Pátria, por exemplo, existem alguns abrigos e casas de convivência para moradores de rua, comércio local como bares e locais de prostituição, centros de reciclagem de lixo e muitos prédios abandonados. Também notei a formação de um “circuito” propriamente dito e o significado dessa ideia. Este conceito já vem sendo utilizado em estudos anteriores (RAUPP; ADORNO, 2011; RUI, 2012) e penso que pode transmitir a ideia da intensa circulação de pessoas, informações e de interações que estão presentes num dado espaço social. Na Av. Voluntários da Pátria os usuários de crack efetivamente percorrem um circuito, no qual estão inseridas suas possibilidades de ganho financeiro com a reciclagem, oportunidades de tomar banho ou dormir em um abrigo, alimentação e divertimento nos bares da região e até mesmo uma ligação perversa do consumo de crack com a prostituição, no caso das usuárias de crack mulheres e travestis. Notei também a intensa venda de crack e a tensão gerada pela presença dos traficantes, que abalam quando da sua chegada com mais uma “leva” de pedras para vender.

Situar-se neste contexto foi um movimento difícil e “enervante”, como diria o antropólogo Clifford Geertz sobre o que consiste a pesquisa etnográfica como experiência pessoal, “um negócio enervante que só é bem-sucedido parcialmente”. Não sendo antropólogo de formação, mas pensando que o método etnográfico seria essencial para compreender estas realidades, algumas das reflexões da antropologia foram essenciais para que eu pudesse problematizar as implicações de me “situar” no circuito do crack, uma realidade tão distante da que vivo. Como traz Geertz (2008), nós não estamos procurando tornar-nos nativos ou copiá-los, procuramos conversar com eles e não simplesmente falar, “o que é muito mais difícil, e não apenas com estranhos, do que se reconhece habitualmente”. Conversar com estas pessoas foi o que tentei fazer nas minhas inserções em campo, mas devo reconhecer o abismo que existia entre a minha figura de “pesquisador” e a dos “informantes”, e que se mostrava presente em todos contatos realizados. Qualquer situação de interação social é mediada por um entendimento prévio daqueles que interagem e sobre uma série de expectativas criadas por um “arquetipo” preconcebido, que é “lido” por todos nós através dos mais mínimos detalhes como vestimenta, postura corporal, linguagem e tom de voz e que transmitem uma noção da nossa posição no espaço social. Como diria Erving Goffman, nesse momento um indivíduo pode possuir “um traço que pode-se impor à atenção e afastar aqueles que ele encontra, destruindo a

possibilidade de atenção para outros atributos seus”, o que chama de um estigma, “uma característica diferente da que havíamos previsto” (1988, p. 14).

Nas abordagens, quando eu me apresentava como um pesquisador que estava conduzindo entrevistas com pessoas que estavam em “situação de rua”, eu sentia uma série de expectativas dos informantes, já que eu não fui o único a abordá-los até então com propósitos científicos como mencionado em algumas entrevistas, além de um consentimento de que minha posição social transmitia as “credenciais” necessárias para ocupar aquele “papel” de pesquisador. Era gritante o abismo que me separava deles. Na esteira do pensamento de Pierre Bourdieu, entendemos que a proximidade de posição dos agentes no espaço social, ou no campo, não se confunde com a proximidade do espaço físico. As realidades são construídas e inscritas na carne, “um corpo socializado, investido na prática dos princípios organizadores socialmente construídos e adquiridos no curso de uma experiência social situada e datada.” (2001, p. 167). Eu, limpo, com uma postura e uma maneira de ser que dispensava estandartes que anunciam de onde venho, já que está implícito e inscrito no meu corpo. Eles, sujos, “corpos abjetos” como diz Taniele Rui (2012), percebendo-se enquanto tais e cientes da relação desproporcional que se conduz no momento da entrevista, ao passo que este instante sublinhava nossas diferenças, ou nas palavras de Bourdieu, a distinção ou a exclusão mútua nos espaços sociais em que estávamos inseridos.

### **1.3 Tratamento dos dados**

Conduzimos um estudo qualitativo pelo método da análise de narrativas e reconstrução da história de vida dos abandonados (ROSENTHAL, 1993). Os dados para análise consistiram em textos transcritos de uma série de entrevistas de narrativas biográficas. Na primeira parte da entrevista, aos entrevistados era posta uma pergunta aberta inicial para que narrassem improvisadamente os eventos e experiências de suas vidas. Na segunda parte, o entrevistador iniciava perguntas narrativas em que tópicos mencionados anteriormente não foram bem desenvolvidos. Nesse movimento, entendemos os limites da pesquisa na medida em que apenas algumas questões e pontos das narrativas foram realçadas e abordadas novamente, o que desenha os contornos das possibilidades de análise.

A técnica da saturação de informações auxiliou na definição amostral (BRUMER et al., 2008). Entrevistamos um total de 32 pessoas, sendo: 21 abandonados (15 homens e 6 mulheres); 6 profissionais ligados à saúde, assistência social e pesquisadores (3 homens e 3 mulheres; 5 familiares de abandonados (1 homem e 4 mulheres). As entrevistas foram gravadas por um gravador digital portátil, com consentimento dos nossos entrevistados. Realizamos a transcrição das mesmas, para posterior análise e interpretação dos dados. Assim, a pesquisa foi dividida em etapas: 1) coleta de dados; 2) transcrição das entrevistas; 3) análise e interpretação.

Buscamos dentro de um grupo maior de informantes aqueles informantes “privilegiados”, em que contextos específicos permitiram maior problematização com as teorias que mobilizamos. Podemos elencar sinteticamente os procedimentos da pesquisa, sendo:

I. *Métodos*: reconstrução de histórias de vida; reconstrução do quadro de socialização, ambiente familiar, escolar e institucional; método comparativo;

II. *Técnicas*: perguntas projetivas; entrevistas em profundidade; observação participante;

III. *Instrumentos*: roteiros de entrevista<sup>1</sup>; gravador digital portátil.

Propomos a discussão dos pressupostos teórico metodológicos da pesquisa que pensamos ser fundamental para explicitar o “olhar” que tivemos no curso das entrevistas e sinalizar os pontos sobre os quais recaiu nossa atenção. Nos amparamos nos métodos trazidos pela escola de Frankfurt, desenvolvidos em três décadas de estudos empíricos seminais usando categorias freudianas em questionários construídos explicitamente para separar o conteúdo manifesto do conteúdo latente na fala dos entrevistados. Utilizamos técnicas como a das perguntas projetivas, em que podemos captar no discurso do ator estes dois tipos de conteúdo diferenciados. Recupera-se assim, a noção do conteúdo manifesto como “encobrimento” e “racionalização” de interesses e conteúdo (ADORNO, 1950).

Tivemos contato com sujeitos através da narrativa de suas histórias de vida, marcadas por interações passadas com instituições e pares em espaços sociais diversos. Nesse sentido, quanto mais entrávamos em contato com os sujeitos e suas histórias, mais conseguíamos acessar uma rede de pertencimentos e sentidos que nos permitiam refletir sobre a condição social de

---

<sup>1</sup> Ver Anexo I e Anexo II.

reprodução de um comportamento tido como irracional ou condenável pela sociedade “de bem”.

Como não estávamos perguntando aos nossos informantes questões triviais ou banais, é importante que ressaltamos a perturbação gerada pelas nossas perguntas. As trajetórias e narrativas marcadas por violências eram de difícil acesso, pois remetiam a feridas ainda abertas na vida desses sujeitos. Nesse aspecto foi fundamental adotar uma postura ética de saber “quando parar”, sentir através da leitura dos gestos dos nossos informantes quais seriam os possíveis caminhos da entrevista. Durante todas as entrevistas respeitamos os limites impostos pelos próprios entrevistados, a saber, que a condução das entrevistas dependia dos aspectos sobre os quais eles se sentiam abertos para conversar. Em muitas entrevistas não obtivemos respostas para aquilo que queríamos perguntar, já que nossas perguntas muitas vezes remetiam a questões difíceis de ser produzidas num discurso e que expunham sentimentos espinhosos.

Também devemos destacar o respeito pela preservação das identidades dos agentes. Nas nossas análises utilizamos sempre nomes trocados, já que nos interessa aqui o significado explicativo das ações, as informações que possam remeter a categorias gerais de entendimento, não de uma história individual particularizada. Isso não quer dizer que não nos questionamos sobre os dilemas éticos, tanto na coleta dos dados quanto na análise do material. As vidas dos nossos informantes já são demasiadamente carregadas de desrespeito e reconhecimento recusado. É precisamente aí que nos sentimos estimulados para realizar esta pesquisa, ao passo que tentaremos sucessivamente o reconhecimento destas pessoas como um “outro significativo” numa tentativa inicial de transformação das narrativas sobre o objeto.

#### **1.4 Macro contexto e agência**

No debate sobre desigualdades e exclusão social, o sociólogo francês Robert Castel (2000) as percebe como resultado da desfiliação social de pessoas que efetivamente “sobram”, a quem chama de “sobrantes” da sociedade, aqueles que ocupam uma posição social muito recorrente na sociedade pós-industrial, em que o trabalho precarizado se naturaliza nas regras e valores intranacionais por modelos globalizados de desenvolvimento. Se no capitalismo das economias centrais esse processo é proveniente de conjunturas e contingências históricas, como a recente flexibilização e terceirização do trabalho formal no “lado A da Europa” (países como

a Inglaterra, França e Alemanha), nos países periféricos altamente dinâmicos e diversificados como Brasil ou África do Sul há, além destas conjunturas provenientes das dinâmicas do mercado globalizado que podem desestabilizar de uma hora para a outra a economia das trocas entre os sujeitos locais, dinâmicas estruturais que formatam a participação e a integração social nesses países, a tal ponto que podemos perceber tais estruturas como elementos que diferenciam a configuração de exclusão social entre “centro” e “periferia” (MACIEL, 2014).

Não se efetiva no “sul” do capitalismo a inclusão global de todos os atores como um “outro significativo”, fato que imprimiria possibilidades de ascensão social a qualquer um, independentemente de seu pertencimento étnico, identitário e origem social. A existência da exclusão social estrutural, que tem por consequência a inviabilização de relacionamentos paritários na esfera pública e política, é reeditada e posta em execução por ações sistemáticas de afirmação e conservação da realidade social, sustentada por valores que instruem práticas e estilos de vida que permitem a permanência da seletividade na inclusão social. No “norte” as lutas por igualdade desde a Revolução Francesa, passando pelas importantes lutas dos trabalhadores do século XIX, vão assegurando garantias constitucionais, culturais e salariais que edificam o sujeito político dos subalternos que, se não os protege do sistema, os permite pelo menos “bater de volta”. A inclusão pela ascensão a um patamar de renda das classes trabalhadoras e os processos de luta coletiva pela via contestatória unificadas em sindicatos e associações civis, caminha com processos de elevação de *status* do trabalhador assalariado como ator político relevante, já que se estabelecem relações de dependência em duas vias com seus empregadores. A possibilidade de mobilizações e greves, germinadas em cotidianos atravessados por hierarquias assimétricas nas relações, promove maiores chances de agência do salariado como ator político, como é nos casos da força dos movimentos sindicais na França e Alemanha até os dias de hoje.

Neste contexto, da construção e naturalização das desigualdades sociais e a massificação da sub-cidadania em contexto nacional (SOUZA, 2012a), convidamos o leitor a refletir sobre a estrutura e os regimes de verdade que reproduzem desigualdades e como podemos percebê-los enquanto fatores que influenciam na trajetórias dos atores em situação de abandono. O recurso metodológico que nos propomos utilizar vai no sentido de nos protegermos de um problema recorrente na utilização do individualismo metodológico, que toma a ação individual como ponto de partida e não recorre ao contexto na explicação da trajetória individual. Essa contraposição ao individualismo metodológico é trazida ao debate por autores como Pierre Bourdieu e Bernard Lahire (BOURDIEU, 2003, 2007a; LAHIRE, 2004, 2006), na medida em

que conferem importância ao indivíduo e à trajetória individual quando trazidas de forma contextualizada, onde a agência é estrangida, limitada, ou ampliada pela trajetória social em espaços sociais específicos. Fora de contexto, incorreríamos no risco de alinharmos-nos ao individualismo metodológico, que na tentativa de “distinguir” caracteres individuais fora de seu contexto de produção tem grandes tendências em incorrer em graves imprecisões analíticas, já que não toma o sujeito enquanto relacional, procedural e historicizado.

Incorremos nessa trajetória outro grande risco, que pode nos dragar e resultar numa visão superficializada do ator social, se não nos protegemos de adentrar nas avenidas de possibilidades de diminuição da agência que embaçam a visão de qualquer investigador social. Se esse reducionismo não nos impede, ele drasticamente diminui nossa capacidade de compreensão sobre as ações criativas e reflexivas dos nossos sujeitos de pesquisa, em seus procedimentos de redirecionamento de poder pelos corpos enquanto *nexus* da luta política cotidiana (BUTLER, 2004). A interlocução com os atores no nosso campo mostrou uma pluralidade e riqueza cognitiva, avaliativa e criadora, que impede qualquer movimento de abafamento destas pluralidades na nossa percepção do sujeito enquanto objeto de pesquisa sociológica. Apenas para expormos um exemplo, trazemos a precisão analítica de um ator sobre sua realidade, quando o solicitamos que avalie sua situação e, especialmente, como ele percebe esse processo:

**P: Como você chegou aqui (nesta situação)?**

Miguel: Tive uma vida muito boa e hoje eu to usando o que eu achei no lixo, cara. Isso foi com o crack. *Foi afunilando*. Não dando valor, não indo trabalhar, porque tava na loucura da droga, eu pedia dinheiro emprestado e não pagava, e foi *afunilando*.

Para além da posição de meros informantes que tendem a reagir discursivamente às provocações do entrevistador, nos convidamos durante o processo de investigação a uma tentativa constante de suspensão das nossas categorias quando no momento da entrevista, para o entendimento das categorias trazidas pelos sujeitos diante das nossas provocações, suas maneiras de interpretar a realidade social, seus valores, desejos, pulsões e interesses. Esse “afunilamento” que nosso entrevistado relata é uma das categorias mais interessantes para percebermos a situação em que os abandonados se encontram. *O afunilamento que descreve, é o estreitamento de suas possibilidades de agência, na medida em que há um encurtamento de acesso a bens materiais e simbólicos nas situações do cotidiano* (uma alegoria precisa para descrever o plano existencial de um “sobrante”).



Partimos, e em especial partem nossos atores, de uma configuração social – de uma realidade empírica propriamente dita - de naturalização da vulnerabilidade social como verdade normativa, com altas chances estatísticas de os encontrarmos em situações de interação em que suas possibilidades de agência enquanto atores plurais e múltiplos é contingenciada por fatores externos (contexto) e internos (comportamentais), operando e alterando drasticamente os cursos de seu processo de construção como ator político e ocupante de uma posição social valiosa. Partimos de explorações de campo pela incursão no território dos atores, o que por si já altera a agência dos sujeitos no momento de interação face a face. Nosso objetivo de pesquisa foi tentar compreender diversas questões empíricas através da orientações teóricas que diversifiquem nosso olhar e abram oportunidades de percepção de uma realidade que pode passar despercebida ao olhar destreinado metodologicamente. Aqui seguimos a concepção bourdieusiana de não separação entre “teoria” e “empíria”, tampouco de descolamento das práticas metodológicas como ferramentas operacionalizáveis pelo pesquisador na exploração de campo e no curso da escrita.

Nesse sentido é importante trazer aproximações conceituais e de categorias fundamentadas tanto nas teorias acadêmicas que dispusemos como na percepção dos saberes dos atores como possibilidades teóricas de compreensão da realidade. O que os atores nos tem a dizer sobre si é tanto relevante como um dado produzido nos limites da entrevista, como na indicação dos possíveis caminhos pelos quais suas categorias de mundo são desenhadas e estipuladas. Essa relevância salta aos olhos com a sagacidade avaliativa de nossos entrevistados, demonstrando plena consciência e sabedoria sobre sua condição:

**P: Tu acreditas em Deus?**

Francisco: Acredito em Deus, mas a fé é pouca. Tem 29 anos já que moro na rua. Vou morrer na beira da calçada.

Assumir os saberes dos nossos entrevistados não nos exime da tarefa de separar discursos projetivos e sonhos da realidade concreta que delimitam os contornos do sujeito enquanto pessoa social. O instrumento que nos confere alguma segurança neste quesito (embora acreditarmos ser precário e instável), é buscar no momento da entrevista não apenas a produção de um discurso imagético que tenta reconstruir uma trajetória impossível de ser narrada em seus múltiplos detalhes e possíveis variantes simbólicas na curta temporalidade de uma entrevista. Aqui, o instrumento que utilizamos é a busca dos *valores e percepções*, estes como dados significativos de possíveis razões explicativas dos quadros avaliativos utilizados pelos nossos entrevistados em suas relações prévias. Assim, se entendermos a reflexividade do ator através

de valores singulares, objetivos e objetivados na ação social, poderemos encontrar algumas pistas sobre a ocorrência de possíveis padrões nesses quadros, e quais são os vínculos com macro estruturas que se empenham na planificação e descaracterização de pluralidades.

### 1.5 Micro contexto e o senso comum

Nossa tentativa de aproximação das cenas de uso de crack e dos sujeitos foi pela condução de pesquisa de campo em Porto Alegre, durante o ano anterior à publicação desta dissertação. Se não podemos assumir apenas de uma parte a grandeza do todo, percebemos alguns elementos contextuais que nos levam a tomar esse lugar como significativo na reprodução material e simbólica das variações que encontramos nas cidades periféricas do capitalismo ocidental. Uma gigantesca metrópole, uma região metropolitana e periférica habitada por milhões de pessoas, com ocupação territorial e desenvolvimento muito parecidos com outras cidades brasileiras e ao redor do mundo, apresentando significativos traços de exclusão e desigualdades sociais. Isso nos possibilita que tomemos nossos dados como passíveis de ser compreendidos em macro processos e contextos, ou seja, que possamos ser levados a nos questionar o quanto este território e essas pessoas enfrentam problemas e condições similares vividos em outros espaços urbanos.

Podemos então recorrer à comparação com outras realidades em que também se encontra o crack como elemento significativo na “política de ingestão de substâncias” (REINARMAN, 2007), alterando a vida dos “sobrantes” que acabam tornando-se consumidores (recorrentemente a ralé “desfiliada” de laços afetivos que, quando presentes e dialeticamente fortalecidos, têm maiores tendências no êxito em relação à proteção da pessoa social). A comparação e até mesmo a possibilidade de ampliação de um contexto local na percepção de um problema mais geral, ampara-se no fato de que o consumo de crack vem ganhando cada vez mais espaço entre os abandonados que literalmente “sobraram” na divisão do trabalho social, mesmo que essa comparação utilizada como um recurso metodológico não confira à investigação sociológica o poder explicativo sobre determinados comportamentos em termos causais. Aqui buscamos entender como esses comportamentos sublinham ações sociais como *práticas* (muitas vezes pré-reflexivas) e não como *conteúdos* (racionalidades externalizadas pela ação).

Outro elemento fundamental que possibilita a comparação do contexto de Porto Alegre com outras realidades, é a existência de um campo político de disputa em relação ao crack, e, fundamentalmente, ao significado do usuário de crack no escopo nacional. Esse campo discursivo a respeito do usuário tem múltiplas fontes produtoras de sentidos, saberes e valores. Não podemos nos furtar da tarefa de perceber em tais mananciais ideológicos, os diversos conceitos usados como aparatos tecnológicos de poder coercitivo sobre a realidade, cuja gênese é percebida por Michel Foucault na passagem da utilização da morte e da doença como *organons técnicos* (FOUCAULT, 1977). A ampla comoção no debate público sobre a expansão desenfreada de uma suposta “epidemia do crack”, caminha lado a lado com a produção discursiva sobre essa realidade através de rótulos que projetam no ator uma série incertezas conceituais que os próprios produtores discursivos tem sobre o mundo que avaliam. Assim, confusões analíticas traduzem-se em conceitos estigmatizados e visões parciais dos sujeitos, o que percebemos na avaliação de um médico inserido no campo do tratamento clínico de usuários de drogas (que ambigualmente tenta desconstruir preconceitos, se posiciona como ativamente um defensor da causa como ator político, mas também produz uma discursividade em direção à noção de doença, uma categoria que tenta apreender seus objetos de estudo):

**P: Você acha que tem uma certa culpabilidade que a classe médica imputa ao próprio usuário pelo uso?**

Profissional da saúde: O senso comum da maior parte das pessoas é que o dependente químico usa por que quer. É uma decisão de livre escolha, se ele tá doente e usa crack é um problema dele. [...] Nós que estudamos esta área, entendemos a ver como uma doença, um transtorno que muda, que afeta as decisões. O usuário de crack não se programa para usar: Sábado vou usar duas pedrinhas, Domingo três. Não é o que acontece a maconha, por exemplo, é mais programada. Consegue ter um pouquinho mais de controle. Tem gente que usa um baseado por noite e fica por isso, não tem grandes prejuízos, mas o crack é muito difícil o cara não tem muito o controle, a fissura é maior, as pessoas que veem a dependência química como uma ‘sem vergonhice’ tendem a ter um rechaço natural, tá doente porque quer, então que se dane. Quem enxerga a dependência química como uma doença consegue ter pena e vontade de ajudar, como a gente tem com depressivo, com esquizofrênico. Mas em geral tu tem que estudar bastante para entender isso, como funciona entre os médicos principalmente, para desenvolver esse sentimento de pena e vontade de ajudar.

Seria impensável para nossa investigação tomar os atores através de categorias contingentes e limitantes do sujeito. Por que usar o termo “usuários de crack”, “doentes”, “delinquente” e não “trabalhador”, “desfiliado”, ou qualquer outra categoria generalizante? Na apreensão total do sujeito por “categoremas”, como dizia Pierre Bourdieu (2004), incorremos no grande risco de estarmos escolhendo *a priori* uma causalidade para o problema, ou seja,

aquele que pensamos ser o fator fundamental de análise. Essa escolha não é aleatória, e delimita contornos de campos políticos e acadêmico científicos. Há aqui uma clara disputa política em torno de um objeto através da tomada do discurso. Do pensamento de Michel Foucault, percebemos que a articulação da doença como um discurso, através dos signos da doença pela figura traçada que liga vida e morte, numa cronologia estabelecida “vida-doença-morte”, a partir do século XIX. A doença perde nesse momento seu estatuto de “acidente para entrar na dimensão interior, constante e móvel da relação da vida com a morte” (1977, p. 177).

Usam crack, podem até estar “doentes” (se pensarmos em doenças sociais realmente acreditamos em elevado “contágio”), mas para além disso são atores plurais e complexos, e assumem *status* relacionados às posições que ocupam em espaços sociais por suas múltiplas inserções e aproximações identitárias. O estigma que recai sobre o sujeito quando ele é rotulado enquanto usuário de crack, transfere para outros contextos avaliativos as imagens e ações reativas, que, concebidas negativamente, acabam por dificultar a mobilização de outras esferas da vida como propulsores de transformação social. Para além da produção do estigma e amparada nela, há também a produção discursiva que tenta se legitimar enquanto verdade na esfera pública sobre o papel social desempenhado pelos atores.

Em macro contextos e na esfera pública transnacional ocorre uma declarada “guerra às drogas” que, mesmo sendo discutida sistematicamente em diversos planos e campos sociais, acaba por reproduzir comportamentos e práticas, especialmente no plano das ações institucionais, e insiste em não perceber questões fundamentais como a produção estrutural e conjuntural de situações de amplo desfavorecimento social. Nessa simbólica “névoa de guerra”, a fragmentação em temas de interesse como “violência” ou “saúde”, embaçam uma possibilidade de percepção da pluralidade do ator, já que os diversos atores desse “campo”, como o fazendeiro produtor de coca, passando pelos “barões do narcotráfico” até chegar no consumidor, são percebidos fragmentariamente em temas de interesse. O tema de interesse tem a capacidade de separação de categorias quando na realidade a possibilidade compreensiva está precisamente em sua aproximação, no sentido reflexivo de condições sociais de reprodução de determinados comportamentos em contextos explicativos e totalizantes. Explicativos no sentido de entender os motivos comportamentais, os mecanismos de acionamento objetivo das disposições incorporadas pelo *habitus* (BOURDIEU, 2007a). Totalizante no sentido de compreender estas maneiras de ser e agir inseridas num ambiente social de produção de estigmas e consensos sociais estigmatizantes entre classes sociais (GOFFMAN, 1988).

A guerra bélica às drogas trouxe consigo uma outra guerra mais silenciosa e que ataca utilizando outra estratégia, pela naturalização da forma com que se deve pensar e agir diante de um usuário de crack - que traz no plano da prática os resultados das lutas discursivas do campo. O medo é o primeiro sentimento que aflora nas interações cotidianas, alimentado pelas histórias da mídia nas quais os usuários são retratados em produções arquetípicas e caricatas, que não os percebem para além deste *status* principal de “usuário de crack”. Como nos mostraram os estudos do Interacionismo Simbólico (BECKER, 2008; BLUMER, 1986; GOFFMAN, 1996; HUGHES, 1945), as atitudes e os papéis sociais carregam consigo diferentes *status*, tanto de caráter primário, que define de forma genérica e ampla uma pessoa, como de caráter secundário ou um *status auxiliar*. Este *status auxiliar* é uma associação a outras percepções que se tem daquele “tipo” específico de pessoa. Em realidades de extrema desigualdade como a brasileira, em que se naturalizam essas relações cotidianas polarizadas, nas quais todos os lados sabem exatamente quem são os “vencedores” e o “perdedores”, são ativados pela grande necessidade de “avaliação” e “classificação” que historicamente se propagou. Partindo do momento da interação com outros, como os sentimos e como nos sentimos nas situações em que nos encontramos, operam estas “categorias classificatórias” em que as representações sociais sobre o que é “ser gente” são postas à prova. Esses encontros são decididos por “consensos sociais” que legitimam uma hierarquia moral excludente incidindo na forma que “atuaremos”, para usar um termo de Erving Goffman, no “teatro das interações cotidianas”.

Para além desta crença reducionista, o usuário de crack é percebido como um sujeito “sem passado” ou sem classe social, sendo o consumo do crack uma condição individual ou uma “doença”, como pensam os grupos mais “preocupados” com estes sujeitos e, ao fim e ao cabo, fruto de uma *personalidade individual mal constituída*. Percebemos isso na fala de um médico, que pensa ser impossível generalizar quando falamos de usuários de crack, mesmo quando ele próprio já encontra padrões entre os usuários com que teve contato:

**P: Como tu percebes o problema do crack no Brasil?**

Profissional da saúde: **Visivelmente os usuários de crack são de classe mais baixa.** São pessoas que têm menos acesso à saúde, famílias desestruturadas [...]. E drogas mais pesadas causam mais deterioração e geralmente estão associadas à pessoas com mais problemas, pessoas mais problemáticas tanto do ponto de vista psiquiátrico, **famílias mais desestruturadas, violência doméstica, violência na comunidade, pouca educação,** são pessoas que acabam utilizando drogas mais pesadas, nos outros países também.

[...]

Essas perguntas todas que tu tá me fazendo estão tentando generalizar o usuário de crack **e não tem como generalizar, em nada. Não há o usuário de crack, há esta pessoa, esta pessoa.** Pra tu ver que todas as tuas perguntas estão no que nós achamos DO USUÁRIO DE CRACK. E todas as minhas respostas eu to falando na direção oposta. **Depende do usuário de crack.**

Mesmo “visivelmente” (em suas próprias palavras) percebendo padrões muito claros na população consumidora de crack, nosso entrevistado insiste em proferir que “não tem como generalizar, em nada”. É uma visão, no mínimo, ambígua, de alguém que está cotidianamente trabalhando com estes atores, percebe padrões em seus históricos, mas insiste em acreditar que não se pode generalizar (defendendo-se na ideia de que o tratamento deve ser individualizado e levar em consideração as peculiaridades do sujeito). Não estamos com isso negando a necessidade da individualização de tratamento, já que cada pessoa apresenta singularidades em seus processos. Estamos destacando um polo claro da disputa discursiva, que pretende formatar as configurações do senso comum sobre os “agentes autorizados” a produzir um discurso sobre um tipo de prática (discurso médico e da doença sobre a prática de consumo de crack).

Essa produção discursiva da área médica certamente não é a única (por mais que pensemos ser uma “gigante” na disputa). Recorrendo ao enunciado já naturalizado em outros contextos do senso comum, como no caso da culpabilidade dos pobres por se encontrarem em condições de miséria por seu próprio arcaísmo, a ideologia dominante pensa ações e posições sociais em termos de méritos individuais, tornando invisível todo um aprendizado coletivo que remonta à mais tenra infância e que irá marcar as trajetórias de cada um de nós. Se completa neste quadro o núcleo de *violência simbólica* que legitima as mais variadas formas de exclusão, sendo o usuário de crack desclassificado social a figura mais expressiva de uma classe abandonada à própria sorte já que, além de ser miserável, desafia os contornos morais do certo e do errado. O uso de crack é percebido pelo olhar que as classes superiores lançam sobre comportamentos e escolhas, como uma atitude racional levada a cabo pelos indivíduos em plenas capacidades decisórias. Desta forma e a partir deste pensamento, diferentes mecanismos de opressão são legitimados, através das coerções e ações institucionais violentas amparadas nos “consensos sociais” que legitimam a desclassificação dos “desviantes”.

Essas ideias, repetidas como um mantra nos jornais e na mídia sensacionalista, tentam criar um pânico a respeito do crack, propagando a percepção de que há na própria substância o mal reificado. O crack em si seria a expressão do mal em forma de uma droga; consumi-lo uma vez já faria com que as pessoas ficassem viciadas e seria ele próprio a causa das mortes de quem ousa experimentá-lo. Além disso, o usuário seria corrompido e levado a cometer atos

criminosos como por um toque de mágica. Essas teses não poderiam ser mais equivocadas. Elas também são sintomáticas de um pânico moral alimentado pelo discurso das classes conservadoras – não apenas indivíduos de classes altas, mas também das classes baixas conservadoras que legitimam o discurso dos “dominantes” -, assim como é carregada por um forte componente de racismo de classe que não percebe os elos sociais que estabelecem as relações entre sujeitos e situações sociais, inseridos em diferentes contextos e ambientes caracterizados por uma crescente e acirrada lutas de classes.

O senso comum produz cotidianamente uma enxurrada de enunciados sobre os mais diferentes assuntos da sociedade. Ele está nas conversas informais, nos momentos de interação entre desconhecidos que comentam assuntos aparentemente triviais ou banais e principalmente, nos meios de comunicação, sejam midiáticos ou acadêmicos. Artigos de revista, jornais, revistas acadêmicas, televisão e mais recentemente os espaços virtuais, são o lócus em que se produzem discursos acerca de temas ou de percepções da realidade. Em muitas oportunidades essa produção discursiva tem realmente algo a ver com o cotidiano em que vivemos, já que a simples observação empírica pode provocar a sensação de proximidade que experimentamos em relação a alguns assuntos. Mas isso não quer dizer que simplesmente observar sem orientação teórica e metodológica produza uma prática reflexivamente orientada à multidimensionalidade dos fenômenos. O que o senso comum traz consigo, e por isso deve ser objeto de apreciação das Ciências Sociais, é um sentido moral que é concretizado e naturalizado, que influencia diretamente nas ações e escolhas dos agentes sociais que incorporam verdades e maneiras de pensar sobre si mesmos partindo destas formulações coletivas.

A distância entre *esfera cotidiana* do usuário de crack e *representação* de sua vida pelos meios de comunicação, é um exemplo de como a informação precipitada e inarticulada induz a formulação de consensos compartilhados. A pesquisa sociológica busca aproximar essa distância, na medida em que pode gerar dados para sofisticar ou enriquecer estas representações. Émile Durkheim talvez tenha sido um dos primeiros intelectuais das Ciências Sociais que se preocupou de maneira sistemática em afastar o conhecimento produzido pela Sociologia do conhecimento estabelecido no senso comum. Já em seus primeiros escritos, como em sua tese latina sobre Montesquieu (DURKHEIM, 1997), nos indicava que a Ciência deve buscar explicações para além do senso comum e que o tempo científico nem sempre coincide com o tempo em que a realidade prática demanda suas respostas. Durkheim defendeu que a Ciência deveria separar-se da arte, esta, que no registro da virada do século XIX para o século XX eram as atividades mais ligadas à prática, como a engenharia e a medicina. O grande

problema que o autor evidenciou é que nossa dinâmica sociedade busca respostas rápidas para problemas que se mostram imediatos e que a Ciência não poderia preocupar-se em demasia com estas demandas.

No caso do uso de drogas, mais especificamente o consumo de crack na contemporaneidade, não poderia ser diferente. O senso comum que se configura tanto sobre o consumo de drogas como sobre os usuários de crack, não reflete sobre as práticas sociais e todo um contexto que circunscreve estas práticas. Desde que os usuários de crack tornaram-se um problema na esfera pública, ou seja, no momento em que passaram a configurar um grupo com práticas sociais compartilhadas e que começaram a “atrapalhar” a vida dos “cidadãos de bem”, o senso comum prontamente iniciou uma caçada para obter respostas e resolver imediatamente uma situação constrangedora. Podemos evidenciar esse processo nas frustradas tentativas de inserir a discussão sobre consumo de drogas no âmbito da Segurança Pública e que pensava – e em muitos casos, ainda pensa - que a opressão ao “mundo do crime”, ao “tráfico de drogas”, seria a resposta mais eficaz na resolução do problema.

Recentemente surgem alguns esforços de intelectuais e gestores públicos de diversas áreas (incluindo profissionais da segurança engajados pela promoção de políticas alternativas), para que se traga esta discussão para o âmbito da Saúde Pública, já que os “viciados” se encontrariam numa condição patológica e que a repressão não seria alternativa interessante na promoção de lógicas transformadoras da ordem social. Mesmo nesse contexto, a expectativa pública não deixou de interferir no processo. As decisões nesse campo tensionam entre as forças políticas de agentes que promovem discursos concorrentes, localizados no campo em um espectro que parte desde o agente interessado em promoção de políticas distributivas de um lado, e de outro os defensores da pena capital e da utilização dos aparatos técnicos e institucionais para cumprimento da “ordem jurídica”. A tentativa de internação compulsória como política (não apenas sua consecução prática, mas seu argumento discursivo mobilizado para que essas políticas fossem moralmente aceitas), é um efeito da fragmentação do debate sobre inclusão social e reprodução do abandonado como tipo social, como se diferentes “áreas” servissem para curar partes específicas do corpo social. Mesmo que o espaço da discursividade da “adição” tenha se ampliado como força política, a resposta do senso comum vai no caminho de impor uma solução “restritiva de liberdade”, costurando perversamente o papel do profissional de saúde com o profissional de segurança pública. Claramente a intenção destas práticas vai no intuito de trancafiar seja em presídios, manicômios, ou qualquer lugar que “remova” ou afaste o problema.



Como nos mostraram estudos anteriores, não é um patamar de renda que posiciona pessoas em estratos de classe específicos, mas sim suas condições psicossociais e emotivas que vão condicionar uma determinada posição na esfera social. A renda é meramente uma resposta das estruturas sociais que vão premiar monetariamente certos tipos de comportamento em sociedade. E como nos mostra o filósofo alemão Axel Honneth (2003), a efetiva e exitosa inserção na esfera pública é ancorada por elementos intersubjetivos que se desenvolvem desde a mais tenra infância. Para o autor, autocontrole, autoestima e autorespeito são os elementos fundamentais para o reconhecimento nas esferas emotiva ou “íntima”, pública e jurídica. O abalo ou o desrespeito a estas esferas, produz limitações ao que chama de uma “auto realização prática positiva” ou o alcance de uma “boa vida”. A desestruturação e as contínuas violências sofridas na vida de sujeitos de uma classe social específica são fatores fundamentais para compreendermos práticas sociais que são moralmente condenadas e que possuem um componente de classe compartilhado entre sujeitos em diferentes contextos, de tal forma que podemos percebê-los como uma coletividade sob a dimensão da “condução da vida”. A reprodução social de um *habitus precário* dificulta que o autocontrole sobre as ações individuais se efetive em contextos como o que estamos trabalhando, o que nos orienta a perceber o fenômeno do consumo de crack em seu contexto histórico na modernidade periférica.

Percebendo a importância da disciplina como um “valor universal” de todas as classes, o sociólogo Jessé Souza enfatiza que justamente por ser universalizável a todos, a disciplina marca a “fronteira da distinção entre inclusão e exclusão social, entre o normal e o patológico, e entre o cidadão e o bandido” (comunicação pessoal). Para o autor o princípio disciplinador é naturalizado e se torna onipresente como “regra moral” invisível, que classifica e desclassifica indivíduos e classes sociais inteiras e que, justamente por ser naturalizado, não é percebido como uma disposição apreendida por um longo processo emotivo de socialização. A “aquisição” da disciplina passa despercebida, tornada invisível, e os desclassificados sociais, como é o caso de usuários de crack da ralé, são cotidianamente julgados como se fossem possuidores de uma mesma economia emocional que é própria das classes médias e altas. Percebemos aí a existência de hierarquias na nossa sociedade que enaltecem o controle das pulsões como uma virtude. Como destaca o autor, o que “o que era virtude para Platão, a proeminência do espírito sobre as paixões incontroláveis do corpo, será o que se tornará inexoravelmente “virtude” e “bem” para todos nós”. Charles Taylor (1997) percebe que esta

concepção moderna data desde os escritos de Santo Agostinho, nos quais a virtude como posta por Platão é sistematizada como “caminho para salvação” de todo cristão.

Na esteira do pensamento de Taylor, percebemos a ação social como uma prática, seguindo a ideia que o autor toma do filósofo Ludwig Wittgenstein (TAYLOR, 1993). Essa noção é também uma tomada de posição a favor da “sociologia disposicionalista” que vai contra o intelectualismo cartesiano, que interpreta o sentido da ação social como um “conteúdo” que estaria explícito em nossas cabeças. Essa posição epistemológica nos permite perceber que as ações são condicionadas por um pano de fundo inarticulado e que, principalmente, são ditadas por emoções e condições pré-reflexivas que as posicionam para além da racionalidade. No entendimento do uso de crack esta “virada epistemológica” é essencial, posto que assumir esta ação como racional, faria com que percebêssemos estas atitudes a partir de pressupostos “aburguesados” de um modo de ser incorporado. Em outras palavras, o sentido da ação social “fumar crack” e “parar de fumar crack”, vai muito além de um conteúdo explícito nas “cabeças dos usuários” - e sua conseqüente produção discursiva -, posto que deve ser entendida por categorias como “pré-reflexividade da ação social” e “contextos de filiação e desfiliação social”. Essa posição é epistemológica e metodológica, pois implica tanto uma nova percepção sobre a produção dos “dados” quanto às técnicas de coleta que permitirão o acesso às informações cruciais ao entendimento de um sentidos *latentes*, não apenas *manifestos* pelas práticas na ação social.

## **1.6 Sobre a construção do objeto sociológico**

A inserção em um espaço social para posterior problematização sobre como operam os agentes dentro do campo que analisamos, provocou diversas reflexões durante o curso da pesquisa e que tentaremos trazer aos nossos leitores. Seja sobre as formas de imersão no espaço social como, especialmente, sobre os problemas implicados na pesquisa qualitativa e os limites de apreender as representações das realidades que buscamos alcançar com as entrevistas. Para que possamos adequar esta discussão ao escopo desta pesquisa, devemos enquadrá-la na perspectiva da construção do objeto sociológico, tão essencial no empreendimento da investigação científica. O exercício de construção do objeto se mostra como uma tarefa muito desafiadora, posto que já são diversas as percepções e imagens arquetípicas sobre os agentes

que entrevistamos, seja no senso comum geral ou no senso comum acadêmico. O usuário crack é percebido enquanto tal, primeiramente, pelo critério primordial que é “fumar crack”. Parece que essa ação carrega um *status* sob o qual recaem diversas outras construções imagéticas carregadas de estigmas, sendo de fundamental monta que problematizemos se efetivamente podemos atribuir este desígnio e quais são as implicações deste movimento.

Um dos elementos fundamentais e que devemos destacar, é que o objeto sociológico constitui uma fração do objeto e, assim, coube a nós a construção de um *objeto possível*, inserido nos limites e necessidades de pesquisa. Não acreditamos que um objeto sociológico possa remontar a totalidade do que efetivamente constitui aquele objeto, ou o conjunto de possibilidades totais de apreensão de uma realidade múltipla. Podemos pensar no exemplo da apreensão do mesmo objeto por diferentes pesquisadores. Muito provavelmente, em consonância com as condições de cada um, haverá uma multiplicidade de “versões” sobre um mesmo agente social. Já de início isso demonstra os limites que qualquer pesquisa enfrenta e que também enfrentamos, no entendimento de que podemos enxergar dentro dos limites das nossas capacidades e alcances teóricos. Nesse sentido e em complementação à ideia das possíveis variações que um mesmo objeto pode obter sob diferentes perspectivas de análise, a nossa construção do “usuário de crack” como um objeto de pesquisa é levada a cabo por uma tentativa de ruptura para que possamos superar as armadilhas dos objetos “pré-construídos”.

Nesse sentido, resgatamos de Bourdieu a discussão sobre a importância social e política do objeto e como isso não é garantia da importância do discurso que lhe é consagrado (BOURDIEU, 1989, p. 20). É uma realidade incontestável que o grupo que é percebido como os “usuários de crack”, possui uma grande importância social e política, e acompanhamos a reverberação desta realidade através de uma grande comoção nas mídias e nos meios especializados que tentam dar respostas a problemas da vida cotidiana. Mas como traz o sociólogo francês isso não garante a importância do discurso, já que ela só é conferida na medida em que esta questão social e sua importância atribuída são construídas sociologicamente na tessitura do trabalho intelectual, desde a concepção da pesquisa, coleta de dados, discussão teórica e as diversas escolhas que envolvem a investigação. Esse empreendimento à semelhança de um “artesanato intelectual”, inibe que escolhamos como objetos de pesquisa os “problemas relativos a populações mais ou menos arbitrariamente delimitadas, obtidas por divisões sucessivas de uma categoria ela própria pré-construída, «os velhos», «os jovens», «os imigrantes»” (Ibidem).

Os “usuários de crack” constituem um grupo politicamente relevante mas que necessitam a construção como um objeto sociológico em contraste com categorias pré-construídas, pela fundamentação teórica que pode atentar a algumas características centrais e que os torna um “grupo”. Dito de outro modo, a teoria funciona como conjunto de princípios de visão. Na esteira da sociologia bourdieusiana, a nossa tentativa é a interrogação sistemática do caso particular para que se retire as propriedades gerais ou invariantes, no intuito de remontar as cadeias de relações entre indivíduos aparentemente tão distantes, como um usuário de crack na cracolândia em São Paulo ou na região central de Porto Alegre. Afinal, existem propriedades gerais ou elementos constantes no comportamento individual destas pessoas em realidades distintas, que nos permite percebê-los como um objeto sociológico?

Quando este procedimento envolve o encontro de propriedades gerais relativas a um comportamento, temos em mente uma ideia amplamente difundida na Filosofia e nas Ciências Sociais e que inspira, também, a sociologia de Pierre Bourdieu. Trata-se da ideia Hegeliana de perceber um agente em suas relações com o todo. O problema central em Hegel e que insistentemente demandou soluções aos pensadores de seu tempo versava sobre a natureza da subjetividade humana e suas relações com o mundo. “Era o problema de unir duas imagens aparentemente indispensáveis do homem, que em um nível tinha profundas afinidade uns com os outros, e ainda assim não poderia deixar de aparecer totalmente incompatíveis” (TAYLOR, 1975, p. 3). Hegel se insere no movimento de reação ao radicalismo iluminista desenvolvido ao longo dos séculos XVII e XVIII na Inglaterra e França, que criou uma teoria do homem e da sociedade através de interlocutores como Hobbes, Locke, Descartes e Bacon, autenticados pela Ciência de Galileu e Newton (Ibidem. p.4). Nas mãos de seus mais radicais protagonistas se desenvolve na direção de um profundo atomismo e mecanicismo, podendo chegar ao materialismo e, como traz o filósofo canadense, em consideração ao homem e à sociedade pode tornar-se um utilitarismo radical na ética.

Trazemos dessa ideia que um agente social nada é sem seu aspecto relacional com outros agentes e isso não é diferente no campo do consumo de crack. Podemos perceber os usuários como integrantes de um campo composto por muitos agentes, na medida em que produz e sofre os efeitos das demais interações. Para exemplificar e poder tornar esta ideia mais clara, pensemos na relação de um morador de rua com outros, na tentativa de encontrar uma marquise para dormir em um dia de chuva. Se não houvesse demais moradores de rua procurando uma marquise para se abrigar, este agente não teria problemas em conseguir um lugar e passar uma noite “tranquila”. Na medida em que, nesse contexto, “espaços debaixo de marquises” são um

bem escasso, há uma disputa entre os diversos agentes que mobilizam seus dispositivos de ação na luta pelos ganhos de seus interesses. As disputas por bens escassos são um elemento fundante das relações no contexto capitalista, tanto em termos materiais como simbólicos. Para além deste espaço de disputa, há o elemento fundante de suas possibilidades de inserção na sociedade, circunscritas por um passado também relacional e historicamente contingente.

No contexto de pesquisa que encontramos, estes agentes estavam inseridos no campo como moradores de rua (ou pessoas sem domicílio na luta por espaços em abrigos), pedintes, mendigos, guardadores de carro, prostitutas, potenciais problemas na visão de policiais ou transeuntes, clientes na visão de traficantes, apenas para exemplificar algum dos papéis pelos quais transitavam cotidianamente. Cada qual era permeado por lutas e disputas de interesse sempre em relação a outros sujeitos e sua devida posição no campo que influenciava, para bem ou para mal, suas possibilidades de ganho ou perda. Por que, então, a definição do grupo deveria repousar apenas sobre uma categoria de pertencimento, quer seja, a utilização de uma substância? O caráter relacional das interações pode nos dar pistas na reconstrução genética das condições sociais de emergência de uma prática, ao passo que a tomada de um ponto de partida unidimensional não dá conta de retomar uma série de aspectos correlacionais e formuladores de tais formas de agir.

Os “usuários de crack” estão simbolicamente relacionados a diversas instituições e agentes no mundo social, sendo a reconstrução destas relações simbólicas um passo necessário para a construção do objeto. A produção de efeitos numa relação simbólica se dá em múltiplas vias, ao passo que os agentes ao mesmo tempo criam e reproduzem um tipo social, ou uma maneira específica de interagir com certos tipos de agentes que engendram suas relações no campo. Nesse sentido, percebemos que os usuários ativam uma série de disposições na interação com outros grupos, pessoas e instituições, e perceber o resultado destas interações é parte essencial, logicamente, para a construção do objeto, mas que não pode se limitar a esta etapa inicial. Os exemplos são múltiplos, seja nas relações perante as instituições de assistência social, como casas de convivência e abrigos para moradores de rua, seja no trato com os traficantes e no conhecimento das “bocas” em que se pode obter um produto de melhor qualidade. Percebemos a existência de um repertório compartilhado e que circula invisivelmente entre os agentes, através das conversas informais e na formação de um consenso “da rua”, e que possibilita a expansão de uma margem de “ganhos” nessas relações ou que serve para a prevenção contra situações perigosas, o *savoir-faire* dos “usuários de crack”. Essa maneira de agir aciona mecanismos de respostas condizentes com uma lógica historicamente

produzida, que hierarquiza e classifica os sujeitos tanto pelas ações, como pelos resultados das interações.

Soubemos através de nossos informantes que os abrigos possuem uma espécie de “calendário” rotativo, na qual os usuários podem se inscrever para dormir por um período de quinze dias. Depois destes quinze dias deve-se buscar um outro abrigo para tentar passar a noite por igual período. Nesse movimento de busca por um local para dormir, uma “morada provisória”, há uma série de elementos constituintes nas relações entre os próprios usuários, agentes das instituições, bem como entre os saberes constituídos e disseminados sobre os diferentes abrigos. Em primeiro lugar, todos sabem o horário de entrada nos abrigos e que esse horário deve ser regularmente respeitado. Em segundo lugar, há uma série de informações que circulam sobre este ou aquele abrigo, sobre o porteiro daquele que é mais “gente boa”, ou daquele em que o porteiro não tolera atrasos. Também há uma grande preocupação sobre a segurança de tais locais. Passar a noite no abrigo Municipal, por exemplo, foi relatado por muitos como uma situação a ser evitada, já que este era frequentado por sujeitos de alta periculosidade.

Aqui há um elemento de grande importância que devemos destacar. O medo é um dos sentimentos mais presentes em todas as pessoas que entrevistamos. Viver com medo é uma característica central e que liga diferentes sujeitos, ou seja, podemos verificar que o medo é uma das propriedades gerais e invariantes dos casos particulares. Este sentimento de nunca estar seguro, até por que há uma série de carências de diversas ordens que dificulta o acionamento de “defesas” e formas de “auto-remodelação” tão necessárias a construção de uma identidade positiva (TAYLOR, 1997), condiciona diversas ações dos agentes no espaço social, desde sua postura corporal até as formas de interação com outros sujeitos. Estar na rua é lidar constantemente com os perigos do por vir, que numa condição de extrema desigualdade produz efeitos significativos no cotidiano. Assim, tanto as possibilidades subjetivas como as condições objetivas dos agentes, impelem às ações e “escolhas”, “pré-escolhidas”, como diria Bourdieu.

A condição de classe é outro ponto fundamental que não poderia escapar desta formulação do objeto sociológico. A nossa busca por informantes foi uma procura intencional nas ruas da cidade. Todos os usuários que entrevistamos possuíam um histórico de abuso familiar e institucional, sendo a precariedade e a formulação do que chamamos de uma “gramática da carência”, uma propriedade geral verificada, o que Jessé Souza chama de um *habitus precário* (2012). Não queremos aqui trazer a discussão sobre a quantidade de usuários de crack na “ralé estrutural” versus a quantidade nas outras frações de classe, até porque não

temos este propósito de quantificar um tipo comportamental verificável. Pelo contrário, nossa tentativa é perceber o caráter simbólico da produção de sujeitos e compreender o comportamento diferencial intraclasse. O que é vital destacar, é a existência de um ethos que circunscreve as possibilidades de “extravasamento” no interior dessa classe de despossuídos. Como salienta Gilberto Velho (1998) em seu clássico estudo sobre consumo de drogas, a questão chave para sociólogos e antropólogos é a discussão sobre que projetos estão em jogo, que tipo de projeto associa-se a esse estilo de vida?

A inexistência de projetos a longo prazo é marca distintiva dessa fração de classe. No sentido Ocidental e “racionalista” do termo, um projeto poderia ser percebido como uma categoria organizativa de pensamento em prol de um bem, que é pensado no futuro, pela possibilidade de utilização do cálculo prospectivo. Viver no presente, ou a dificuldade de articulação de projetos a longo prazo, foi um elemento por diversas vezes verificado nas entrevistas. O extravasamento, pelo consumo da droga, é sintomático no entendimento de uma relação com o mundo e com os outros indivíduos. O aqui e o agora ganham força em relação ao amanhã, o que possui efeitos impactantes numa sociedade que prima pelo autocontrole e na qual o caminho da salvação estaria na abdicação das pulsões em prol de um futuro significativo – a noção própria de “alma” do self moderno como trazido em Taylor (1997).

Nesse sentido, o objeto aqui em questão foi construído na perspectiva de um elemento crucial nas histórias de vida que identificamos nas entrevistas, para além da constatação de uma “gramática da carência” e um amplo histórico de abandono social. Este elemento comportamental, que é a curiosidade pelo novo, pelo “desbravamento” de situações e experiências novas, é presente em qualquer sujeito social, independente da classe social em que está inserido. Ao mesmo tempo em que nos é um elemento comportamental importante na reconstrução genética da história dos nossos entrevistados, é um ponto central de reflexão sobre os impactos de um comportamento humano inserido em contextos diferenciados. Se verificamos a existência de um comportamento motivacional nos agentes que os impulsionava à busca e ao descobrimento de coisas novas e que muitas vezes não condizia com o senso comum “aceitável” em suas redes de sociabilidade, também percebemos o impacto das interações institucionais ao longo de suas trajetórias por demonstrarem tais comportamentos. A curiosidade pelo novo, nesse contexto, se põe em contradição com a aceitação de padrões de conduta, ou a um certo comportamento “dócil” na socialização.

Nas classes aburguesadas percebemos que o sentido dessa ação pode tomar outros caminhos e ganha outros espaços nos universos de possibilidades. Desbravar algo novo, seja

uma experiência com substâncias ou uma forma de interação com grupos diferentes, pode possuir o sentido de uma possibilidade de expressivismo e de construção indenitária, passo tão fundamental ao estabelecimento do *self* e no conhecimento de si. Não passaria pela cabeça de nenhuma pessoa sensata tomar pela categoria de “drogado” uma pessoa que experimentou um cigarro de maconha durante sua juventude. Até por que existem diversas outras categorias definidoras deste sujeito, adquirindo essa ação um significado dissolvido nas tantas outras interações que o definem enquanto tal. Para uma classe que está constantemente cambaleando em uma corda bamba moral, como é o fantasma da delinquência para os pobres (ROCHA; TORRES, 2009), a categoria definidora possui um impacto significativo nas possibilidades futuras de uma “inserção social”. Aqui percebemos que a questão não é tanto o sentido de fumar crack e os impactos dessa ação própria, mas o sentido de fatores contingentes que desclassificam os agentes nas outras interações e que possibilitariam a capacidade emancipatória.

O nosso objeto de pesquisa é, então, o que Howard Becker (2008) pensaria como um sujeito no qual o rótulo foi aplicado com sucesso, sendo o consumo de crack um fator tornado central como elemento crucial de entendimento do papel daquele sujeito no espaço social. Entretanto, essa visão unidirecional limita nossas possibilidades, ao passo que as categorias gerais de entendimento da ação desses sujeitos deve mobilizar o sentido de outras ações e interações, na reconstrução de um modelo sequencial partindo, em primeiro lugar, do lugar no espaço social ou uma posição de classe. A investigação da inserção destas pessoas no mercado de trabalho, sua posição nas relações de produção, pode nos dizer tanto sobre o objeto quanto sua posição no “mundo das drogas”. Queremos com isso, tornar claro o objetivo de entender uma gênese social dos usuários de crack, em um contexto de extrema desigualdades e precariedade material e simbólica na periferia do capitalismo ocidental.

## 1.7 Objetivos

Para além da discussão que se propõe entre Saúde e Segurança, inúmeros estudos apontam em outra direção, para um quadro de complexos dilemas e contradições que desafiam a compreensão no imaginário coletivo formado sobre o “uso de crack”. Nosso objetivo, em primeiro lugar, é nos inserirmos neste debate, **duvidando do papel que se almeja conferir às**



**motivações pessoais como fator central explicativo para o consumo de crack.** Recentes etnografias e estudos mais atentos às condições sociais de reprodução de contextos em que pessoas consomem drogas, mostram-nos que problemas ocasionados por estas práticas sociais estão intimamente relacionados a um *habitus* específico de pessoas desfavorecidas em diversas esferas da vida, desde as interações face a face até interações institucionais tão marcantes na construção distintiva da pessoa social (BOURGOIS, 2003, 2009; SUÁREZ, 2014).

Além desta tarefa, não podemos renunciar à tentativa de buscarmos o significado da reprodução estável e duradoura de configurações no contexto do capitalismo periférico que apresentam significativa quantidade de abandonados sociais. Caminha lado a lado com o abandono, a construção social da legitimidade do processo de desfiliação, por instituições e sujeitos que naturalizam e reproduzem estigmas e rótulos como “drogado”, “viciado”, “crackeiro” - nas suas formas mais recentes, ou até mesmo como “vagabundos” ou “bêbados” em suas formas mais usuais e encontradas na história do capitalismo ocidental.

Se nos propomos a cursar esta trajetória, percebendo que há elementos para além do indivíduo e importando para nossa análise diversos outros fatores, é, também, no intuito de desafiar a produção discursiva deveras marcante no senso comum, pelo conhecido ditado “as drogas não escolhem classe social” (ou até mesmo sua variação da moda, “o crack não escolhe classe social”). Se este ditado está fundamentado na ideia de que qualquer pessoa pode vir a tornar-se uma usuária de drogas, ele conduz ao erro do estabelecimento de patamares de “igualdade” entre usuários de drogas, sejam pobres ou ricos. Ou seja, se ele explicita que a droga não escolhe a classe, ele não traz à tona os porquês que levam uma classe, um *milieu*, ou uma fração de classe a escolher uma droga.

Não há nenhuma dúvida de que o consumo de crack em classes médias e altas também constitui um problema sociológico relevante e que deve ser considerado, mas é uma verdade inofismável que, se “o crack não escolhe classe social”, a proteção à pessoa social escolhe sim, as classes. A proteção ao indivíduo de classe média parte tanto dos relacionamentos institucionais – desde sentenças mais brandas na justiça até melhor “tratamento” por policiais, o que pode ser percebido como “má fé institucional” (BOURDIEU, 2003) – como dos relacionamentos afetivos na esfera da família.

A questão central aqui é percebermos que tipo de disposições pré-reflexivas ao comportamento cotidiano interferem na vida destas pessoas e como podemos perceber estas disposições como um patrimônio compartilhado entre sujeitos de um estrato social e que possuem respostas institucionais semelhantes em seus relacionamentos anteriores. Para além

do desvelamento deste aparato disposicional, que por si já seria um dado relevante para a investigação sociológica, objetivamos perceber como estas disposições incorporadas ao longo da trajetória dos sujeitos é colocada à prova nos relacionamentos institucionais, desvelando tanto inaptidões comportamentais dos próprios entrevistados mas, fundamentalmente, desnudando a incapacidade de integração social conferida pelas instituições modernas, mercado e Estado, na periferia do capitalismo.

Como nos mostraram estudos anteriores, não é um patamar de renda que posiciona pessoas em estratos de classe específicos, mas sim suas condições psicossociais e emotivas que vão condicionar uma determinada posição na esfera social. A renda é meramente uma resposta das estruturas sociais que vão premiar monetariamente certos tipos de comportamento em sociedade. E como nos mostra o filósofo alemão Axel Honneth (2003a), a efetiva e exitosa inserção na esfera pública é ancorada por elementos intersubjetivos que se desenvolvem desde a mais tenra infância. Para o autor, autocontrole, autoestima e auto-respeito são os elementos fundamentais para o reconhecimento nas esferas emotiva ou “íntima”, pública e jurídica. O abalo ou o desrespeito a estas esferas produz limitações ao que chama de uma “auto realização prática positiva” ou o alcance de uma “boa vida”. A desestruturação e as contínuas violências sofridas na vida de sujeitos de uma classe social específica são fatores fundamentais para compreendermos práticas sociais que são moralmente condenadas e que possuem um componente de classe compartilhado entre sujeitos em diferentes contextos, de tal forma que podemos percebê-los como uma coletividade sob a dimensão da “condução da vida” (WEBER, 1958).

A inquietação deste estudo é com questões específicas que têm relação com a “questão das drogas” no mundo contemporâneo, mas que raramente figuram na preocupação científica a respeito do tema: as condições psicossociais e emotivas de usuários de drogas da ralé estrutural, os efeitos do autocontrole (ou sua ausência) em suas “escolhas pré-escolhidas”, e o resultado da sua desclassificação social em posições nas hierarquias morais e valorativas na modernidade periférica. O papel do autocontrole ou a falta dele é central no universo intersubjetivo, uma vez que perpetua e naturaliza a condição de precariedade, contingenciando as tentativas de mudança comportamental. Percebemos também, como demonstra o filósofo canadense Charles Taylor (TAYLOR, 1997), a existência de um pano de fundo moral que constitui e sustenta valores na sociedade Ocidental. As maneiras de ser, pensar e agir, estão circunscritas neste *background* moral que orienta as relações intersubjetivas e proporciona a emergência de um determinado tipo de inserção social ou forma de ser no mundo social valorada diferencialmente pelas

instituições modernas. Taylor percebe o tema da hierarquia moral através do princípio da “dignidade” que no capitalismo moderno é expressado pela noção do “produtor útil”, cuja ênfase está na valoração universal da disciplina. Objetivamos investigar a produção do abandonado como um tipo social, que subverte este pano de fundo e essa moral na medida em que desafia os princípios sobre a universalização da condição de dignidade.

## 1.8 Hipóteses de partida

A nossa hipótese inicial, que deve ser repensada e aperfeiçoada através do trabalho empírico, é que os usuários de crack são uma parcela de um *milieu* social de *abandonados*, cujas trajetórias são marcadas por rupturas e continuidades de quadros e situações anteriores que tem grande potencial explicativo sobre sua posição social. É tomado um sujeito com formulação e recriação procedural contextualizada, já que os traços constitutivos essenciais da exclusão não se encontram na situação em si mesma (CASTEL, 1998).

O abandono pode assumir diversas configuração singulares e múltiplas no plano da cultura, com variações performáticas nos mais variados ambientes sociais, mas seu eixo central circula entre características que são efeitos estruturais, como: desfiliação social, fracos laços de pertencimento com grupos sociais, baixa escolarização e inserção precária no mercado de trabalho, histórico de desestrutura familiar, escassas possibilidades de mobilização de capitais e, especialmente no grupo com que trabalhamos, tentativas continuadas de escapismo pelo consumo de substâncias que permitem deslocamentos temporais e perceptivos. Na visão de Castel, estes “estados de abandono”, o que ele chama de “estados de exclusão”, não tem sentido algum em si mesmos, já que “são o resultado de trajetórias diferentes” em contextos similares. Para o autor Francês, este estado é um fato novo e que exigiria análises novas, já que é “inédito na conjuntura social”. Se concordamos com o autor que estes fatos requerem análise novas, não podemos deixar de trazer ao debate a discordância em relação ao seu ineditismo no caso brasileiro (MACIEL, 2014).

Nossa diferença contextual para países centrais, como a França que analisa, ou Alemanha e Inglaterra, dá-se pela existência de processos estruturais e não conjunturais de exclusão social, que permitem a normatização do abandono como elemento marcante das relações sociais desde nossa fundação como uma nação (que opera tanto em níveis

institucionais de reprodução como em níveis cognitivos de aceitação da exclusão como “normalidade”). O abandonado é para além de um “sobrante” do mercado de trabalho, para utilizarmos a linguagem de Robert Castel (“sobra” entendida como a subsistência, como resto, resíduo, como remanescência). Além de ser um sobranço no mercado de trabalho, os nossos atores de pesquisa “sobraram” em diversos outros planos como na esfera afetiva, no domínio das relações institucionais e até mesmo em relações comportamentais e cognitivas. Nossa hipótese é a de que o “abandonado” é um “sobrante” multidimensional, o que transcende a esfera do trabalho.

O estabelecimento da pessoa social como abandonado não é apenas de desfavorecimento na disputa por capitais que poderiam trazer vínculos sociais emancipatórios; é também um processo de controvérsia da própria noção de indivíduo, já que consensos estigmatizantes possuem intensa relação entre condições psicossociais e contextos de desfiliação social. No processo de desqualificação deste tipo social, tanto a incorporação de *habitus* de classe, como relacionamentos institucionais, desenham um panorama geral em que podemos entender o consumo de substâncias psicoativas no interior de processos de socialização recorrentes em contextos de normatização da exclusão.

Se confirmada através do trabalho empírico, esta hipótese nos permite perceber os consumidores de crack enquanto sujeitos de um *milieu* social no quadro de exclusão permanente, havendo transitoriedade dos rótulos (como mendigo, cachaceiro, vagabundo e, agora, “crackeiro”), mas com permanências significativas em relação ao tratamento destes grupos que jamais alcançaram o “rótulo” da cidadania. Ou seja, queremos com isso problematizar a capacidade analítica das categorias “crack” ou o “usuário de crack”, e em que medida elas são projeções no plano da cultura de problemas fundantes e arraigados em um *ethos* ocidental, baseado na concretude de uma personalidade individual e que prima pelo “indivíduo” e pelo “individualismo” como “valores morais” (SOUZA, 2012b).

## CAPÍTULO II: O fracasso da filiação social na metrópole periférica

### 2.1 O abandonado como tipo social

Neste capítulo investigaremos a trajetória de vida de um usuário de crack no intuito de explorar a origem de um tipo social tão presente nas grandes metrópoles brasileiras. Percebemos desde a década de 1990 uma crescente penetração do crack nas parcelas mais marginalizadas da população, dado que nos desafia a compreender qual é a relação que se estabelece entre situação social e consumo de drogas pesadas. Ainda que significativos estudos evidenciem uma clara relação entre consumo de crack e condição de classe, percebemos que algo “misterioso” torna a ralé mais suscetível à “dependência química” e aos perigos decorrentes do uso contínuo, e pouco se tem investigado este “algo” em relação ao contexto de marginalização e produção massiva do abandonado urbano como um tipo social. A hipótese com que trabalhamos é que esse “algo” são comportamentos que têm a ver com a disponibilidade ou carência de recursos materiais e simbólicos em relação a contextos tendencialmente verificáveis em estratos de classe, o que permite diferenciadas agências performáticas dos sujeitos nestes contextos, mas que é fortemente contingenciada pela produção massiva de populações desassistidas institucional e emocionalmente, marca central da exclusão na periferia do capitalismo.

Através de pesquisa empírica conduzida com usuários de crack nas ruas de Porto Alegre, percebemos a perturbação gerada nos indivíduos pela associação a categorias que os hostilizam por meio de insultos e estigmas, que são acima de tudo acusações públicas, atos de designação que aspiram à universalidade e à autoridade sobre o mundo social (BOURDIEU, 2004). As categorias possuem poderes contingentes em termos de possibilidade de inserção social, na medida em que formulações arquetípicas do senso comum elaboram o valor social do usuário de crack *a priori*. O grande problema é que o senso comum é um tipo específico de pensamento que trata de separar o mundo através de avaliações e rotulações amplamente difundidas, mas que tende a “simplificar” as características centrais de uma pessoa como forma de acomodação de uma realidade complexa. Tentaremos nas próximas seções, reconstruir uma série de condicionamentos que remontam à totalidade de uma forma de condução da vida e que são compartilhados em larga escala entre os nossos informantes. Apontaremos nessa direção para que possamos ir além das categorias simplificadoras e fragmentárias sobre o entendimento do significado social do consumo de crack – como é a na percepção do problema em “temas de

interesse”, como tráfico de drogas, violência, desvios morais/religiosos, hereditariedades genéticas, patologias individuais etc.

## 2.2 O encontro permanente com o fracasso

Convidamos o leitor a acompanhar um breve relato da história de Pedro, que aos vinte e oito anos de idade tem sua existência aprisionada pelo presente. A história de vida de Pedro, sua trajetória de migração do interior do Rio Grande do Sul onde vivia uma vida orientada para o campo, é um exemplo interessante para pensarmos os problemas de integração social daqueles que não conseguem se inserir efetivamente no contexto urbano. Seu futuro é deveras incerto, posto que não consegue elaborar e pôr em prática planos estruturados que possam despertar alguma mudança significativa em sua vida daqui para frente. Seu caso também é significativo na medida em que permite aproximações com os sentimentos e comportamentos partilhados entre muitos entrevistados em nossa investigação, sendo um padrão tendencialmente verificável no *milieu* social dos usuários de crack marginalizados em contextos urbanos. Sua trajetória marcada por uma condição de precária socialização não é sequer percebida por ele enquanto uma das causas para explicar a vida que leva hoje. A condição que experimenta, perambulando entre albergues para conseguir um teto para dormir, ocupando seus dias com o trabalho de guardador de carros quando não está tragando alguns farelos de crack, é percebida enquanto um golpe do destino, que lhe impõe fatal e misteriosamente os acontecimentos cotidianos. Os últimos episódios da sua vida são percebidos por ele como golpes de azar, em que fatores externos o expuseram a estar na condição que vivencia hoje.

Pedro nos conta que a única coisa que falta para se “reerguer” é a confecção de seus documentos que foram roubados. Há poucos dias estava fumando crack “direto”, o que fez com que tivesse que optar por dormir no banco de uma praça. Ir para o albergue no início da noite é uma tarefa quase impossível quando a tarde foi de muita “doidera”, entre tragadas no cachimbo e alguns goles de cachaça. Não que o albergue não permita sua entrada naquele estado, mas ele sabe que depois de algumas horas terá uma vontade insaciável de sair para fumar mais. Ele tem consciência que um desejo incessante penetrará seu corpo no momento em que atravessar a porta do albergue, e essa sabedoria lhe imprime uma lógica de cálculo entre os benefícios e os custos de passar uma noite longe da rua. Sabe que no albergue poderá desfrutar dos prazeres

que um banho pode proporcionar para quem já está há alguns dias na rua, limpar toda aquela sujeira que se acumula e lhe impõe os constrangimentos de ter que lidar com os odores corporais. Mas também sabe que a vontade será insuportável, então opta por enfrentar os perigos de dormir ao relento e paga o preço tendo seus pertences roubados.

Avalia que o sujeito que roubou seus documentos deve ser um coitado, pois quem roubaria os mirrados pertences de um “pé rapado” como ele? Nesse momento percebemos a construção imagética que possui de si. Ele tem quase certeza de que todos que cruzam com ele na rua o veem como um pobre coitado que sequer teria algo para ser roubado. Já não possui mais os bens que um dia desfrutara, nos tempos em que conseguia manter um emprego fixo e calcular sua vida com base nos confortos materiais que obtinha. Mas mesmo assim, aparentando ser alguém que não tem nada material a oferecer, tem sua mochila furtada durante a noite. Nesse momento de avaliação, manifesta uma moralidade contextual própria dos moradores de rua, que condenam outros moradores que atacam seus pares. Atacar um semelhante é percebido como uma afronta de quem já é humilhado por todos, já que essa humilhação é sentida e partilhada por todos os andarilhos dos grandes centros urbanos. A partilha do sofrimento cria um tênue laço de solidariedade social, mas visivelmente fraco demais para evitar que se roube um semelhante. Entretanto o sentimento de ódio que exprime inicialmente é apaziguado pela pena que sente de alguém que precisa roubar os bens de um “chinelo” como ele, outro coitado que nada teria a oferecer.

A falta de documentos dificulta suas ações em diversos níveis, até mesmo impossibilitando que possa tentar um emprego e assim buscar uma alternativa para sair da rua. O que aparenta ser um simples empecilho, que para qualquer sujeito com uma vida minimamente estruturada seria de fácil resolução, expõe sua fragilidade de forma dramática. Fazer documentos novos implica uma sequência de ações que deve adotar. Primeiro, passar a noite no albergue e tomar um banho para ficar apresentável no instituto de identificação. Mas depois disso, como ficar apresentável quando suas vestimentas salientam a precariedade de sua situação? Tem que conseguir um “pano” novo, fazer a barba, cortar o cabelo. Tudo isso vai fazendo com que adie incessantemente o que, para ele, seria o passo que falta para sair da rua.

Para além destas necessidades materiais de asseio corporal, de tornar-se apresentável para os encontros cotidianos, compreendemos que o medo de Pedro se fundamenta em suas experiências anteriores com sujeitos de frações de classe diferentes da sua, conjuntura esta que seria necessário enfrentar para a confecção dos novos documentos. Não consegue articular no discurso de forma conclusiva, mas até mesmo sua postura corporal e o tom de voz se alteram

quando fala sobre o tratamento que recebe das pessoas que estão posicionadas acima na hierarquia valorativa da nossa sociedade. Os donos dos carros que cuida durante o dia, os transeuntes desavisados que passam por ele, de alguma forma Pedro sente que eles o avaliam constantemente. Para alguém que não foi socializado a pôr em palavras tudo aquilo que se está sentindo, é muito difícil verbalizar tal situação. Tal tarefa é tão difícil que até mesmo sujeitos acostumados a lidar com sentimentos complexos discursivamente ficam sem palavras nessas situações. Mas isso não impede que se abram feridas profundas em sua percepção sobre si mesmo, produzindo um efeito circular nas suas tentativas de escapar de um ciclo de acontecimentos trágicos.

Pedro e os sujeitos das classes médias e altas com quem cruza diariamente partilham um consenso, uma produção inarticulada sobre algo que dificilmente tematizamos e torna-se discurso. Esse consenso versa sobre a existência de um descomunal abismo social que separa os indivíduos e que os encontros urbanos insistem em escrachar. Mais profundamente, este consenso se ampara em uma aniquiladora ideologia meritocrática, que percebe os sujeitos como merecedores de seu fracasso ou sucesso. A culpa individual fervilha em seu sangue quando avista cotidianamente sujeitos que obtiveram sucesso. Esses momentos fazem com que questione o que fez de errado, por mais que não consiga converter esse sentimento de culpa em uma formulação autocrítica que possibilite uma mudança comportamental. Neste aspecto, salta aos olhos do pesquisador o profundo impacto produzido por carências disposicionais cruciais para qualquer mudança de vida e os embates gerados por estas carências nos relacionamentos passados, tanto com outras pessoas, como com instituições sociais que exigem do sujeito uma determinada maneira de agir. Está preso na culpa, sem que isso possa impelir qualquer mudança radical sobre suas práticas.

A culpa que sente e sua incapacidade de transformá-la em algo positivo é um comovente sintoma de sua gestão cotidiana do fracasso. Todos os amigos com quem convive no dia a dia insistem em repetir que “a rua não é pra ele”. Insistem na ideia de que possui algo que o diferencia dos outros usuários de crack e que tanto as práticas cotidianas de fumar como morar na rua não são coisas feitas para ele. De fato Pedro possui uma performance corporal e uma maneira de ser e agir diferenciados, que o distingue dos demais. Isso faz com que se sinta mais fracassado entre os fracassados, e tenha que conviver com isso, já que ninguém entende os porquês de se encontrar em tal situação.

Para que possamos nos aproximar desta angustia, devemos resgatar alguns elementos da trajetória familiar de Pedro, no intuito de assimilar algumas contradições aparentes. Só



assim, poderemos entender como os relacionamentos e disposições passadas incidem em suas práticas cotidianas e contingenciam suas possibilidades emancipatórias.

### 2.3 Quadro socializador e desencontros no tempo

Um período da vida muito bom, é o que Pedro elabora sobre sua trajetória até a maioridade vivida no pampa gaúcho, terra em que o campo se confunde com o espaço urbano. Esse momento tão marcante na vida de qualquer um, recorrentemente repleto de memórias, histórias e aprendizados, é quase como um período de vácuo na história de vida de Pedro. Não consegue lembrar de muitas coisas, somente das brincadeiras com seus irmãos e com os outros meninos da vila. A vida com a avó e os três irmãos tem muito pouco espaço em sua narrativa. E não é por menos. A infância foi um período definido mais por ausências do que por momentos marcantes que pudessem ser expressados positivamente em sua personalidade hoje. Os pais nunca tiveram condições para criá-lo, já que trabalhavam de sol a sol e mal conseguiam garantir o sustento para si. A avó recebia uma pensão, que não era muito mas, segundo ele, era “suficiente” para criar as crianças. Mas essa aparente “suficiência” revela justamente carências fundamentais que formataram suas maneiras de ser e agir na atualidade.

É muito natural que ele não se recorde destes momentos, já que é justamente pré-reflexivamente que estas maneiras de ser são impregnadas no sujeito, inscrevendo na carne uma lógica corporal e subjetiva, que moldará o comportamento prático ao longo da vida que está para além da recordação de alguns eventos marcantes. A ausência destes eventos “mais significativos” em sua narrativa, não exclui o fato de que eles existiram e que foram decisivos na constituição de quem é hoje. O quadro de socialização configura uma série de tendências, tanto em termos de distanciamento como em termos de aproximação dos recursos culturais e morais, indispensáveis no itinerário de conquista de uma posição social pessoal. Durante os períodos de socialização primária e secundária, a criança é efetivamente contagiada por lógicas e estruturas de pensamento que incidem no agir, através da imitação e do aprendizado afetivo e disciplinar, incidindo decisivamente nas interações que se produzirão no curso da vida. Em alguns casos o ambiente familiar apresenta os ingredientes necessários para que as crianças se encontrem em condições ideais para a construção das representações, habilidades e gostos, que ao final se mostrarão rentáveis em termos de integração e reconhecimento social. Já no caso de

Pedro, seu universo familiar não apresentava um universo pedagogicamente estimulante e plenamente “difusor” de efeitos cognitivos ou organizacionais ligados à transmissão pelos parentes de uma cultura privilegiada e valorada positivamente pelas instituições modernas.

Essa difusão, quase invisível, se manifesta nos momentos de convívio familiar, em que as práticas e hábitos das figuras exemplares – geralmente pais, avós, tios, irmãos e amigos próximos - transbordam de suas individualidades e “respingam” nas percepções e representações das crianças. Na vida de qualquer um de nós a infância é marcada pela iniciação a uma variedade de formas de se portar no mundo social. O cuidado com o corpo, as maneiras de agir e proceder perante os outros, os recursos acionados para lidar com barreiras e dificuldades cotidianas, são habilidades aprendidas e partem de um processo de imitação das práticas dos adultos responsáveis pelo cuidado parental. Toda uma lógica temporal, íntima e social se impõe através de diversos mecanismos de socialização, naquele ambiente tão propício ao aprendizado, que o sociólogo Bernard Lahire denomina o “clima familiar” (LAHIRE, 2011). Para ele, o convívio com adultos neste “clima”, permite a incorporação de certas funções, representações e certos efeitos cognitivos ou organizações específicos, necessários ao aprendizado, como é no caso do aprendizado da escrita. A impregnação seria efetiva porque indireta e “difusa”, mais do que diretamente por ações de escrita e leitura. Ou seja, ela aflora no momento em que as estruturas cognitivas existentes são carregadas de tendências disposicionais, que se prestará no futuro ao aprendizado de novas habilidades. Cabe aos pais, ou àqueles que representam a figura dos pais, cativar e estimular seus filhos neste “clima”, para que estes internalizem um repertório de práticas que lhes permitirá a construção de um sujeito dotado de uma capacidade de auto remodelação frente aos contratempos da vida. É tão efetivo já que sentimental, transmitindo racionalidades e formas de representação nas avenidas de oportunidades apresentadas pelo potencial de todo ser humano. Se invisível em forma, é antes de tudo absolutamente aparente em seus efeitos práticos.

O exemplo do aprendizado da escrita e da leitura são cruciais para que possamos clarificar o papel dos pais e das figuras exemplares na socialização desde a mais tenra infância. O quadro de socialização, o ambiente próprio de transmissão cultural, está intimamente conectado com a vida escolar de Pedro. Ele era total e completamente dependente do ambiente escolar para se apropriar dos elementos de uma cultura escrita. Para Lahire, esse é o momento que opõem crianças com avós e ou pais semianalfabetos em dificuldades com a escrita daquelas em que o ambiente de socialização se iniciou na primeira infância com pais e avós com longas trajetórias escolares. Configura-se uma relação de dependência com uma instituição que possui

historicamente quebradiços laços com crianças em tal situação, laços que só podem ser estreitados através de condicionamentos afetivos das figuras exemplares. A escola nada mais se presta do que ofertar um espaço de intensificação de potencialidades, não de transmissão organizacional e cognitiva. As estruturas já existentes são postas à prova e, no caso de Pedro, em xeque.

Em momentos muito triviais do cotidiano, o convívio com os parentes possibilita que a criança internalize práticas necessárias para que o aprendizado escolar se concretize. A capacidade de se concentrar em uma tarefa específica é um componente fundamental para o desempenho de qualquer papel social moderno. Através de sutis mecanismos de reconhecimento, desde olhares de aprovação ou reprovação, carinho e afetividade corporal e verbal, os pais afirmam e recompensam as ações em que a criança consuma tarefas que requerem competências legadas. O espírito meritocrático, que fundamenta a rede de reconhecimento que os professores oferecem aos seus alunos dedicados e que cumprem o que lhes é solicitado, só encontra ressonâncias naqueles em que capacidades prévias foram acionadas e devidamente sedimentadas. No convívio com os pais, na tessitura de uma rede de afetos, a criança sente-se capaz e valorizada a ponto de pôr em prática atitudes e padrões de conduta, contagiadas pelas atitudes dos pares no “clima familiar” que recompensa tais comportamentos. A escola pode então oferecer uma fonte de estima e reconhecimento para crianças que, como diria Pierre Bourdieu, já sabem as “regras” do jogo, conservando e aprimorando elos cognitivos já estabelecidos em seus lares.

Percebemos o papel crucial que as instituições e o ambiente social produzem nas possibilidades de inserção social do indivíduo. É com o “carimbo” das instituições que os sujeitos passam a transformar toda a potencialidade do humano no sentido de produção de um sujeito social, que emerge nas inter-relações do indivíduo com a sociedade (ARENARI; DUTRA, 2015). A produção do sujeito social se dá numa intensa relação entre o indivíduo e o corpo social, na medida em que capacidades e habilidades individuais incorporadas passam a ter anuência ou reprovação do corpo social. Não podemos, então, perceber trajetórias como as de Pedro apenas em termos de caracteres individuais e psicológicos que perpetuam suas maneiras de ser “pessoa”, já que as explicações para o comportamento individual possuem uma infinidade de fatores de influência. Em outros termos, se na fases de socialização primária e secundária se desenham os limites e tendências para o agir, elas só farão no sentido relacional, em que o indivíduo é sempre entendido em relação a outros e, para pensarmos nos termos de Lahire, em relação a um “clima” social.

Pedro não sentia a motivação necessária para imprimir em seu cotidiano uma lógica organizacional que alocasse o tempo para desenvolver atividades escolares. A escola era um “fardo”, quase como uma pena que tinha a cumprir para não criar conflitos com sua avó. Essa falta de ligação afetiva com o que a escola tem a oferecer começa a resultar em sucessivos fracassos escolares o que, aos poucos, vai afastando Pedro daquele universo. A grande diferença que surge entre Pedro e crianças pertencentes a famílias que proporcionam ambientes socializadores convidativos ao desenvolvimento dos saberes escolares, especialmente as classes aburguesadas, é a disparidade de tempo empregada em tarefas que, à primeira vista, e especialmente para uma criança, não são muito prazerosas. A temporalidade da vida das crianças que crescem em ambientes socializadores pedagogicamente estimulantes são demarcadas por espaços temporais que delimitam a execução de algumas tarefas. A lógica cotidiana é marcada por momentos segmentados para a execução de diversos papéis sociais, nos quais a criança encarna maneiras de ser primordiais à expansão das capacidades do uso da razão na totalidade de sua elasticidade, contingenciada mais pela plasticidade própria das capacidades cognitivas do ser humano do que por barreiras e fatores limitantes do crescimento exteriores ao indivíduo, estes, os fatores impessoais dos quais não temos controle algum. Os pais e pessoas que figuram como “modelos de ser”, conduzem ao equilíbrio mental necessário ao enfrentamento destas tarefas básicas que primam pelo esforço mental sucessivo e metódico, operando um controle das pulsões que circunscrevem a atenção e o foco, lócus comportamental privilegiado no aprimoramento de atividades complexas. A disposição de domínio do tempo e controle das atitudes para o emprego da energia em tarefas mentalmente cansativas são as maiores heranças transmitidas de pai para filho em sociedades que primam pelo conhecimento e pelo saber incorporado, e no caso de Pedro, uma das mais impactantes carências.

Para que possamos elucidar esse argumento mais abstrato, podemos citar o exemplo das tarefas de casa que a escola sugere aos alunos, o tão conhecido - e temido por alguns - “tema de casa”. Na ocasião da resolução de equações matemáticas, Pedro não tinha ao lado alguém que pudesse lhe esclarecer dúvidas e reforçar positivamente seus acertos. O sentimento de prazer na resolução de uma equação, o encontro de uma incógnita que desvenda os mistérios dos números, é algo fundamentalmente arraigado na atribuição da importância destas situações na vida da criança, realçada tendencialmente por figuras exemplares. O “clima familiar” de Pedro, em que a avó semianalfabeta lutava primeiramente pela sobrevivência material dos netos, não despertava o sentimento de satisfação e desejo de explorar mais a fundo os desafios do universo matemático. A classe social, nesse aspecto, restringe uma série de tendências em

relação ao universo em que as crianças podem sentir-se estimuladas na consecução de tarefas complexas e na circulação em “climas” estimulantes aos processos reflexivos metodicamente orientados. Além disso, a inserção de classe aumenta ou diminui as probabilidades de que outras figuras “exemplares” desenvolvam este clima, como parentes próximos e amigos, tornando o pertencimento de classe um fator fundamental no esclarecimento dos “universos de possibilidades” em que uma série de desvantagens e dificuldades podem ser superadas ou reforçadas.

O caráter disciplinar e afetivo proporcionado pela presença dos pais (ou figuras paternas) se configura a partir de uma orientação do tempo e do espaço, na qual a criança fica circunscrita no universo de possibilidades que lhe é permitida. Se na socialização primária a exacerbação da esfera do amor se mostra evidente na relação simbiótica que se estabelece entre mãe e filho, a socialização secundária é delimitada por uma intensa lógica de disciplina, em que o corpo físico e a temporalidade são modulados conforme os desejos e necessidades da orientação parental, variando em padrões verificáveis nas diferentes classes sociais (VISSER, 2014). Essa sistematização resulta na possibilidade de aquisição de uma temporalidade específica e um controle de si, em que os sujeitos empregam o apreendido nas relações sociais que se engendram nas diversas esferas da vida. As disposições comportamentais são, então, legados que fundamentam as ações e as tomadas de atitude em relação às configurações sociais que se apresentam aos agentes. As origens da inaptidão comportamental que Pedro apresenta para fazer seus documentos, como apresentamos no início deste capítulo, têm como componente fundante a carência do cuidado parental nos quesitos afetivos e disciplinares, somado a uma configuração social e institucional em que tais carências separam indivíduos “preparados” dos “despreparados” para lidar com tais tarefas. Mais do que falarmos em termos de “culpados”, percebemos e evidenciamos as condições sociais de perpetuação de tendências comportamentais que regem a ação prática e que, ao fim e ao cabo, modularão as relações individuais com os diversos campos do universo social.

As potencialidades do humano se desenvolvem em terrenos com condições diferenciadas, universos de transmissão cultural e afetiva que amarram as subjetividades dos envolvidos numa relação social. Os sucessos e os fracassos futuros podem ser entendidos como adaptações performáticas no circuito pessoal, mas que possuem elementos similares e estruturantes em frações de classe próximas, já que estas estão imersas em ambientes sociais que proporcionam alternativas de interação social muito parecidas. Como podemos inferir, o fracasso nas tentativas de sucesso de Pedro se amparam em dificuldades que remontam à

totalidade de sua constituição como sujeito e que tem raízes profundas em seu quadro socializador. Entretanto, como pensamos que o pertencimento de classe, e o consequente *habitus* de classe, não são uma sentença imposta, buscaremos alguns elementos que auxiliam na compreensão das atitudes de Pedro em relação ao crack e que foram se solidificando com o passar dos anos nos circuitos que percorreu.

#### **2.4 Orientação dos desejos e as esferas do cotidiano**

Como é recorrente na história de vida de muita das crianças da ralé, a maior parte do tempo de Pedro era dedicada às brincadeiras com outras crianças, sendo a esfera lúdica ampliada e tornada a fonte central de sua satisfação existencial (ROCHA; TORRES, 2009). A ausência dos pais dificultava que seu tempo fosse disciplinado de tal maneira que pudesse aprender perícias ligadas aos saberes escolares, fator essencial para que aflora o sentimento de compromisso e dever para com o desenvolvimento de tais tarefas. Mas Pedro também possuía uma atividade que lhe dava muito prazer, a lida no campo. Gostava de cuidar dos cavalos e possuía grandes habilidades que o faziam sonhar em ser um reconhecido ginete.

Era consciente de que não possuía os critérios escolares que a sociedade exige de seus membros que aspiram o sucesso a partir das práticas ligadas aos saberes intelectuais. As faltas na escola começaram a ser mais frequentes que as presenças, já que as brincadeiras com as outras crianças e o aprendizado com a lida campeira iam tomando todo seu tempo. O trabalho no campo oferece um grande elemento libertador na história de Pedro, na medida em que passa a ocupar suas atenções e preencher o seu tempo no direcionamento de uma atividade em que pode exercer um papel social positivamente valorado. Ele tem a oportunidade de aprender saberes que lhe imprimem tanto uma nova lógica temporal quanto uma nova lógica corporal. A vida no campo exige esforços para além daqueles que eram necessários na sala de aula, sendo agora o corpo posto à prova perante os desafios das tarefas que tem a cumprir. Acontece em sua vida uma substituição hierárquica do tempo resultando da reorganização de seus desejos, o que frequentemente ocorre na vida de cada um de nós quando descobrimos um universo completamente novo e que nos é fonte de prazer existencial.

Apesar de áspera, a lida no campo lhe dava prazer. Quando fica maior, já próximo da adolescência, começa a sonhar em participar dos rodeios e o trabalho no pampa desponta como

uma grande fonte de estima e reconhecimento social. A equação que é posta para muitos jovens da ralé na adolescência, em que a vida “delinquente” emerge como um dos possíveis universos de inserção social, é no caso dele tensionada em direção ao caminho do trabalho e da manutenção de uma atividade longe do crime. Os sonhos e desejos são sempre uma fonte única de transformação social, ao passo que o indivíduo passa a projetar para si uma concepção identitária permeada pelos exemplos que lhe são presentes. Nesse momento, passa a ter exemplos expressivos de figuras paternas, sujeitos que dão crédito para suas ações o incentivam que continue no trabalho no campo.

Entre o lúdico e o trabalho no pampa ele “se criava”, dividindo seu tempo agora não mais com a escola, mas com uma atividade que poderia ser fonte de reconhecimento no futuro. Ele inicia dessa forma seu percurso de iniciação às práticas do mundo do trabalho e o desenvolvimento mais próximo de uma relação com o dinheiro. De início o patrão lhe oferecia uns poucos trocados para que alimentasse os animais e depois de um tempo já passara a “ginetear” com os mais velhos. Ele via no campo uma forma possível de ascensão social, já que os saberes associados ao contexto rural poderiam lhe render muitos frutos no futuro, pelo menos mais do que aqueles saberes ligado ao “mundo urbano”, os saberes escolares que agora, e cada vez mais, ficavam distantes de seu universo.

Esse fervoroso “caldo” que é a adolescência de Pedro, também lhe impõe uma lógica monetária em que começa a perceber que em pouco tempo, ou seja, quando completar dezoito anos, terá que “se virar” sozinho. Este é um momento crucial na vida dos adolescentes da ralé, já que o mundo começa a exigir uma série de comportamentos e saberes incorporados necessários à inserção no mercado de trabalho. Ele intensifica sua relação com o dinheiro e começa a ter os desejos de consumo frequentemente encontrados nessa fase da vida. A vontade de aquisição dos bens de consumo que, aparentemente, são ofertados a todos, o coloca num dilema moral categórico. Ele vê que muitos meninos da vila estão conseguindo dinheiro vendendo drogas, na “vida do crime”. Virar bandido é uma das oportunidades que lhe são ofertadas para saciar os seus desejos, mas ele pensa que isso traria muitos problemas.

Nesse momento tão fundamental da vida de todos nós, Pedro passa a experienciar uma nova forma de interação social no início da puberdade e na passagem para a adolescência. Ele passa a adentrar em uma esfera lúdica alterada, em que os desejos sexuais passam a atravessar as brincadeiras mais ingênuas que não são mais suficientes para satisfazer suas necessidades existenciais. Sua iniciação sexual é marcada por uma conversão do lúdico em erótico, em que

os prazeres existenciais fornecidos pelas brincadeiras passam a ser buscados nas relações com parceiras sexuais.

Ocorre na vida de Pedro uma reorientação dos desejos, mas que se ampara nas mesmas tendências comportamentais focadas na satisfação imediata. As brincadeiras são deixadas de lado e seu tempo passa a ser segmentado pela “conquista” das gurias das outras vilas. Esse é um ponto central de sua trajetória, em que a esfera erótica é interpenetrada com o universo do conflito com os inimigos. Pedro sabia que não poderia “pegar” as gurias da sua vila, já que essas são irmãs e parentes de seus amigos. O sexo é percebido por ele e por seus pares quase como uma agressão, uma arma moral que condena as mulheres ao estigma de “putas”, caso elas cedam às tentativas de conquista. Conquistar uma guria e ser bem sucedido nesse campo, apresenta tanto um caráter de dominação individual, em que o sujeito se sente valorizado pela “conquista”, como um caráter desmoralizante para a mulher e seus familiares. As conquistas passam a ser elencadas como “vitórias” no jogo de agressão moral entre grupos de “guris” das vilas, em que as disputas começam a se acirrar ao ponto de culminar conflitos físicos e armados.

O desenvolvimento da esfera erótica e a iniciação sexual são pontos nodais em termos identitários, na medida em que há, potencialmente, uma valoração e um reconhecimento do outro numa íntima relação que envolve corpo e “alma”. A adolescência é um período em que os sujeitos podem encontrar fora de seus núcleos de interação social mais próximos, relações existencialmente significativas e com potencial transformador. No exemplo de Pedro esse potencial não se concretiza, na medida em que reifica a subjetividade das gurias com quem se relaciona. O mesmo tipo de relacionamento com que obtinha uma fonte de prazer existencial através das brincadeiras de criança, como jogar futebol ou brincar de “esconde-esconde”, é reproduzido na relação utilitarista com o corpo feminino. Mas para além da retribuição pelo prazer sexual, há também um elemento fundamental que é o prazer existencial perante os pares numa relação de forças no jogo de agressão moral, proporcionado pela atitude quase transgressora em que a sedução se mistura com desobediência. Nesse sentido, o valor da contravenção atua como fator motivacional, em que os pares avaliam diferencial e positivamente aquele que consegue “vencer” o desafio.

As maneiras com que se relaciona na esfera erótica possuem um elo fundamental, ou melhor, são evidências profundas do modo com que “desvios” e transgressões são valoradas na interação com o grupo. A interação face a face no seu contexto social tem como componente o enaltecimento e estímulo de reprodução de comportamentos em que o sujeito percebe que está “atravessando” fronteiras, linhas morais imaginárias que delimitam tipos de ação diferenciados.



Na medida em que o sujeito passa a se reconhecer distintivamente a partir destes caracteres, é aumentado o prazer existencial advindo de atitudes comumente tidas como “incorretas” ou moralmente condenáveis. O “caldo” fervilhante das interações sociais na sua adolescência, configura espaços de interação social em que a valoração positiva para transgressões sustenta a tentativa de novas “empreitadas”, em campos muitas vezes nunca antes percorridos, como é na experimentação das drogas. Como nos mostraram os teóricos da sociologia do desvio, a atitude de consumir drogas passa a ser uma atitude razoável dentro do universo de possibilidades, na medida em que passos iniciais foram tomados nessa direção, no decorrer de uma “carreira” como no caso do mundo do trabalho.

É fundamental que percebamos este momento para além dos fatores motivacionais individuais que regem as ações de Pedro, já que o ambiente social em que vive, ou nas palavras de Durkheim o *milieu* social, estimulam e reconhecem diferencialmente certas atitudes. A vida no campo era muitas vezes desprezada pelos seus amigos, já que dificilmente alguém consegue “ostentar” as riquezas materiais provenientes de tal atividade. A vida no crime, por outro lado, é valorada positivamente nesta moralidade contextual própria, na medida em que rapidamente pode-se desfrutar dos ganhos materiais advindos do tráfico de drogas. Pedro passa nesse momento aquilo que é característico das fases de amadurecimento do sujeito, ou seja, o enfrentamento dialógico em que o indivíduo passa a avaliar uma relação intensificada entre custos e benefícios na tomada de atitudes. Nesse sentido, evidenciamos a força das figuras exemplares que estiveram presentes em sua vida no trabalho campeiro, ao passo que por sucessivas vezes não aceita as ofertas de seus amigos que tentam lhe atribuir tarefas como a de “aviãozinho” (pequenas entregas de drogas e comunicação para proteção de traficantes).

## **2.5 Ambiguidade institucional: entre promoção e rebaixamento**

A vida militar apresenta uma grande oportunidade aos jovens, especialmente para os jovens da ralé, fator muito recorrente tanto na trajetória de Pedro como em outros entrevistados nessa investigação. Servir no exército é tanto uma “rota de fuga” como uma possibilidade apresentada, já que o jovem pode por seus méritos vencer sem que o passado escolar sentencie seu futuro. O exército, como instituição, tem um papel fundamental nesse momento da vida dos jovens, na medida em que “democratiza” o acesso podendo reverter ou afirmar um processo

cumulativo de exclusão social. Ao completar dezoito anos, Pedro agarra essa oportunidade com unhas e dentes, entrando “de cabeça” na vida militar e sonhando alto com tudo que aquela oportunidade pode lhe oferecer. Ele sonha fazer carreira no exército, utilizando todos os saberes da lida campeira e que agora podem lhe dar o retorno tão esperado.

Pedro se alista e é convocado para servir numa cidade próxima, na fronteira do Rio Grande do Sul com o Uruguai. Lá conhece um universo novo, em que a disciplina e o controle são fundamentais para que pudesse progredir na carreira militar. Conta-nos que sentia grande prazer ao usar a “boina preta”, que era uma fonte de estima e reconhecimento social. As habilidades incorporadas no campo fazem com que Pedro se destaque no grupo, a tal ponto que lhe é designada uma equipe para comandar. Esse momento salta aos olhos do pesquisador e evidencia o quão influente é o papel da atribuição de reconhecimento institucional na vida dos indivíduos. Pedro não possuía diplomas escolares e mesmo contra todas as adversidades, conseguiu um espaço tão desejado.

O cotidiano lhe imprime uma intensa lógica disciplinar que orienta seu tempo. Acorda às cinco e quarenta e cinco da manhã. Tem quinze minutos para arrumar a cama, fazer a barba, tomar banho. Horário rígido para tomar café da manhã, formação e juramento da bandeira. Treinamento físico, instrução com armas, técnicas de combate. Horário para almoçar, tempo mínimo para descansar. Mais instruções, aulas, janta, toque de silêncio. A demarcação temporal rígida que nunca tinha sido experimentada em sua vida passa a ser a realidade cotidiana.

Entretanto, o que apresentava uma oportunidade institucional de reversão em sua trajetória de exclusão social, mais uma vez fracassa na vida de Pedro. Com muita tristeza, nos relata que certa vez, durante uma votação sobre quem comandaria o pelotão, perde a votação para um recruta de outra cidade, o que frustra seus sonhos de ascensão:

**P: Contra mais sobre essa história [quando saiu do exército]?**

No campo eu tinha uma equipe e tinha mais outros pelotão sabe... como tinha mais cara de outra cidade, na votação eu perdi, ao invés do sargento, do capitão votarem, falaram pros cara votar e votaram no da cidade deles... Bah, quem fazia aquele campo dando risada era eu... Só que aí desgostei e comecei a chinelar já, tomar cachaça, cabelo grande... eu mesmo quis largar quando perdi a boina preta, aí não gostei mais.

Nesse momento crucial em sua trajetória, todo um passado de exclusão e fracassos vem à tona, sendo este um golpe fatal em seus sonhos. Depois disso, Pedro é pego fumando maconha e tomando cachaça escondido, o que lhe rende três meses preso no quartel. A instituição nesse contexto reafirma e perpetua seu processo de exclusão, ao passo que não avalia uma alternativa

para Pedro para além da punição. Para além desta falta avaliativa, em que as transgressões são punidas com encarceramento, ele é exposto a humilhação de ter que jurar à bandeira sozinho na frente de todos. Como nos relata: “o juramento da bandeira eu fiz sozinho né meu, sozinho porque eu tava preso. Saí da cadeia e tive que jurar a bandeira. Ô meu, eu no meio de todo mundo, só eu, dando risada”.

O riso desesperado de Pedro certamente não é o característico daqueles que riem de felicidade. Pelo contrário, seu riso é sintomático da vida de indivíduos que tiveram seus desejos tolhidos, produzindo um sentimento de angústia que se faz presente em cada segundo da existência. A sociedade moderna prima pela ideia de que vivemos em sociedades “não repressivas”, nas quais as capacidades individuais poderiam ser desenvolvidas em sua plenitude, já que estaríamos livres das amarras da tradição que definem desde o nascimento o destino dos sujeitos. A ideia implícita em sociedades que aparentemente não há restrição normativa para a realização dos desejos, é que o “problema está nos seus ombros” quando as coisas dão errado e que nada diz respeito a vida social. Como ocorre com muitas ideias que circulam no senso comum, esta não é totalmente uma verdade. Certamente a restrição normativa das sociedades tradicionais expunha explicitamente desde nascença um destino, uma trajetória que já vinha marcada e que dificilmente desviaria do perímetro social de nascença. Mas a ideia de que somos totalmente livres para “criarmos” nosso futuro é frágil e quebradiça, especialmente quando nos deparamos com histórias como as de Pedro.

Depois da saída do exército ele parte para tentar uma vida nova, sem um caminho claro e articulado em que pudesse trilhar um novo futuro:

**P: O que tu fizeste depois do exército?**

Aí fui pro mundo, viajar trabalhar, conhecer gente diferente, eu gosto de viajar, de conhecer, gente diferente, tudo diferente, a cultura diferente. Não gosto de ficar no mesmo lugar, mesmo lugar me enjoa.

Pedro quer encontrar no diferente e no distante aquilo que nunca encontrou no próximo e ordinário. O mesmo lugar “enjoa”, pois não consegue encontrar um caminho que consiga trilhar, um ambiente social propício que lhe ampare e seja fonte de prazer existencial. Percebemos tamanha ingenuidade dos indivíduos com um futuro dramático que, como diria Pierre Bourdieu, tentam confortar suas esperanças em um futuro mágico e imaginário.

Na trajetória de busca pelo inesperado, por algo que pudesse transformar decisivamente sua vida, consegue encontrar um lugar no tráfico de drogas, destino que sempre fugira durante a adolescência. Pedro viaja para outra cidade do Rio Grande do Sul e consegue uma colocação

em uma boca de fumo, onde comprava maconha frequentemente e sabia que poderia procurar uma ocupação. Nunca sequer conheceu o “dono da boca”, que apenas o contatava por celular de dentro do presídio para lhe dar instruções e os próximos passos que deveria seguir. Passa nesse momento a fazer uso frequente de cocaína, o que lhe ajuda para ficar “ligado” no movimento da boca, conseguindo atuar melhor naquele papel social que lhe foi designado.

Na vida do tráfico de drogas passa a experimentar todos os perigos inerentes de uma boca de fumo. Brigas com usuários, conflitos e a “correria” contra a polícia. Com o passar do tempo começa a ganhar respeito de seus parceiros de boca de fumo, tomando atitudes como essa que nos relata com orgulho:

**P: Como foi essa história [contexto: perguntado sobre a utilização de armas de fogo no tráfico de drogas]?**

Uma vez eu tava trabalhando na boca e chegou um cara pra me vender a mulher por cinco conto pra ele, pra mim dá uma pedra pra ele... ué tu ta loco rapai, vai trabalha, que tu qué oferecendo tua mulher aí? O que é isso, acha que é ‘sabonete? Pode largar, pode largar! Aí eu já puxei a pistola [...] Xinguei até a mulher: e tu aí, não tem vergonha na cara? Te cuida gurria. Uma gurria bonita vai ta dando pra sustentá macho prá fumá pedra? Ah não, já corri da boca já... Negociação é só na casa bahia. Isso aqui não é brique.

O respeito de atitudes como essas faz com que ganhe tarefas mais perigosas e que o expõem a maiores riscos. Começa a transportar maiores quantidades de crack e de maconha para pequenos traficantes, momento em que intensifica o uso de cocaína. A paranoia de viver em constante perigo faz com que avalie as tensões enfrentadas no cotidiano e resolve dar um basta na situação, procurando uma saída desta vida. Como nos diz, “Não vale a pena, não sou passarinho pra tá em gaiola”.

## **2.6 Sobre migração e abandono rural na cidade grande**

Pedro começa a trilhar uma nova trajetória em busca de uma atividade em que não ficasse exposto a tantos perigos como no tráfico de drogas. Como relata, ele se vê como um “andarilho, sempre trabalhando... tem serviço em tal lugar, vou pra lá”. De cidade em cidade, consegue encontrar uma posição como auxiliar de carga para uma empresa montadora de móveis no interior do Rio Grande do Sul. O baixo salário que recebia era fonte de grande descontentamento, até que Pedro conheceu uma nova forma possível de ganhos, que lhe

renderia um dinheirinho a mais no final do mês e que poderia lhe trazer um pouco mais de conforto material. O salário não suportava seus sonhos de consumo, o que o motivou a tentar algumas manobras para poder contornar este problema com um esquema que, de início, pensava não ser de nenhuma forma errado. Era muito simples. Nas viagens que realizava para entregar móveis em outras cidades, recebia cinquenta reais de diária da sua empresa para cobrir suas despesas. Dessa quantia, pagava vinte reais por uma nota fiscal de um hotel, mas dormia no caminhão. Com isso embolsava trinta reais.

O ganho material compensava tanto os desconfortos de dormir no caminhão como a exposição aos perigos de se dormir à beira da estrada. Por trinta reais, deixava de dormir em uma cama de hotel, com banho quente no final de um árduo dia de trabalho, um quarto confortável e silencioso para passar a noite, os confortos que mesmo um hotel de beira de estrada pode oferecer a um viajante. Mas valia a pena. Conseguia dinheiro suficiente para sustentar o hábito de cheirar cocaína, que desde sua saída da boca de fumo tornara-se frequente. Em certo momento também conseguira comprar tênis e roupas novas. Quem sabe não conseguiria dinheiro de diárias suficientes para comprar um celular? Isso o animava e o motivava a abrir mão de certas comodidades, o que não causava muitos problemas para quem já estava acostumado com a dura vida de dormir sem muitos confortos.

A vida no campo tinha lhe inscrito na carne essa aspereza tão necessária à vida no pampa e que agora lhe proporcionava “não dar bola” de ter que dormir no caminhão. Na infância crescera entre a vila da cidade e o campo, na relação mimética própria dos aglomerados urbanos no pampa gaúcho. Estar na “cidade” não significa o mesmo que estar na cidade grande como Porto Alegre. A cidade, nestes contextos, nada mais é do que uma possibilidade de acesso a alguns serviços como escolas e hospitais. Isso não significa uma inserção social do homem do campo, pelo contrário. Essa relação tão próxima parece evidenciar um vasto abismo entre dois mundos e dos tipos humanos que representam.

Mas o esquema de embolsar o valor das diárias não durou muito. Para ele, a inveja de um colega de trabalho é a explicação mais possível para compreender a ruína de seu esquema. Como relata, “ele [o colega] viu a minha jogada e cresceu o olho”, assim, seu destino lhe impunha arcar com as consequências desta transgressão. Além de ser demitido teve que ouvir sermão do chefe e cobrir uma parte do “desfalque”. Agora, humilhado e desempregado, tentaria a vida em outro lugar.

Para onde ir então? Voltar para sua cidade natal parecia impossível, já que lá ele tinha um “currículo”, como relata. Apesar de se vangloriar dizendo que “lá sou conhecido por quase

toda cidade”, o conhecimento por todos não era um efetivo reconhecimento de seu valor diferencial positivo enquanto indivíduo. Ser conhecido por todos era antes de tudo ter sua trajetória de percalços circulando na “boca do povo”. Evidenciamos isso quando nos explica o porquê de ter vindo para Porto Alegre e não ter tentado um recomeço em sua cidade:

P: Tu revê o pessoal [contexto: sobre amigos na cidade natal]?

Aqui eu não tenho nenhuma ficha. Lá no pampa eu tenho um currículo já. Por agressão... Lá eu sou muito louco, lá eu fico louco. É por causa que lá tem vila contra vila, tenho meus inimigo por causa de mulher. Se eu for lá e nós se encontrar um morre né. Com certeza chora a mãe dele não chora a minha né.

A “ficha limpa” significava poder tentar, sem que os consensos estigmatizantes de seus antigos conhecidos pudessem interferir na trajetória que almejava. Já podemos perceber o quão difícil é a inserção social de pessoas com “patrimônios de disposições” próprios dos sujeitos da ralé e que paulatinamente foram “carimbados” como perdedores pelas instituições. A violência entre as “vilas” rivais e as desavenças pessoais são o motivo de afastamento da tentativa de recomeçar a vida no lugar em que nascera. O lar, que para sujeitos de classe média é um “porto seguro” de conforto e “reabastecimento” das forças para enfrentar as dificuldades da vida, é para Pedro um não lugar. Ou seja, Pedro não tinha para “onde correr”.

A chegada na cidade apresentava uma nova configuração social, em que seus saberes do campo de nada valiam. Inicia então o confronto com uma nova realidade, de tentativa de conquista de um lugar para si em que deveria procurar novas atividades que pudessem provir o sustento de cada dia. Com tristeza, nos diz que “agora é só um guardador de carro, mas só por enquanto”. Assim passa a garantir seu sustento, dormindo às noites em um albergue municipal. Pedro passa a viver no *milieu* social protagonizado por homens e mulheres que passaram desassistidos – ou assistidos precariamente - desde a socialização primária, estando agora tendencialmente localizados nas posições hierárquicas mais baixas da nossa sociedade, esta que demanda cotidianamente de seus integrantes um complexo reportório comportamental incorporado indispensável à luta por bens escassos e tão valorado positivamente pelas instituições modernas Estado e mercado. É nesse sentido que percebemos sua vulnerabilidade, como uma condição em que seus bens, simbólicos e materiais adquiridos ao longo da vida, são tão valiosos nas lutas cotidianas quanto a lata de alumínio que muitos dos seus pares vendem nos centros de reciclagem. Como resultado, acaba por ocupar as posições mais temidas e indignificantes no mundo do trabalho. Ele não tem muito mais a oferecer no mercado de trabalho do que seu corpo, sua energia muscular, em troca da pequena recompensa material e simbólica que a sociedade está disposta a dar em troca por estes bens.

Mesmo vivenciando este *milieu* específico, em que muitas pessoas faziam consumo de crack, Pedro se orgulha de não fumar. Havia tentado uma que outra vez e não gostou, mas nos conta que seu negócio mesmo é fumar um beco. Se sente tranquilo, calmo, fica sem vontade de beber ou cheirar. Consumia cocaína nos dias em que conseguia um pouco mais de dinheiro, mas quando fumava maconha essa vontade se afastava.

Seu cotidiano passa a ser estruturado pela dinâmica dos “centros pop” (centros de assistência social), em que deve chegar no horário determinado para passar a noite. A instituição lhe dá um aporte mínimo e necessário para que comece a estruturar planos, podendo sonhar com um futuro melhor. Numa dessas casas conhece uma mulher, com que passa a se relacionar e, juntos, começam a pensar em uma saída para esta vida “da rua”. Depois de pouco tempo essa relação começa a oportunizar o grande sonho de boa parte dos moradores de rua: ter uma casa. Eles se mudam para um barraco no terreno da sua sogra, na zona leste da cidade. Começam a ter um cotidiano mais regrado, em que ela consegue dinheiro com faxinas e ele, além de trabalhar como guardador de carros, consegue alguns “bicos” como carregador em mudanças.

Essa relação, com potencial transformador, algo que nunca havia experimentado até então, apresenta todas as dificuldades de estar em um relacionamento duradouro. Pedro sempre foi, como nos diz, “solto no mundo”, não conseguindo ficar muito tempo no mesmo lugar. Essa falta de habilidade de construir algo sólido e emancipador, vai aos poucos enfraquecendo seus laços com a mulher. As brigas começam a ser mais frequentes, o que para ele tem como causa seu comportamento: “Eu tenho problema de nervosismo, sistema nervoso”. Não consegue explicar muito bem o que aconteceu, mas nos garante que não foi nada relacionado à drogas ou à traição. Nesse momento, rompe sua relação e volta à morar na rua.

Voltando ao cotidiano de viver entre albergues e trabalhando como guardador de carros, as feridas emocionais começam a desestabilizar suas tentativas de afastamento do mundo das drogas. Pedro conhece um grupo de amigos em que se estabelecem fortes laços de solidariedade. É um grupo formado por indivíduos que, como ele, têm trajetórias de carências afetivas e emocionais e que lhe imprimiram lógicas cotidianas de como gerir o sentimento de fracasso que os assola. Nesse momento, inicia sua trajetória de engajamento intensivo com o crack. Há novamente em sua vida uma reorientação dos desejos. A dinâmica interna do grupo, em que os indivíduos passam a interagir pensando no grupo, possui como característica central a partilha total dos bens. Todos trabalham em “turnos”, se revezando no mesmo ponto da cidade em que eles são guardadores de carro. Quando um sente fome, um deles vai ao restaurante mais próximo e compra comida para todos. Os poucos bens materiais que possuem também são

compartidos, como cobertores, colchões, algumas roupas. Mas também, o crack é compartilhado.

Mesmo nos dias em que não sente vontade de fumar suas tentativas de abstinência são postas em xeque. Pedro conta que por diversas vezes no final da tarde quando todos estão se dirigindo ao albergue para dormir, alguém “aparece” com algumas pedras, o que impõe uma difícil decisão entre tomar o “caminho certo” ou fumar e sentir os prazeres momentâneos que o crack proporciona. Nesse sentido, percebemos a influência do *milieu* social, em que os indivíduos são influenciados pelas interações face a face nos grupos, e os laços de solidariedade social, que se prestam na ajuda mútua, também incidem nas decisões dos “micro-futuros”, como é no caso de passar a noite na rua fumando crack.

## **2.7 Sociações de abandonados e performances de classe no consumo de drogas**

Para além da trajetória individual de Pedro percebemos a existência de *sociações*, redes de pessoas que atualizam conteúdos como pulsões, interesses, finalidades, tendências, desejos etc. que se expressam na sociabilidade dos anônimos e abandonados urbanos (SOUZA, 1998). Para além do tratamento da população como “alcoólatra anônima”, “narcótica anônima”, aqui percebemos enquanto “abandonada anônima”. Também opera nesse contexto claramente uma “política de ingestão de substâncias”, que vai além do consumo de crack. Através desta e de outras dezenas de entrevistas, concluímos que o crack faz parte desta política, formada por diversos outros elementos que se manifestam nas sociações onde os sujeitos se relacionam. Apenas para tomar um exemplo, nossos entrevistados possuíam uma dieta alimentar desregulada e com baixa ingestão de líquidos. O consumo de outras substâncias como maconha, álcool e cigarro, também se mostrou muito significativo. Nesse sentido, o crack é um dos elementos de uma “política de ingestão” dos marginalizados e abandonados, e percebemos que o desafio está precisamente em diminuir o seu espaço e a sua importância numa lógica de redução de danos. Para além desta constatação, percebemos que o crack já faz parte do “viver na rua” (mesmo que o morador de rua não seja usuário ele é “perturbado” pela existência de consumo). Assim como o sorvete no shopping center, a realidade nos mostra que o crack é um produto de consumo com disponibilidade e circulação nas ruas dos grandes centros urbanos, apresentando variação em relação à oferta, demanda e sazonalidade.



Retomamos aqui nossas perguntas iniciais e que pensamos ser melhor discutidas após o relato da história de Pedro. Nosso intuito era problematizar o que era o “algo misterioso”, que torna sujeitos da ralé mais suscetíveis à “dependência química”. Primeiramente, como destacamos, o crack é elemento constituinte da “política de ingestão” das cidades contemporâneas. Estar submetido à essa lógica faz com que a exposição ao crack seja mais marcante do que no caso de sujeitos que se beneficiam com a segurança e proteções múltiplas proporcionadas por ambientes familiares. A disponibilidade e facilidade de acesso cria, mas não determina, um possível elo “sujeito-substância”. Nesse contexto o processo em que o sujeito torna-se consumidor é entendido como sujeição e submissão ao mesmo tempo (BUTLER, 2004; FOUCAULT, 2008), sendo o corpo o *nexus* de atuação e redirecionamento de poderes e estabelecendo dialogicamente um elo entre tornar-se sujeito e submeter-se em processos de lutas diárias sobre uma identidade cambaleante, indignificada e marginalizada. Destacamos uma outra dimensão, muito distante do sentimento próprio dos usuários de drogas de classes médias e altas quando estes são os consumidores, que por vezes podem sentir esse consumo como uma “fase”, uma parte constituinte da formação em conflito de uma identidade única e singular, processo pelo qual a ingestão de substâncias pode ser percebido como uma narrativa de desenvolvimento de identidades e que, ainda assim, não é tematizada como central nas narrativas sobre si.

Em segundo lugar, nossa hipótese foi na direção de inferir que tendências disposicionais ao comportamento imprimem diferentes “performances” quando no uso das drogas. Essa hipótese se confirmou ao longo da investigação, na medida em que percebemos estas performances como “performances de classe”, que variavam conforme a existência ou carência de laços afetivos e emocionais com família e grupos de afetos, bem como os fundamentais relacionamentos institucionais tão marcantes na vida de todos nós. Existem variados espectros performáticos no mundo do crack, que tensionam entre repertórios disposicionais e laços institucionais estabelecidos no passado de cada indivíduo. A classe social não condiciona o consumo de drogas, mas é ela que permite ao sujeito acionar um “arsenal” de mecanismos cognitivos e práticos para que os abusos sejam atenuados, e é verdade insofismável que esse arsenal é muito melhor distribuído nas classes médias e altas, tanto em termos objetivos e materiais como subjetivos e simbólicos.

Salientamos que nossos entrevistados explicitavam seus desejos de reconhecimento e inclusão social demonstrando ansiedade sobre um futuro incerto, fortemente marcados por um senso de ressentimento sobre seu passado. Diferentemente do comportamento “escapista” de

usuários de drogas das classes médias, centrados no viver “aqui e agora” - se distanciando das convenções e das expectativas de comportamento socialmente aceitáveis -, o “escapismo” entre os entrevistados é antes de tudo um efeito que leva à sujeição e à submissão, dado que nos leva a sublinhar a divergência comportamental e disposicional de sujeitos localizados em *milieux* sociais semelhantes, mas com origens de classe distintas. Assim, perceber o usuário de drogas enquanto pertencente a *milieux* nos auxilia a compreender discrepâncias no interior das classes sociais, já que a condição de classe não determina uma atitude x ou y. Em termos de continuidade da exploração sociológica sobre a temática, é interessante atentarmos para o grande potencial em se estudar tais *milieux*, sua distribuição populacional interna em relação com as origens de classe, bem como na percepção de diferentes espectros em que um *milieu* atravessa não só transversalmente classe social, mas fundamentalmente em direção horizontal as mais relevantes tendências comportamentais e valorativas. É na esfera dos valores que *milieux* se distinguem qualitativamente, podendo colocar no mesmo “*milieu* ideal” um espectro de sujeitos que mesmo sendo afastados pela condição de classe são fortemente aproximados por determinadas pulsões, interesses, finalidades, tendências, desejos, quadros interpretativos gerais e atitudes em relação ao espaço social.

Em termos práticos, são grandes os desafios enfrentados quando um elevado número de pessoas passa a ter o crack como objeto de desejo indispensável em suas vidas. Percebemos a partir de diversas pesquisas científicas que o uso de crack impõe muitos limites nas possibilidades de inserção social dos usuários (BOURGOIS; SCHONBERG, 2005; HERTZOG, 2012). Para além desta constatação inicial que nos parece muito óbvia, evidenciamos uma larga penetração do crack nas frações de classe mais desassistidas em diversas esferas da vida (GARCIA, 2014). São tendencialmente habitantes dos grandes centros urbanos que põem à prova os precários recursos materiais e simbólicos acumulados em suas trajetórias. O encontro com o crack é sintomático, revelando inaptidões disposicionais a maneiras específicas de agir que, quando presentes, imprimem no sujeito uma lógica de certa previsibilidade sobre o futuro através do autocontrole em ações presentes. Essas pessoas vivenciam no cotidiano uma prisão ao contexto em que vivem numa repetição circular de “presentes”, sendo fundamental investigar quais são os componentes sociais fundantes de comportamentos que perpetuam e ampliam esse desastre cíclico.

Isso possui claras implicações na subjetividade dos indivíduos, nas formas que refletem sobre si mesmos e na sua relação com o mundo. Especialmente estudos das áreas biomédicas evidenciam com acurácia uma série de patologias que os acometem, tanto físicas como

psíquicas. Entretanto, o tipo de pergunta que fazem ao problema não estaria impedindo que estes estudos pudessem compreender diferencialmente o fenômeno? Evidenciar que usuários de crack possuem doenças, são marginalizados, estão ligados a crimes e atos violentos, não seria apenas um passo inicial – mesmo que necessário – de uma questão mais ampla? Na tentativa de isolamento do caso clínico para melhor tratamento das condições individuais, não estariam estas perspectivas deixando de lado uma questão radical, ou seja, uma visão totalizante do sujeito, que efetivamente se encontra na raiz do fenômeno?

Há uma grande discussão no interior do campo sociológico sobre a possibilidade da Sociologia ser uma Ciência formuladora de políticas públicas, já que seu aparato conceitual e metodológico não se prestaria para estes fins. No entanto, neste caso específico do consumo de crack nos grandes centros urbanos, é fundamental que o discurso do sociólogo permita fundamentar tomadas decisórias nos mais variados níveis institucionais. Como dizia o clássico pensador da Sociologia, Émile Durkheim, o tempo da Ciência Social é um tempo diferenciado da dinâmica da sociedade. Não podemos renunciar à tarefa de estudar questões que, mesmo que não atendam demandas práticas, têm o potencial de clarificar, que vão para além da temporalidade da ação no presente. Se não podemos encabeçar tal tarefa, devemos perceber o potencial transformador que é o reconhecimento das questões relativas à gênese, à origem social de indivíduos e que permitem pensar em termos de tipos sociais, como este que nos propusemos.

Nesse sentido, com o exemplo da história de Pedro e de tantos outros informantes com que pudemos ter contato, não podemos deixar de explicitar a necessidade de elencar alguns pontos que são cruciais para qualquer atitude prática que venha a ser conduzida no plano político. As instituições atuam de forma decisiva na reprodução ou na cisão de ciclos de exclusão social. No caso de Pedro, tanto a Escola como o Exército, possuíam um potencial transformador e decisivo em sua trajetória, mas que acabaram por atestar seu fracasso e sua inaptidão em termos de integração social. Em momento anterior à sua inserção institucional, no seio familiar, também percebemos a ausência do Estado e de seus mecanismos de inclusão social, tanto para si, quanto para os demais membros do seu círculo familiar. Há aqui um ponto fundamental e que, apesar de não ser o ponto central dos questionamentos sociológicos, circunscreve qualquer atitude prática em termos de políticas públicas. A interferência Estatal no seio familiar é muitas vezes percebida enquanto uma afronta à liberdade e a noção de indivíduo numa democracia, que estaria (e seria) livre para criar seus filhos da maneira que lhe fosse mais pertinente. Entretanto, percebemos essa autonomia como uma pseudoliberalidade, já

que evidenciamos o afastamento parental nos momentos cruciais de socialização. Não queremos com isso dizer que o Estado deva comandar as formas com que os pais criam seus filhos. Queremos é destacar que a socialização de crianças pelas suas comunidades, no convívio apenas e fundamentalmente com outras crianças, resulta em problemas de integração social futuros, já que formam um grande grupo de abandonados nas grandes metrópoles do capitalismo periférico. Nesse sentido, percebemos que é necessário que se criem instrumentos de auxílio, especialmente na socialização primária e secundária, em que a ausência do cuidado parental possa ser atenuada por espaços institucionais nas quais as potencialidades de todo e qualquer ser humano possam ser desenvolvidas.

## **CAPÍTULO III: Elementos de gênero na reprodução do abandono**

### **3.1 Reconhecimento de gênero e narrativas da luta política**

Neste capítulo abordaremos dois problemas centrais: o primeiro remete ao nosso universo empírico, de mulheres com histórico de desfavorecimento social, não reconhecimento na divisão social do trabalho, violência, situações de abandono e consumo de crack; outro relacionado ao debate teórico que marca as discussões sobre políticas identitárias e, em especial, em relação ao reconhecimento destas políticas enquanto espaços para articulação de discursos distributivos transformadores das situações de abandono social. O primeiro está intimamente relacionado com nossa pesquisa de campo e com o nosso intuito de perceber as singularidades que o pertencimento de gênero produz nas performances de mulheres abandonadas, em situação aparentemente muito próxima dos homens abandonados. Existiriam diferenças significativas nos estilos de vida das mulheres abandonadas em relação aos homens? Em caso positivo, quais elementos tornariam a experiência cotidiana da mulher abandonada qualitativamente diferente da experiência masculina?

Se por um lado estas perguntas e as respostas trazidas pelo material empírico podem nos esclarecer alguns elementos relativos à singularidade contextual das abandonadas, nosso segundo problema se remete ao pano de fundo teórico que sublinha as discussões de gênero, e permite problematizar a possibilidade de emergência de um discurso transformador neste campo em relação às lutas distributivas (articuladas no campo econômico pelas políticas públicas orientadas para a mulher). De acordo com as discussões da teoria crítica, o conceito de "política identitária" descreve a tendência de um grande número de grupos desfavorecidos não só para exigir a eliminação da discriminação por meio do exercício dos direitos universais, mas também para exigir formas coletivas específicas de preferência, reconhecimento ou participação (FRASER; HONNETH, 2003).

Ao assumirmos a premissa tomada por autores como Axel Honneth e Charles Taylor, de que todas as questões de injustiça social têm suas raízes em relações de reconhecimento recusado, tanto em situações de desrespeito e violência como nas assimetrias encontradas nas políticas econômica e distributiva, nos questionamos: tendo como contexto o pano de fundo de avaliações morais que desclassifica a mulher abandonada, que tem o não reconhecimento como produto da aplicação de um ideal normativo de pessoa que classifica os sujeitos em mais e

menos, poderia a luta por reconhecimento de gênero motivar a superar os limites e as injustiças das relações de abandono e exclusão social?

Apresentaremos nossos dados empíricos em relação a um quadro situacional e histórico de violência nas interações sociais, experienciado pelas mulheres em situação de desfavorecimento (como ambientes socializadores precarizados, frágeis e conflituosos laços institucionais, grande vulnerabilidade corporal, baixa chance estatística de encontrar ambientes de reflexividade etc.). Esse quadro remonta à formulação identitária de nossas entrevistadas que não surgiu “ao acaso”. Pelo contrário, foram formadas e forjadas a partir de configurações prévias a sua existência, já dotadas de sentido e de interpretação prévios sobre o significado social e simbólico dos seres humanos e, especialmente, da ordem de classificação e desclassificação social decorrentes de noções socialmente construídas de como deve ser uma pessoa (DUTRA, 2005).

Se optamos por tal discussão, é por acreditarmos no potencial das lutas por reconhecimento intersubjetivo como fundamentais na transformação da ordem social e na possibilidade que a luta política por reconhecimento de gênero tem de trazer soluções (mesmo que parciais) para problemas de injustiça social que, aparentemente, não escolhem gênero.

### **3.2 Padrões impeditivos no acesso a bens culturais e simbólicos**

Não poderíamos deixar de iniciar nossa tentativa de encontrar elementos de gênero na reprodução do abandono senão pelos históricos de violência, tanto pela agressão física como nos atos de violência simbólica, como um ponto de partida para traçarmos um mapa da institucionalização do acesso a bens culturais das mulheres abandonadas. O acesso a bens culturais é um ponto central na formação da pessoa social e esse processo de aquisição pela imitação se realiza em relacionamentos diversos, mediados por comportamentos e performances que tendem a ampliar ou restringir as potencialidades do desenvolvimento humano. O estabelecimento deste mapa é um dos caminhos para que percebamos como situações de abandono se reproduzem através de atos institucionalizados e que, inscritos na carne, moldam uma *personalidade individual* com consequentes efeitos no *estilo de vida* – ou como prefere Max Weber, nas formas de *condução* da vida. Essas maneiras de ser vão permitir ou restringir acessos a bens culturais que resultam no estabelecimento de vínculos institucionais

e que podem ser fonte de reconhecimento e estima social. Sendo a violência uma categoria fundamental (em termos comportamentais e estruturais), ela é chave para que esboçemos seu papel nesse mapa, e nos permite explorar o significado dos relacionamentos e seus efeitos práticos na política distributiva, o que representa o eixo analítico central em toda nossa investigação.

A partir do uso desta cartografia social, pela pesquisa qualitativa percebemos a existência de, pelo menos, duas formas de violência muito significativas. Em primeiro lugar, destacamos neste mapa um ponto central e que remonta à trajetória familiar e de socialização com pares (comunidades, vizinhos, parentes etc.).

**P: Como era na infância [explorando relatos familiares]?**

Sofia: eu briguei, eu brigava muito eu parei no colégio porque eu era brigona. **Minha mãe me dava muito pau.** Na última vez ela faleceu. Nunca vou esquecer. [...] **ela deu um pau porque fui cheirar ‘loló’.**

**P: O que tu fazia quando tua avó saía para trabalhar?**

Sofia: meus irmão também já estavam trabalhando, eu me virava, tinha a vizinha do lado, ficava lá [...]. Nós aprendemos a matar aula, e pegamos ônibus, ia pra tudo quanto era canto, criança não pagava né. **Daí minha avó me deu no pau. Ela não tinha estudo nenhum, mas era muito assídua em cima dos estudos.** [...] Daí a ‘véia’ vinha e metia o tabuleiro na minha cabeça: **vai estudar cadelinha.**

[...]

**P: E como é a relação com teu pai?**

Joana: Às vezes a gente tá de bem, as vezes de mal. Ele berra comigo e eu com ele. Se precisar eu até espanco ele, se for o caso. Mas as vezes eu choro, penso que um dia ele não ‘tará’ mais aqui e eu vou sentir falta dele, aí eu paro.

A violência como mediadora nessas relações sociais foi relatada em nossas entrevistas em diversas situações e contextos diferenciados. Percebemos que estes comportamentos e atos violentos operam duplamente como *códigos simbólicos* e *práticas corporais*, sendo seus efeitos percebidos nas formas de relacionamento em sociedade. Os atos violentos desde a socialização primária (mesmo quando se apresentam como exceção e não como regra, o que para alguns pode ser visto como 'trauma') produzem uma corporalidade e uma performance que traduzem alguns efeitos da produção da violência nas identidades individuais. Nesse ponto, cairíamos na falácia sociológica se admitíssemos que os relatos traduzem todo um passado complexo e dinâmico, em que diversas situações não violentas podem ficar de fora, impedidos por um

estatuto da entrevista que acaba por condicionar a relevância de certas narrativas e o realce de determinadas categorias. Entretanto, é sintomático que tais narrativas se apresentem com tamanha vivacidade e riqueza de detalhes, com recorrências significativas de comportamentos violentos e “avanços não autorizados” nos corpos das entrevistadas.

**P: Onde estão teus irmãos?**

Joana: Tudo lá [com a avó]. Alguns moram com outros parentes. A família é toda conturbada também [...]. **E eu tinha uma madrasta que me judiava muito, ela me dava muita tunda, porque eu chamava ela de mãe.** Depois de nega velha que eu fui saber que ela não era minha mãe.

**P: Tu não ‘sabia’?**

Joana: Por isso **eu estranhava ela me bater demais. Ela era da minha cor, então ela era minha mãe. Ela tinha inveja de mim com meu pai. Porque meu pai me dava mais atenção pra mim do que pra ela.** Porque morava eu, ela e meu pai. Ela me dava muito. Comecei a ficar uma guria agressiva dali, desde a infância. [...]. **Me espancava como seu eu fosse um bicho. Pra mim eu era um bicho pra ela.** Meu pai uma vez reclamando com minha avó que ela só judiava de mim, minha avó falou: *mas por que tu levou a guria pra lá, tinha que ter deixado aqui, ela não ia crescer com essa rebeldia toda.*

Percebemos que sociabilidades violentas produzem um efeito nas liberdades individuais na medida em que dificultam situações de relaxamento e prazer. A possibilidade de que a próxima interação seja violenta (com base na expectativa criada por situações passadas) dificulta a produção de um estado de relaxamento e descontração. Essa tensão se produz tanto no corpo (rigidez muscular, punhos cerrados, pressão maxilar), como nos estados emocionais (tensão, ansiedade, medo, imprevisibilidade). Na análise do material empírico coletado percebemos que a violência atravessa longitudinalmente todas as categorias com as quais tentamos “recortar” as realidades apresentadas nas narrativas, presente nos relatos sobre família, escola, trabalho, relacionamentos institucionais, esfera amorosa e interações face a face, relacionamento com o crack, universo avaliativo e em sistemas semióticos como performances corporais. Em termos de categorias gerais de entendimento da realidade dos agentes, a violência na socialização é um elemento comum entre casos particulares. Aqui, tratamos de interrogar sistematicamente o caso particular, para retirar dele as propriedades gerais ou invariantes que só se denunciam mediante uma interrogação assim conduzida (BOURDIEU, 1989, p. 32).

Outra forma de violência, não menos importante, é a violência institucional, trazida nas entrevistas através das práticas relatadas dos “agentes de rua” (burocratas, policiais, assistentes



sociais etc.), e também nos próprios arranjos institucionais desenhados para “lidar” com sujeitos abandonados e que percebemos durante a pesquisa de campo:

**P: Tu tinha medo de alguma coisa [quando fumava]?**

Clarice: parece que tinha alguém me seguindo. Eu caminhava, parece que eu escutava passos, eu olhava pra trás. **Eu tinha medo das ‘polícia’ me ver baqueada e dar em mim, sempre foi assim. Tinha medo. Ficava espiada.** Sem ato nenhum, é horrível.

**P: Por que medo da polícia?**

Clarice: eles vêm, derruba tua barraca, revira tuas coisas, bota tudo no chão, mistura tuas coisas, mistura comida com sal, açúcar, chama o cara de vagabundo, que nós ‘temo’ na rua porque queremos. Eles tratam morador de rua como lixo. Como se fosse um bando de porco. **Mulher chama de vagabunda, cadela.**

Aqui é fundamental destacar que não é uma “qualidade individual”, ou um “defeito” que reside na personalidade de tais agentes que atuam na linha de frente. Seria no mínimo ingênuo pensarmos que a reprodução da violência institucional se dá por atributos individualizados de tais pessoas que seriam “más por natureza”. Esse é um ponto que devemos sublinhar e deixar explícito, ao passo que existem consensos, mesmo que inarticulados discursivamente, sobre a agência de atores institucionais (de burocratas a policiais) que sentiriam prazer existencial no sofrimento alheio. É claro que essa forma patológica pode existir, na medida em que a instituição é permeável e admite sujeitos que podem vir a comportar-se de maneira inadequada. Entretanto, do ponto de vista sociológico, é fundamental que percebamos a “má-fé institucional”, ou seja, um arranjo pelo qual os agentes da “linha de frente” são submetidos e acabam por reproduzir itinerários e respostas institucionais aceitos de antemão que tendem a conservar a ordem social (BOURDIEU, 2003).

Um exemplo destas respostas é a violência policial, que nem sempre - poderíamos até dizer “quase nunca” - é punida quando o objeto da agressão é um abandonado. A instituição não só aceita a prática de maus tratos com abandonados como não está aberta a críticas de seus agentes e que poderiam trazer mudanças significativas (ser mais brando no tratamento dos “vagabundos” pode ser motivo de piada entre colegas de trabalho). É precisamente o ciclo de reprodução destas instituições fracassadas que acaba por transmitir narrativas e performances que farão com que seus agentes sejam vistos como “maus operadores”, quando na realidade o insucesso já é o resultado esperado.

A violência institucional é importante para que percebamos os bloqueios no acesso a bens, na medida em que as instituições deveriam conformar justamente as regiões do social em

que os indivíduos pudessem superar dificuldades existentes nos núcleos familiares e socializadores, abrindo a possibilidade de reversão de processos de exclusão. Na reprodução da má-fé institucional, a violência policial salta aos olhos como um tenso e conflituoso relacionamento institucional:

**P: Como foi isso [relato de desrespeito de policial]?**

Alice: [...] já chegaram em mim também, já falaram: limpa tudinho isso aí, cadela. Eu disse: cadela não! Eu tenho nome. Ele disse [policial militar]: ‘**cala essa tua boca ô vagabunda**. Tu é uma moradora de rua. Tu é mendiga’. Alice: Mas eu sei dos meus direitos. Ele disse [policial militar]: ‘mas tu acha que eles vão fazer alguma coisa por ti? Não fazem nem por nós. **Vocês são uns drogados, são uns chinelos**’.

[...]

**P: O que tu pensas sobre os policiais?**

Sofia: [...] é um ‘arriamento’. Sendo ou não morador de rua eles tinham que respeitar. **Eles não conversam, chegam batendo**. Conheço vários, mas não conheço um que trate morador de rua bem. É só a base de pau e gás de pimenta no cara. Não tratam bem nem aqui nem na China. Eles me conhecem desde pequena. Eu falo isso pra eles.

**P: Já ‘apanhou’ na rua?**

Sofia: **Já apanhei muito da polícia, muito. Tem até processo. No dia que eu perdi um filho, que eu abortei, o cara bateu na gente**. Não importa ser mulher homem. E eu não fico quieta. Eu agrido com palavras. [...] **Mandaram eu tirar meu sutiã na frente dos outros e eu não tirei. Me machucaram a fundo**. Fiquei 4 meses na UTI, era cinco ‘brigadiano’. E eu ‘to’ aí forte e firme.

A agressão física é o primeiro dado que gostaríamos de salientar como um componente fundamental do relacionamento institucional. Os policiais carregam consigo uma importância fundamental, na medida em que são a “linha de frente” do Estado e que cotidianamente está em contato com o universo de nossas entrevistadas. O poder discricionário da polícia, ou seja, o poder de decidir quem é alvo preferido da preocupação policial é um componente fundamental na cartografia do acesso institucional a bens escassos. A arbitrariedade com que esse poder pode se estabelecer se arraiga ao estigma do abandonado e o policial não está simplesmente expressando um preconceito pessoal ou institucional, ele se remete a uma expectativa pública que o instrui e o direciona a levar em conta certos fatores na construção do suspeito (SILVA, 2009).

Notamos repetidamente nos relatos sobre interações com policiais um sentimento de impotência e raiva, que as entrevistadas percebem enquanto transgressores de um senso de

justiça, um consenso que tomam como verdade (a ideia de que é errado bater em mulheres, ou que é errado um agente do Estado se “prevaler” batendo nos mais fracos). Suas percepções são elaboradas através de repertórios situacionais em que as relações com policiais têm se mostrado com baixa chance estatística de permitir ambientes de reflexividade, já que insultos e diversas formas de agressão não são raros nos relatos. A agressão simbólica nas interações parte de um pressuposto hierárquico em que os pares, no momento face a face, leem e conseguem captar, tanto no outro como em si, os traços que sublinham os papéis sociais distintamente valorados e que acabam por acomodar os sujeitos nos lugares “devidos”. Aqui a interação acontece com grande grau de cumplicidade entre agressor e agredido, ao passo que a ideia de uma escala de melhor à pior é partilhada de forma a validar algumas práticas e atitudes, como a licença ou o “direito” à abordagem no momento em que o policial considerar oportuno. Nesse contexto a tensão tende a ampliar na medida em que os agentes institucionais passam a assumir papéis e levam a cabo ações esperadas pelo corpo social para tais papéis incorporados. Mesmo que normativamente a violência e a agressão não se apresentem enquanto possibilidades, já que a instituição se ampara em valores e direitos universais, a junção entre *possibilidade institucional* (instituição e agentes com sua outorga) e *condição situacional* (interação cotidiana) tem como resultado diversos choques de assimetria relacional, que põe em jogo a importância social representada por sujeitos de classes distantes e que corrobora situações de reprodução do abandono, mantendo baixas as chances de reversão dos papéis sociais e de uma hierarquia que incide na distribuição de recursos materiais e simbólicos.

Presenciamos diversas interações pretensamente não conflituosas, dado a inexistência da agressão física. Entretanto era clara a existência de uma persistente tensão no relacionamento entre abandonadas e policiais. Nos deparamos então com os resultados, ou com efeitos, da incorporação pelo policial da expectativa pública, que o direciona a levar em conta fatores na construção do suspeito o instruindo e condicionando sua ação em direção ao “público-alvo”. Ele verifica empiricamente pela leitura da corporalidade dos abandonados que observa durante sua rotina de trabalho uma *hexis* corporal e sistemas semióticos e gestuais que “incriminam” aqueles que na esfera pública são tidos como os vilões. O policial é um operador do poder discricionário não apenas de uma instituição, mas da expectativa pública gerada em relação a essa instituição e a seus resultados, sua “eficácia” cobrada por todos. As narrativas nos levam a inferir a existência de situações muito semelhantes e corriqueiras no relacionamento com policiais, em que se conserva baixa possibilidade de reversão do ciclo de abandono e não transformação da pessoa social por meios didáticos e pedagógicos que poderiam ser imputados

como papéis aos “agentes de rua”, os burocratas institucionais que mais se relacionam com nossos agentes de pesquisa. A instituição mais presente e pretensamente “eficaz” em relação aos atores opera nos limites e tensões do controle do corpo e da atitude, sendo seus agentes instruídos pela *expectativa disciplinar* compartilhada pelas classes médias em respeito ao grupo de “sobrantes” e “vagabundos” (e no limite, na definição da ordem social sobre o que é um crime, o que deve ser punido pela “mão direita do Estado”).

O diferencial de gênero nos atos de violência policial nos parece ir no sentido de *agressões instruídas pela expectativa pública*, especialmente em relação à imagem do cuidado maternal, posta constantemente na berlinda pelos atos das abandonadas (como a falta de asseio corporal e utilização de crack durante a gestação). Enquanto sobre os homens recaem agressões morais ligadas ao vigor masculino e ao estigma do delinquente, sobre as mulheres há grande possibilidade de censura moral pública por profanarem a construção social atribuída aos deveres de uma progenitora. Além disso, há constantes tensões em relação à sexualidade e aos perigos de violação sexual, um ato que transcende a corporalidade e é sentido no plano moral pelas nossas entrevistadas.

O recurso da transformação de *necessidade em virtude* é visível na narrativa de Júlia. Em um de seus relatos de conflito com policiais, nos conta de um longo período que passara internada por ter sido vítima de agressão policial e que provocou o aborto da gestação que já chegara a nove semanas. Nos diz que está “firme e forte”, o que claramente se impõe como um mantra para alguém que está longe desse estado mental. O relato de Júlia exemplifica a concretização da expectativa pública que, pelas mãos de um policial, se esforça em disciplinar o papel da mulher enquanto progenitora – bem como sua antítese, a “usuária de crack”, aquela que “jamais” deveria gerar outro ser. O recurso cognitivo e discursivo que utiliza (mesmo que pré-reflexivamente) tem tanto um *efeito prático* (de mostrar força e resiliência perante o entrevistador e, sobretudo, perante os pares), como um *efeito simbólico* na atribuição de força por ter passado e “superado” tal situação.

O poder discricionário dos agentes também é visível em outros cenários institucionais, como nos abrigos que prestam serviços aos moradores de rua. Vale aqui ressaltar a multiplicidade de relações e diferentes níveis de comprometimento de profissionais ligados à área de assistência social. Encontramos estes contextos diversos na pesquisa de campo e salientamos que existe uma variada gama de profissionais, desde os mais dedicados e com alto senso de responsabilidade aos mais frustrados e reprodutores de uma “má-fé institucional” com requintes de crueldade. A instituição, por meio de seus agentes (os burocratas da linha de frente,

sejam eles detentores de capitais simbólicos e conhecimento especializado, sejam profissionais desqualificados), tem um papel fundamental na reversão ou reprodução de ciclos de abandono. Por mais que tenhamos encontrado alguns exemplos de profissionais dedicados e fortemente orientados para a percepção dos sujeitos abandonados enquanto um “outro significativo”, o exemplo que nos é trazido como significativo pela nossa entrevistada vai em outra direção. Cláudia nos relata uma situação em que o diretor de um dos abrigos que frequenta instruiu os usuários a nunca chegarem mais cedo do que o horário de abertura na porta do abrigo, pois isso deixaria os vizinhos do abrigo com medo:

**P: O que te deixa indignada?**

Cláudia: as pessoas que acham que a gente nasceu dum ovo, nasceu num vento. Tratam a gente como lixo. A gente não é lixo.

**P: Eles quem?**

Cláudia: o pessoa que lida aqui né. O pessoa que lida ali no abrigo.

**P: Me conta essa história...**

Cláudia: Teve uma reunião hoje lá, que era pra gente falar, mas só ele falou, só ele impôs, a gente também tem que falar, se é pro nosso interesse né. Que não é pra gente chegar lá antes, porque os vizinhos tem medo da gente, é pra chegar na hora certa. A gente não é bicho. Eu fiquei indignada. A indiferença. O jeito que eles acham que a gente é. [...] Ele não deixou a gente opinar nada. Quando a gente queria falar ele não deixava. Eu nem participei. **Nós temos opinião, mas eles não querem ouvir.**

Esse fato relatado acarreta não apenas a reprodução de ciclos de exclusão e violência institucional, como opera na edificação de uma identidade deteriorada dos agentes subvalorados (GOFFMAN, 2004). Os sujeitos só podem almejar e conquistar uma auto relação prática quando aprendem a se conceber como destinatários sociais da perspectiva normativa de seus parceiros de interação (HONNETH, 2013). A normatização do “outro” enquanto um sujeito é pressuposto e uma condição para o reconhecimento recíproco, o que é fortemente abalado no contexto de depreciação valorativa e estigmatizante. Além de não ser bem quista no abrigo que pretende passar a noite, Cláudia não possui voz ativa numa situação assimétrica em que o agente institucional não a admite como uma possível interlocutora.

As instituições têm se apresentado a estas mulheres através de seus mecanismos de manutenção de ciclos de abandono, realidade já percebida entre homens entrevistados. Estes também experimentavam os efeitos do poder discricionário dos agentes institucionais e múltiplas variações nas manifestações e performances violentas e assimétricas do cotidiano. Ou seja, encontramos homens e mulheres nesse *milieu* social que é constrangido por valores e

ideais que instruem as práticas “adequadas” ou “aceitas” dos agentes institucionais, que perpetuam a violação moral, corporal e jurídica.

Nesse quadro situacional, as evidências empíricas nos levam a inferir que os padrões de relacionamento entre instituições e sujeitos, sejam homens ou mulheres, pautam-se em relações análogas, cuja semelhança se reporta ao contexto de abandono e exclusão. Nesse sentido, parece-nos ser adequado constatar que a violência dos agentes institucionais e a incapacidade de reversibilidade dos ciclos de abandono são efeitos indiscriminadamente distribuídos, independentemente do pertencimento de gênero, *de formas de lidar com sujeitos de uma classe e um milieu social*. Encontramos variações nas manifestações violentas de agentes em casos particulares, como nos abusos quando os abandonados transgredem a normatividade heterossexual, mas fica evidente uma padronização de conduta levada a cabo por agentes instruídos pela expectativa pública. Parece-nos que qualquer alteração nas chances estatísticas de mobilidade social e reversão de desvantagens acumuladas demanda atitudes de inovação, que só parecem possíveis quando indagamos valores e ideais dominantes em processos reflexivos de aprendizado coletivo.

### **3.3 Tensões e conflitos no relacionamentos entre pares**

Parece-nos que o elemento de gênero em relação ao comportamento e às relações violentas, em termos de ocorrência e significado sociológico, está para além dos relacionamentos institucionais: é na violência (tanto sexual como outras formas de agressões física e simbólica) nas relações de proximidade com os pares que o pertencimento de gênero aparece como um componente decisivo. Se por um lado em contextos singulares possa haver diferentes abusos dos agentes institucionais direcionados especificamente a homens ou mulheres (como no caso relatado em que o policial agrediu fisicamente uma gestante provocando o aborto), percebemos que a violência como um componente diferencial de gênero nas relações dos abandonados aparece significativamente nas interações entre pares e na sociabilidade da rua.

Nas interações e relacionamentos cotidianos, a violência sexual aparece como o componente fundamental que cinde homens e mulheres. Não queremos com isso rejeitar da nossa análise a existência de abusos e atos de violência sexual contra a mulher por agentes

institucionais. Entretanto, percebemos maior incidência de abusos no âmbito dos relacionamentos cotidianos, através de pertencimentos a certos grupos, *milieux* sociais que apresentam interesses, valores e práticas similares, expondo as mulheres abandonadas a maiores constrangimentos e exposição a atos violentos.

Nesse contexto, a violência sexual aparece como o sinistro “refinamento” do abuso, cujo elemento de gênero é o componente essencial deste quadro. Não bastasse o enfrentamento cotidiano da aspereza de viver na rua e da severidade dos nocivos relacionamentos institucionais, percebemos a violência sexual como um significativo elemento em que o gênero influencia os destinos dos agentes, por mais que o contexto de abandono se mostre semelhante entre homens e mulheres (ambos experienciando enfraquecimento dos laços sociais, baixa chance de reversibilidade da exclusão, precarização da posição social pessoal etc.). Percebemos isso na fala de Cláudia, quando lhe questiono sobre as relações com homens nos abrigos e na rua:

**P: Já te humilharam aqui [no abrigo]?**

Cláudia: [...] a gente é mulher, às vezes tem homem, eles querem agarrar a gente. Sabe como é. Não sou só eu não. [...] uma vez eles começaram a falar umas coisas, **começou a dizer umas coisas, um monte de coisa, começaram a me humilhar.**

A vergonha de tal situação é tamanha que Cláudia prefere não nos dizer o que são “essas coisas” que ela ouviu. Aqui percebemos uma aguçada leitura da entrevistada sobre sua realidade. Ela percebe que não faz sentido denunciar tal abuso, recorrer a alguma força institucional que poderia lhe proporcionar o sentimento de paridade no relacionamento entre os pares. Como nos lembra Pierre Bourdieu, os efeitos de dominação se exercem através da cumplicidade objetiva entre as estruturas incorporadas (tanto entre as mulheres quanto entre os homens) e as estruturas de grandes instituições em que se realizam e se produzem não só a ordem masculina, mas também toda a ordem social (BOURDIEU, 2007b, p. 139). A prática de violência sexual vai para além do controle coercitivo do corpo; ela opera como uma ação orientada à agressão moral, na tentativa de deterioração da imagem da mulher. A abandonada não é só ativamente excluída do corpo social, desintegrada das relações de reciprocidade e valorização positiva na modernidade: sua identidade e feminilidade são um fardo, fatores de maior predisposição ao perigo. O constrangimento da agência em tais situações se ampara em estruturas que normalizam a situação de dominação masculina, ao passo que seria impensável por Cláudia denunciar tais abusos.

Percebemos a importância da violência sexual na formulação identitária das agentes em histórias que não se limitam aos relacionamentos institucionais. É precisamente nas interações com familiares, “amigos”, colegas de trabalho, entre os pares na rua, que aumenta a periculosidade e a probabilidade de ser atacada por possuir caracteres comumente atribuídos à feminilidade. Nesse sentido, enquanto a instituição tendencialmente não discrimina por gênero (sendo na maioria das vezes ineficaz tanto para homens como para mulheres), fica evidente nas histórias relatadas a existência de abusos intraclasse em que homens assumem um poder discricionário e reproduzem a dominação masculina através da força:

**P: Como tu ‘perdeu’ o emprego?**

Joana: [...] Ele [colega de trabalho] vivia puxando meu cabelo dizendo que era afim de mim e tal, e era casado, daí eu dependia daquele serviço eu não contava pro empreiteiro. Daí cortei o cabelo, **não tinha mais cabelo pra puxar**. Meio que me assediava. [...] Um dia ele chegou e baixou a cueca: ‘olha a cueca nova que comprei’. Daí não quis mais trabalhar lá, daí fui presa, eu trabalhava sem carteira assinada. [...] Depois de sair de lá do trabalho, aí fui lá, cortei meu cabelo, comi mocotó e tinha 4 pila no bolso, que tava guardando pra passagem. Foi nessa época que fui presa. Tava tendo aquelas confusão na rua e acharam que eu tava no meio, mas eu não tava. [...] Nunca mais vi esse cara. Eu me sentia meio humilhada.

Esse episódio relatado por Joana é trazido como um divisor de águas em sua experiência. A “confusão” que relata foram as manifestações públicas que tomaram o país a partir de junho de 2013. Depois de ter saído do trabalho, cansada dos abusos constantes do colega, o único desejo era de “encher a cara”, como nos conta. Foi às ruas e coincidentemente estava cheio de gente, “parecia carnaval”. O abuso sexual numa relação entre pares (de um colega de trabalho), desencadeia uma sequência de acontecimentos que expõe sua fragilidade e acabam por incidir em suas práticas de ingestão de substâncias por questões de oferta e disponibilidade. Vai à rua para “comer um mocotó” e “encher a cara”. Num momento de êxtase e desespero prova algumas tragadas de crack pela primeira vez com um conhecido que encontra no caminho e, “no meio da confusão”, acaba sendo presa e acusada de tráfico de drogas. É cooptada por traficantes que exigem sua participação na distribuição de drogas no cárcere e acaba por iniciar um consumo mais regular de crack e outras substâncias como cocaína. Nesse momento de fragilidade fica evidente a influência da violência no acesso institucional (nesse caso, na instituição prisional).

Aqui fica claro a incapacidade institucional de reversão do ciclo de vulnerabilidades ao qual Joana foi exposta. Pelo contrário: a passagem pelo cárcere é a marca da “institucionalização do crime” no cotidiano do abandonado. Se fora do cárcere suas chances de inclusão social são mínimas, é pela via institucional que recebe o “atestado” de fracasso e que



incidirá em sua trajetória futura. Nesse sentido, a violência institucional opera na atribuição de “atestados” simbólicos que têm grandes repercussões nos projetos futuros dos agentes. Em relação à agressão física e à violência sexual, devemos recorrer à sociabilidade dos agentes que nos revelam que a violação corporal – ou a tendência de encontrarmos o elemento de gênero enquanto componente de reprodução do ciclo de abandono através da violência – está para além dos contatos e interações institucionais.

Os contatos e interações ampliam em diversos planos o agente e a construção da pessoa social tem neles seu pilar fundamental. As maneiras dos outros, carregadas por interesses e motivações diversos ampliam as frequências com que operaremos em ações futuras, transmitindo para nossa auto-percepção os sinais que orientarão nossos desejos e interesses próprios. Esse quadro de pulsões na vida Joana, como é para todos nós, é rico e plural. A socialização familiar foi de proximidade com irmãos e com a avó em um bairro periférico da região metropolitana de Porto Alegre. Tanto o contexto quanto a personalidade do grupo familiar vai sedimentando formas de se relacionar socialmente, no aprendizado que permite a construção do papel de si e a noção de “função” perante o outro. A leitura compreensiva do entendimento do outro é exercício constante através da interação face a face, o que imprime o “outro” dentro de nós mesmos.

Há muitos anos Joana faz da rua sua morada e voltar para a casa da avó não parece ser uma opção viável. Reflete que suas relações familiares foram fortemente desestabilizadas por seu histórico de consumo de crack e exprime um grande sentimento de culpa em relação a essa situação. Além disso, Joana não vê no ambiente familiar um local propício para que possa desenvolver suas capacidades, na medida em que as relações familiares são fortemente marcadas pela violência, como nos relata:

**P: Tu disseste que não consegue ficar com tua família por causa da droga?**

Joana: Não volto pra casa por causa da droga e **porque eles são muito bravo, gostam de dar nas pessoas. Eles me chamam de diaba, de tudo, última vez meu primo tocou um tijolo no meus ‘pé’** [...] meu avô nunca mais me quis dentro de casa, porque ele achava que eu era uma diaba, me chamava disso toda hora, isso ficou na minha cabeça, e comecei a usar mais as porcaria, toda hora, vinha mais a vontade de fumar. Eles me excluindo, eu nunca fiz maldade pra eles. Eles tinham que entender que era um surto e que eu sou a família deles. Eles não podiam me punir como se eu fosse um cachorro, um demônio. Mais que tu chama a pessoa de demônio, mais a pessoa fica ‘endemoniada’. Eles tinham que me ajudar. Eu ia ficar tão feliz que eles me internassem numa clínica e procurassem saber notícias de mim. Mas não, nunca foram me ver na clínica, nunca foram me ver no abrigo que eu fui abandonada, me sinto magoada, parente das pessoas iam nas clinicas, mas o meu não.

O ambiente familiar estruturado é uma das garantias de acesso a bens culturais na medida em que o estímulo parental proporciona que os agentes compreendam seu lugar no espaço social e compreendam, para além dessa noção individualizada da pessoa social, maneiras de agir própria com as instituições (ou as maneiras de ser e comportamentos recompensados pelas instituições). Joana se ressentia por não contar com um ambiente familiar em que possa se sentir segura e que possa ser fonte de estabilização emocional e material. Não ser quista dentro de sua própria casa, causa tanto sofrimento emocional como expõe Joana a uma tentativa de buscar este amparo em outros ambientes sociais. A mágoa e o ressentimento são sentimentos que emergem quando percebe que fora atomizada e individualizada, não tendo amparos familiares e sociais para que possa se estabelecer.

Percebemos o contexto familiar como um espaço de múltiplos acessos, ao passo que socializa o sujeito através de relações simbólicas e é pré-requisito emocional e material na participação institucional futura. Nesses “climas de socialização” ou o “clima familiar” como prefere Bernard Lahire (2011), a confiança e a segurança de expor medos e angústias é um dos componentes na criação de vínculos necessários à estabilidade emocional. Joana reproduz essa imagem da família como um lugar de “abastecimento” de energias, ou um “porto seguro”, mesmo que não experimente na prática os benefícios desse pertencimento. Sua fala é carregada de um componente moralizante, na medida em que sua família “deveria ajudá-la”, mesmo que a experiência de família no passado nunca tenha garantido para ela a concretude do dever.

Na experiência das abandonadas sociais o consumo de crack complexifica uma tensa relação que já é permeada por diversas formas de violência e se constitui por fracos laços de pertencimento. O status associado ao usuário de crack desestabiliza a imagem do indivíduo perante sua família e é um dos elementos centrais na reprodução de situações de exclusão, na medida em que as expectativas públicas em relação aos usuários de crack passam a prescrever normativamente as respostas familiares em relação ao abusador de drogas. A imagem construída arquetipicamente sobre o usuário de crack é transposta para as famílias, que passam a ser julgadas e criticadas pelas comunidades e lhes é atribuído o estigma de ter criado um “drogado”. Na avaliação das nossas entrevistadas é notável a percepção dos núcleos familiares como ambientes sociais tensos e conflituosos, sendo os parentes percebidos como “ignorantes” e “violentos”. Há uma significativa tendência avaliativa que conduz as abandonadas a perceber os ambientes familiares como lugares com baixa chance de mudança, especialmente em relação a valores e atitudes.

**P: Como era [a relação] com teu pai?**

Cláudia: [...] era linha dura. Meu pai era ferroviário, teve uma criação muito rígida e achava que eu também tinha que ter. E **eu acho que as pessoas mudam, mas com a ignorância dele ele não**. E eu gostava de balada, da noite. De sair. Era jovem.

Nos contextos das nossas entrevistadas, em situações de negligência, violência e abandono familiar, a desconfiança nos núcleos familiares rege as relações e formata um ambiente ambivalente que circula entre o amor e o ódio. Joana nos relata que depois que começou a fumar crack, dificilmente consegue ser sincera com seus parentes:

**P: Como é com teus irmãos?**

Joana: Eles não pode me ver que já se encarnam em mim. Pensam que eu tô drogada, Só gostam que eu entro lá quando tô bem vestida. Que eles sabem que eu não tô tirada pra droga. Perguntam se tô bem, se tô trabalhando. **E eu simulo né, digo que tô trabalhando disso e daquilo**. Eles ficam feliz comigo. Mas quando eu vou maloqueira, eles ficam com pé atrás.

Nesse sentido, destacamos um segundo ponto em relação a violência que distingue mulheres de homens abandonados. As mulheres em situação de abandono que passaram a consumir crack, parecem subverter uma lógica inarticulada da “sacralidade” do feminino, baseada no asseio corporal, discrição gestual e discursiva, ou uma maior “docilidade” nas interações que pretensamente seriam atributos da feminilidade. Os impactos pessoais em termos identitários indicam a culpa como um sentimento notável entre as mulheres, especialmente quando avaliam suas ações em relação aos seus filhos. Percebemos isso na fala de Cláudia, que reflete sobre o estado de alteração que o crack lhe proporciona e a faz enfrentar a dor do fracasso que experiencia como mãe:

**P: O que você sente usando o crack?**

Cláudia: Quando eu fumo crack eu penso: 'agora eu sou mais eu. Eu sou a Cláudia e tudo eu posso'. A pessoa usa droga porque quer ser forte. **Queria ser mãe de verdade, queria cuidar dos meus filhos, coisa que eu não consegui**. Mas é só ilusão.

A pressão social que atribui às mulheres centralidade no cuidado parental intensifica a culpa pelo fracasso individual. Cláudia queria “ser mãe de verdade” e o crack lhe proporciona alguns momentos singulares de incursão em uma nova realidade em que esse universo é imaginado. Entretanto, não passa de mera ilusão. O fracasso individual é percebido enquanto escolha individual e a culpa recai sobre as agentes na medida em que não articulam os motivos de seus destinos em fatores externos:

**P: Como era a tua vida com a tua família [discussão da relação com irmãos]?**

Cláudia: [...] quando a gente é jovem a gente não quer saber né, quer loucura, zoeira, a única assim sou eu. Eu tenho 12 irmãos e sou a única assim, o resto é tudo casado, careta, direito. [...] não é problema nada, **eu acho que sou assim porque eu escolhi, uma opção né**. Sempre gostei muito de festa de sair, de balada.

**P: Tu sentes vontade de sair da rua?**

Sofia: Eu não sou uma pessoa de estar na rua, sou uma pessoa do bem, eu tenho muita condição de estar num teto, eu só não tô num teto porque eu não quero, bendizer.

As diferenças existentes entre homens e mulheres em relação ao contexto de socialização e aos ambientes de formação da pessoa social são muito sutis e remetem a imaginários coletivos que atribuem certos caracteres ao feminino e ao masculino. O sentimento de culpa e as violências aparecem como desdobramentos da ordem social que normatiza as relações de gênero e os “devidos” papéis sociais que homens e mulheres devem assumir para “cumprir” os anseios da expectativa pública. Os perigos da violência sexual e a relação de “delinquência” que pode levar as mulheres a terem maior facilidade do que os homens na troca de crack por serviços sexuais (o que não entendemos por “prostituição”), são elementos de distinção qualitativa em que percebemos elementos de vulnerabilidade e de reprodução dos ciclos de exclusão em relação ao gênero. Se a categoria “gênero” não fornece todos os argumentos necessários à compreensão das possíveis causas da injustiça social, ela nos permite reconhecer a existência de caracteres qualitativos que diferenciam a experiência do abandono vivido por homens e mulheres.

Nesse contexto, de reprodução massiva do abandono social que não tem escolhido gênero (excluindo tanto homens como mulheres das tentativas de consecução de uma “boa vida”), haveria no reconhecimento pela singularidade de gênero uma possibilidade de transformação da ordem social? Se os dados empíricos nos limitam a perceber alguns contrastes no plano da experiência, como a discussão da política identitária pode auxiliar nas tentativas de mobilização política destes contrastes em direção a políticas orientadas pelo gênero?

### 3.4 Política identitária e o debate do reconhecimento

É largamente conhecida a tendência de uma “virada para a cultura” em muitos círculos da sociologia nas décadas de 1980 e 1990, associada ora pela disseminação do pós-modernismo e do pós-estruturalismo como vertentes do pensamento, ora pela influência de autores que enfatizavam a pluralidade de conhecimentos científicos e a correspondente fragilidade das metanarrativas nas Ciências Sociais (CROMPTON, 2008). A virada se sobressai nas leituras sociológicas das transformações e questionamentos de padrões comportamentais e políticos que emergem na Europa pós-guerra, protagonizados por uma geração que passara a desfrutar dos benefícios materiais oferecidos pelo Estado de Bem Estar-Social e que agora assume a posição do novo ator político com demandas diferentes do período anterior, ressignificadas, reformuladas e postas nas pautas discursiva e política. Essa virada, ou deslocamento da discussão política de *valores materiais* para *valores imateriais* tem a ver com o questionamento dos padrões familiares, sexuais e comportamentais tidos como “normais” ou comumente aceitos, bem como se ampara na ética da autenticidade e no princípio da dignidade em relação à afirmação da vida cotidiana (DUTRA, 2005; TAYLOR, 1992). Nesse contexto a demanda política é pautada pelas novas exigências por formas coletivas específicas de preferência, reconhecimento ou participação.

Alguns autores veem o deslocamento destas prioridades como uma renúncia das questões clássicas de distribuição que marcavam as lutas políticas dos períodos anteriores. Olhando para a cultura, segundo estes críticos, os teóricos estariam promovendo lutas políticas pela diferença e pelo reconhecimento de grupos e em larga medida estariam abandonando as questões clássicas de distribuição material de recursos (a justiça social pelas vias da distribuição econômica), o que vinha marcando a posição dos movimentos sociais “clássicos” em suas lutas por igualdade. A crítica vai no sentido de tensionar o significado das lutas como dos novos movimentos sociais de minorias étnicas e de gênero.

Tendo em mente estas críticas e percebendo um pano de fundo moral que sustenta práticas sociais e estilos valorativos que as põem em consecução, apresentando assimetrias e hierarquias baseadas em critérios como gênero e etnia que os coloca como “mais” e “menos”, nos perguntamos: teriam esses novos movimentos por demandas, supostamente “fragmentadas”, alguma ligação com as questões “clássicas” de justiça social? As questões de conflito de classes podem ser percebidas como lutas por reconhecimento identitário? Mais especificamente em relação ao nosso universo empírico, podemos almejar uma gramática moral

que melhor operaria na defesa do discurso das abandonadas, numa questão atual e que promova o discurso político de alteração institucional e política? Ao fim e ao cabo, em quais condições seriam maiores as chances de transformação social?

No âmbito das discussões sobre gênero, e nos propósitos dessa investigação, é fundamental que retomemos os argumentos da discussão entre reconhecimento e distribuição, para que possamos tomar um ponto de partida teórico que fundamente nossa compreensão sobre a abrangência e expressão do pertencimento de gênero e sua potencialidade de abarcar tanto lutas por afirmações identitárias, como lutas redistributivas no contexto de exclusão do capitalismo periférico. Seriam os movimentos por reconhecimento potencialmente transformadores na luta pela distribuição de bens materiais e simbólicos escassos? Sob quais circunstâncias uma política do reconhecimento pode auxiliar uma política redistributiva?

Ao mesmo tempo em que autores pós estruturalistas como a filósofa Judith Butler (1997) percebem a emergência de novos movimentos sociais enquanto proponentes de transformações centrais em termos de possibilidade de reestruturação de relações de economia política, outros defendem que a consequência prática para os movimentos sociais e às lutas por paridade parece ter sido um abandono da pauta de políticas redistributivas em favor de uma política identitária, em que o idioma do reconhecimento forma uma gramática hegemônica da contestação política, diminuindo a utilização de uma linguagem da distribuição e oscilando para a linguagem do reconhecimento. No contexto de exacerbação das desigualdades, para autoras como Nancy Fraser (2000) as questões de reconhecimento pela diferença identitária, cultural e étnica, mais deslocam e encobrem a luta por redistribuição do que sustentam e enriquecem o debate.

Fraser defende que as teorias “culturalistas” contemporâneas fundem a desigualdade econômica na hierarquia cultural, acabando por cair no que chama como perigo do “deslocamento”. Essas teorias estariam “deslocando” a questão central dos movimentos por justiça social, que para ela podem ser claramente divididos entre lutas por distribuição (economia política) de um lado, e lutas por reconhecimento identitário (culturais) do outro. A autora defende uma cisão analítica, que facilitaria a leitura de cada condição em relação ao seu contexto material e histórico, possibilitando a atribuição de “remédios” diferenciados. Para ela, há diferentes maneiras de se curar estes problemas sociais: basta uma clareza analítica que distinga as raízes das lutas materiais e das lutas imateriais, sendo as duas qualitativa e substancialmente distintas (FRASER, 2003).

No escopo das teorias de gênero amplas críticas surgiram ao modelo fraseriano. Isso porque o quadro teórico proposto por ela sugere que as lutas feministas desde a metade do século têm sido levadas na direção de afirmação da dominação e do conservadorismo das estruturas de exclusão do sistema capitalista em seus modelos “liberais”, já que demanda por reconhecimento identitário das mulheres nas fronteiras do sistema não ofereceria críticas substantivas para dismantelar estruturas de dominação. Uma das mais interessantes críticas a essa ideia vem da filósofa e cientista política Iris Young (1997). A autora concorda com Nancy Fraser quando esta adereça críticas nas situações em que políticas por reconhecimento suplantariam questões de justiça econômica (embora Fraser não busque um quadro de ocorrências e casos empíricos para sustentar sua proposição teórica). Entretanto, argumenta que a solução de Fraser é desastrosa para resolver os dilemas e contradições das lutas políticas: a reafirmação de uma categoria da economia política inteiramente oposta à cultura, proposta por Fraser como um caminho para se encontrar um “remédio”, seria pior do que a própria doença, já que a utilização de um modelo dicotômico entre economia política e cultura levaria Fraser a uma visão deturpada dos movimentos feminista, anti-racistas e por libertação dos gays. Ela os veria como movimentos que demandam reconhecimento como um fim em si, quando na realidade eles seriam melhor compreendidos como lutas culturais por reconhecimento que seriam meios para a justiça política e econômica. Para Young, estas ideias de Fraser resultam de suas construções e de seus quadros teóricos muito abstratos, que estariam muito afastados dos problemas concretos de estratégia política; nesse modelo, tanto movimentos das classes trabalhadoras como movimentos de gênero aparentam ser mais unidimensionais do que realmente são.

O modelo dicotômico de Fraser claramente tem um propósito: destacar as contradições entre variados objetivos políticos que um grupo ou um movimento pode assumir, e sua consequente incapacidade de resolver dois ou mais problemas ao mesmo tempo. A autora sustenta que o movimento feminista e o movimento anti-racista não podem assumir o objetivo duplo de afirmação identitária do grupo ao mesmo tempo em que buscam a eliminação de sua posição de gênero (ou étnica) específica na divisão do trabalho. Seria uma decisão ou por reconhecimento identitário (cultural) ou por distribuição de recursos (econômico).

Iris Young sugere que as demandas que Fraser percebe enquanto lutas por reconhecimento são na realidade meios para alcançar igualdade, seja econômica ou social. Segundo ela, é certo que as sociedades e instituições devem ser avaliadas de acordo com seus padrões distributivos de recursos e bens. Entretanto, eles devem ser avaliados de acordo com

sua divisão do trabalho, as formas que organizam o poder decisório e se os seus significados culturais reforçam a auto-estima e auto-expressão de todos os membros da sociedade (YOUNG, 2011).

No debate em defesa de uma teoria crítica do reconhecimento, Axel Honneth (2003b) apresenta uma das mais interessantes ponderações em defesa da impossibilidade da separação entre lutas por distribuição e reconhecimento. O filósofo alemão questiona a cronologia trazida no ensaio de Taylor sobre a “política do reconhecimento”, que induziria seus leitores a não perceber como lutas por “política identitária” aquelas travadas pelos movimentos sociais do final do século XIX e início do século XX. Haveria no ensaio de Taylor sobre a “política do reconhecimento” uma cronologia que induziu autores como Nancy Fraser ao erro.

Para o autor, até mesmo as desigualdades "materiais" que preocupam Fraser devem ser interpretadas como expressão da violação de reivindicações por reconhecimento. A má distribuição material seria uma expressão empírica de formas de reconhecimento intersubjetivo recusado, induzida por lógicas morais e valores associados a posições e hierarquias no sistemas de trocas do mercado capitalista pelos ocupantes de posições dignas e tidas como “boas”. O argumento é que a recusa ao reconhecimento do “outro” é anterior a qualquer “efeito prático” na ordem das configurações sociais e seus efeitos de distribuição econômica, que levam certos atores e admitir certos “papéis sociais” a serem tendencialmente realçados, promovidos e reconhecidos, enquanto outros sequer são tomados como parceiros da interação dignos de paridade. No modelo do reconhecimento, a economia não é isolada como causa geradora de “ideologias espontâneas”, sendo a má distribuição material dos recursos somente possível por atos de reconhecimento recusado e desrespeito, levados à prática pelos agentes sociais que assim transmitem os valores de um modelo econômico.

[...] regras de distribuição não podem ser simplesmente derivadas de relações de produção, mas devem antes ser vistas como a expressão institucional de um dispositivo sociocultural que determina a estima mantida por atividades particulares em um ponto específico do tempo. Conflitos por distribuição, desde que eles não sejam apenas preocupados com a aplicação de regras institucionalizadas, são sempre lutas simbólicas pela legitimidade do dispositivo sociocultural que determina o valor das atividades, atributos e contribuições. Nesse sentido, lutas por distribuição, em oposição a suposição de Fraser, são elas próprias travadas em lutas por reconhecimento. Estas últimas representam conflitos pelas hierarquias institucionalizadas de valores que governam tais grupos sociais que, com base em seu status e sua estima, tem a reivindicação legítima de uma quantidade específica de bens materiais. Resumindo, é uma luta pela definição cultural do que torna uma atividade socialmente necessária e valiosa (HONNETH, 2001, p. 54).



Empiricamente verificamos o crescimento do discurso do reconhecimento nas novas políticas identitárias através das reivindicações dos movimentos sociais, em direção a formas coletivas específicas de preferência, reconhecimento ou participação, e que acabam por proporcionar o surgimento de gramáticas morais com maiores ou menores impactos nas lutas sociais pela igualdade de recursos. Nesse sentido, é fundamental questionarmos sobre as possibilidades de emergência de lutas simbólicas em relação ao valor social das atividades, atributos e contribuições levados a cabo pelo grupo das abandonadas no capitalismo periférico. Qual seria então a melhor estratégia política das lutas por transformação da situação de injustiça social em que se encontram?

### **3.5 Performance e transformação social**

É interessante percebermos aqui o expressivo potencial de luta política dos movimentos por reconhecimento identitário de gênero, na medida em que a posição social pessoal da abandonada está relacionada a atividades com fortes tendências ao desvalor e com baixa chance de mobilização por outros atributos. Mesmo que uma política de inclusão “ideal” fosse motivada por razões que levariam à transformação do valor social dos indivíduos hoje em dia desvalorados, percebemos um grande “atalho”, ou uma porta de entrada que pode servir de caminho político na reivindicação por direitos das abandonadas. As recentes políticas públicas que consideram largamente o gênero (como políticas redistributivas e habitacionais), são evidências do grande impacto e dos resultados gerados pelos movimentos feministas, tanto no plano teórico como em seus efeitos práticos nas lutas por igualdade. As abandonadas têm o gênero a seu favor em relação à formação de um papel político “mobilizável” na articulação e demanda por distribuição de recursos.

Se é através do gênero que percebemos uma “fissura” na conformação sociocultural valorativa do sistema de opressão de classes, em que podemos encampar lutas através do constrangimento pela articulação de uma gramática moral em prol da emancipação identitária (que poderia trazer resultados na política econômica), essa gramática deve ser formulada à luz de conceitos de autores que perceberam mudanças fundamentais nas lutas e movimentos pelo reconhecimento de novas sexualidades. Judith Butler percebe grandes mudanças em relação à produção performática do sujeito social e o expressivo papel do gênero na transformação da

ordem social. Em um de seus mais conhecidos livros, *Gender Trouble*, Butler (1990) traz a ideia da *fabricação* do gênero através da noção de *performances* corporais. A autora sugere que a heterossexualidade e a masculinidade impuseram certas normas ao longo da história, que acabam por “fabricar” uma noção comumente aceita de papéis atribuídos ao que deve ser tomado como caracteres “tipicamente” masculinos e femininos. Para a autora, esta normatividade seria uma conformação sociocultural intimamente relacionada com questões distributivas da ordem econômica.

Em sua perspectiva, os atos, gestos e os desejos (sancionados por normas) produzem seus efeitos na superfície do corpo, pelo jogo de ausências e presenças que apenas sugerem, mas nunca revelam, o “princípio organizador da identidade como uma causa” (Ibidem, p. 136). A proposta de Butler, ao tomar gênero não como algo essencial, mas como algo performado e trazido à existência não apenas pelo discurso verbal, mas por todos os sistemas semióticos, incluindo gestos, vestimentas, posturas corporais, que constituem como o gênero vem a “tornar-se” (ou como é fabricado, manufaturado e estabilizado pelas interações). Percebemos esse movimento como a fabricação de uma *hexis* específica que direciona e/ou controla pulsões e motivações pessoais, no intuito de estabilização de uma aproximação identitária institucional e historicamente reproduzida.

O gênero é tomado como um processo pessoalizado que é transformado por critérios impessoais nas relações institucionais e nas interações cotidianas, trazendo à tona, proceduralmente, tanto relações conflituosas na formulação do indivíduo quanto vínculos que “estabilizam” as projeções identitárias no interior das personalidades individuais. Através dos atos e dos gestos, desejos promulgados e articulados criam a ilusão de um “núcleo organizador de gênero”, “uma ilusão mantida discursivamente com propósitos de regulação da sexualidade no quadro de obrigatoriedade da reprodução heterossexual (Ibidem)

Como consequência desta noção da fabricação de gênero, o argumento trazido é de que um “gênero verdadeiro” é uma fantasia historicamente instituída pelas tentativas sucessivas de inscrição na superfície corporal de normas generalizantes e excludentes. Esse processo de inscrição na carne, em que o gênero é produzido como um efeito discursivo mediante construções sociais que se fazem presentes através de uma performance regulada tem sua gênese ocultada. Para Butler, gênero é uma identidade tenuemente constituída no tempo, instituída em um espaço exterior ao corpo através da repetição de atos estilizados. Segundo ela, emerge dessa relação arbitrária justamente a potencialidade transformadora das relações de gênero, “na possibilidade de uma falha na repetição, uma “deformação”, ou uma repetição

paródica que expõe o efeito fantasmático de identidade permanente como uma construção política tênue” (Ibidem, p.141).

Nesse quadro trazido por Butler percebemos tanto um aguçado argumento teórico, que permite amplitude e profundidade em análises identitárias, na medida em que os corpos e a fabricação de gênero são percebidos em sua temporalidade e constrições normativas culturalmente constituídas, como um ponto central em relação à possibilidade que este argumento tem em relação à demandas distributivas. Para a autora, diferentes performances de gênero possuiriam um potencial emancipatório, ao passo que a proliferação de configurações de gênero fora do quadro restritivo da dominação masculina e da “heterossexualidade compulsória” alterariam a realidade de gênero. Mas em que medida esse movimento de “libertação” de gênero poderia reconfigurar as relações de dominação no capitalismo moderno?

Aqui é interessante tomarmos essa noção para perceber as dificuldades de reversibilidade em situações e ciclos de abandono. O modelo que Butler sugere, faz-nos questionar o quanto de valores e códigos morais que sustentam as lógicas de reprodução do sistema capitalista são transportados por estes estilos performatizados na vida cotidiana. Ou seja, o quanto uma lógica operacional que reproduz a recusa de reconhecimento é incarnada nos papéis sociais que os agentes assumem para si.

Mesmo que a autora não traga argumentos sobre a possibilidade de movimentos identitários alterarem as políticas redistributivas (ou casos empíricos para demonstrar tal ocorrência), sua defesa no plano político é a de que o reconhecimento identitário de gênero viabilizaria a luta por equidade e justiça social no mundo atual. Butler se insere na discussão com um artigo que pretende responder às críticas de que as lutas por reconhecimento seriam “meramente culturais”. Para ela, essa crítica aos estudos culturais tem se apresentado de algumas formas:

[...] que o foco na cultura da política de esquerda abandonou o projeto materialista do Marxismo, que ele não consegue resolver questões de equidade econômica e redistribuição, que falha também em situar a cultura em termos de entendimento sistemático de modos de produção social e econômico; que o foco cultural das políticas de esquerda se dividiu a esquerda em seitas identitárias, que perdemos um conjunto de ideais e objetivos comuns, um sentimento de uma história comum, um conjunto comum de valores, uma linguagem comum e até mesmo um objetivo e modo universal da racionalidade; que o foco cultural das políticas de esquerda substitui uma forma egocêntrica e trivial da política que se concentra em eventos transitórios, práticas e objetos, em vez de propor uma visão mais robusta, séria e abrangente da inter-relação sistemática das condições sociais e econômicas (Ibidem, p. 34)

Em defesa dos movimentos pelo reconhecimento de sexualidades como possibilitadores de uma transformação da ordem social, Butler se aproxima do argumento de Axel Honneth para rebater as críticas aos estudos culturais, na medida em que defende uma indissociabilidade entre o “econômico” e o “cultural”, já que a distinção entre o “material” e o “cultural” é instável, um anacronismo teórico que deveria ser evitado na teoria social. Entretanto, a diferença entre os dois autores parece ir no sentido das possíveis respostas que a discussão teórica sobre o reconhecimento pode alavancar. Honneth defende que essa “virada” para a teoria do reconhecimento representa uma tentativa de respostas relativas a problemas teóricos e não uma resposta a tendências atuais de desenvolvimento social. Para o autor, o desenvolvimento de movimentos sociais, especialmente no contexto norte-americano, levou autores como Charles Taylor e Nancy Fraser a uma leitura incorreta dos acontecimentos históricos, como se estivéssemos “diante de um fenômeno histórico totalmente novo” (HONNETH, 2003b, p. 122). Haveria no ensaio de Taylor sobre a “política do reconhecimento” uma cronologia que induziria ao erro (e que segundo Honneth, induziu diversos autores a uma leitura equivocada sobre a questão do reconhecimento social, já que o ensaio de Taylor traz ao grande público a política do reconhecimento como um problema contemporâneo). De acordo com a tese histórica central tayloriana, enquanto a história das sociedades liberal-capitalistas tem até agora sido marcada pelas lutas por igualdade legal, hoje seu lugar tem sido amplamente tomado pelas lutas de grupos sociais demandando reconhecimento de sua diferença cultural definida.

O problema estaria na linearidade cronológica proposta por Taylor, que traria uma noção estreita do reconhecimento legal, diminuída a um tipo de tratamento igual homogeneizante. O filósofo canadense estaria removendo os elementos "identitários políticos" dos conflitos legais do passado, a fim de chegar na ideia de uma sequência histórica de dois tipos de movimentos sociais distintos.

O argumento de Honneth nos leva a perceber que os movimentos "identitários políticos" atuais não podem ser reduzidos a seus objetivos culturais, bem como os movimentos "tradicionais" de resistência do final do século XIX e início do século XX não podem ser presos a objetivos materiais e legais. Nesse sentido, o filósofo alemão se distingue da noção assumida por Butler em relação à teoria identitária e por reconhecimento de gênero. Para ele, o espectro de descontentamento social e sofrimento é reduzido à pequena parte que ganha reconhecimento oficial na esfera política pública, que se ampara na premissa "duvidosa" de que a teoria crítica social deve ser normativamente orientada em relação aos movimentos sociais.

No contexto das abandonadas esse *insight* de Honneth é de fundamental monta. As relações de injustiça social vividas pelas abandonadas parece estar muito distante de uma posição de reconhecimento público e político. As abandonadas parecem se encontrar na ponta de um “espectro de sofrimento” que não tem ganho reconhecimento oficial pelas pautas dos movimentos sociais. Nesse sentido, a teoria crítica não poderia se orientar às configurações sociais existentes nos movimentos sociais atuais, ao passo que as abandonadas como um tipo social ficariam excluídas das análises. Se não encontramos as possibilidades de articulação política de lutas emancipatórias das abandonadas dentro do espectro dos movimentos sociais atuais, como podemos articular uma narrativa para a transformação social no escopo destes movimentos?

### **3.6 Políticas identitárias e a superação do abandono**

Abordamos neste capítulo dois problemas centrais, que acreditamos ser fundamentais para a problematização das questões de injustiça social vivenciada pelas abandonadas nas metrópoles periféricas. Os dados empíricos nos informaram sobre um quadro configuracional de violências múltiplas, que se reproduz nos níveis institucional e pessoal, e o debate teórico no escopo da teoria crítica do reconhecimento nos esclareceu uma questão fundamental: que se estes quadros de violência se encontram em um “espectro de sofrimento” que não alcançou voz nos movimentos sociais, a teoria crítica não deve ser normativamente orientada apenas em relação ao desenvolvimento de tais movimentos. Nesse sentido, a teoria deve ser orientada a realidades que ainda não foram reconhecidas devidamente no espaço público e político, como é o universo empírico que esboçamos aos nossos leitores.

Os movimentos “identitários políticos” não podem ser reduzidos a seus objetivos culturais, já que apresentam elementos de resistência em relação a objetivos materiais e legais (um exemplo significativo são os movimentos pela igualdade promovido por movimentos de gays e lésbicas, amplamente discutidos desde o final da década de 1960 e que ainda encontram desafios constantes nos “imbróglios” conservadores da nossa ordem legal). Essa tomada de posição teórica também implica uma discussão mais profunda sobre o papel da política identitária nos movimentos “tradicionais” da metade do século XIX e início do século XX, ao passo que não podem ser reduzidos ao seu caráter econômico, material e legal.

Tendo em vista as configurações sociais contemporâneas na periferia do capitalismo, com grandes tendências à reprodução social da ordem social conservadora e excludente, resgatamos a pergunta trazida no início desta discussão teórica: como a discussão da política identitária pode auxiliar nas tentativas de mobilização política destes contrastes (no plano da experiência entre abandonados e abandonadas) em direção a políticas orientadas pelo gênero?

Se concordamos com a premissa de Axel Honneth, de que a teoria crítica não pode ser normativamente orientada ao desenvolvimento dos movimentos sociais existentes, na medida em que há um amplo “espectro de sofrimento” e de desfavorecimento no plano da política, também não poderíamos desconsiderar a expressiva força dos movimentos feministas e por igualdade de gênero que se estendem desde o período pós-guerra. Estes movimentos parecem ter conseguido se entranhar nas microfissuras do sistema capitalista, que tem se mostrado permeável a determinadas demandas de gênero. Assim, se a situação de abandono é de difícil resolução no plano político através do discurso humanitário em prol da igualdade e da justiça social, percebemos nas narrativas por equidade de gênero um potencial expressivo de inclusão das abandonadas. As recentes políticas públicas brasileiras tem centralizado no papel da mulher a figura de transformação social, o que tem mostrado resultados significativos em programas distributivos de renda, que apresentam conquistas de autonomia moral, econômica e política para as mulheres (REGO; PINZANI, 2014).

A superação da injustiça social e transformação do papel social das abandonadas apresenta significativos desafios para as políticas públicas. A expectativa e a opinião pública sobre os consumidores de crack tendem a funcionar como “âncoras” que impedem a produção de uma nova narrativa que possibilite a promoção de políticas para a superação do abandono. Percebemos a necessidade de adequação das lutas das abandonadas dentro do espectro político atual e isso representaria um instrumento para a transformação social em que o elemento de gênero carrega um potencial transformador. Se a situação de exclusão social e abandono não escolhem gênero, a narrativa por igualdade de gênero e pela superação das desigualdades entre homens e mulheres pode apresentar uma vigorosa alternativa para a superação do abandono, em direção a transformação social tão necessária e esperada por mulheres e homens.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Propomos neste estudo uma discussão sobre a origem social dos usuários de crack, a quem chamamos de *abandonados*. Argumentamos aos nossos leitores que a utilização do conceito de *abandonado* como um tipo social apresenta uma alternativa para a discussão, sobre um tema que tem adquirido grande repercussão na esfera pública e política brasileira. Estamos conscientes, e fomos gradativamente convencidos pelo material empírico analisado, que o consumo de crack está intimamente relacionado a condições sociais de produção e reprodução de papéis sociais, distribuídos diferencialmente entre classes sociais, sendo a “questão do crack” essencialmente uma questão social. Para além da classe, também destacamos a existência do pertencimento à *milieux sociaux de abandonados*, que referem-se às condições sociais, tais como normas, leis, relações econômicas e políticas, às quais são expostos os usuários de crack em situação de vulnerabilidade social.

Para além de um tipo social individualizado, percebemos a situação de abandono em seu aspecto mais amplo no contexto do capitalismo periférico. O abandono desenha os contornos de zonas de vulnerabilidade multidimensionais, abrangendo diversos elementos como tendências na socialização familiar, inserção institucional, relacionamentos interpessoais e quadros configuracionais e situacionais de extrema precariedade. Com a utilização da expressão *abandonados* referimo-nos a indivíduos em certa situação social e não apenas aos usuários de crack. Optamos por um recorte dentro dessa população em situação de abandono já que, além de novo, o fenômeno do consumo de crack nos grandes centros urbanos tem sido um fator de maior predisposição ao perigo a este grupo social. Nesse sentido, os abandonados que em algum momento engajaram-se em práticas de ingestão de substâncias como o crack põem em risco políticas e práticas institucionais para todos os abandonados, já que estigmas e rótulos tem a característica fundamental da transferibilidade entre atores que apresentam proximidade no espaço social.

Retomaremos nessas considerações finais três pontos que pensamos ser fundamentais na defesa da *tese do abandono social* como elemento indispensável na discussão sobre o consumo de crack nas metrópoles periféricas. O primeiro diz respeito à íntima relação entre condição de *classe* e consumo de crack. Em seguida, sobre o papel das *instituições* na manutenção ou transformação da ordem social. O último ponto versa sobre os elementos de gênero na reprodução do abandono social e as possibilidades de *superação* da injustiça social pela narrativa dos movimentos sociais.

a) *Classe social e trajetórias no crack*

No segundo capítulo deste estudo, apresentamos ao leitor a história de Pedro, um jovem imigrante que vem encontrando desafios na ordem da integração social em uma metrópole periférica. Nosso intuito foi problematizar os elementos da experiência e do estilo de vida que tornam uma classe social inteira mais suscetível a problemas relacionados ao consumo de drogas através do exemplo empírico do nosso entrevistado, que tem apresentado problemas de integração social, dificuldade de alocação em posições valiosas no mercado de trabalho e, ao fim e ao cabo, enfrenta obstáculos aparentemente intransponíveis para a realização pessoal e consecução de uma “boa vida”.

Pelo conhecimento sociológico metódico propomos um diálogo sobre os limites e constrangimentos de agência humana e defendemos que os atores reagem a estímulos sociais que estão para além de seu controle. Nosso material empírico nos levou a encontrar uma constante na posição de desvalor social entre homens e mulheres entrevistados, com trajetórias que revelavam graus de proteção familiar e institucional reduzidos. Os comportamentos “problemáticos” foram em larga medida estimulados por ambientes socializadores que, mesmo tendo sido ricos em sua expressão única e singular, produziram efeitos significativos pela falta da incorporação de *disposições planificadoras*, que permitem ao sujeito efetivamente planejar e pôr em prática planos ao longo da vida. As condições materiais e subjetivas têm se mostrado insuficientes no atendimento dos pré-requisitos exigidos pelas instituições modernas mercado e Estado, o que incide nas chances de conquista de uma posição social pessoal valiosa.

Em relação à diferença de experiência entre usuários de crack de classe média, inferimos dois elementos centrais a partir de análise comparativa com a bibliografia sobre o tema, bem como algumas entrevistas com usuários de classe média que realizamos por motivos exploratórios (e acreditamos na importância de ampliação para este universo empírico em pesquisas futuras). Os usuários de classe média têm maior tendência a encontrar ambientes de proteção social, como na família e redes de amigos, onde a interação com estes parceiros tende a oferecer ambientes de reflexividade. Isso se concretiza pelas conversas, em “climas” estimulantes, bem como pelo suporte material que produz efeitos de seguridade no cotidiano de consumo (moradia digna, condições nutricionais adequadas, acesso a serviços e medicamentos etc.). O acesso a bens materiais e simbólicos diferencia tipos de consumo e o grau de engajamento necessário para o acesso às substâncias. Os abandonados veem-se frequentemente no dilema de (ou coagidos a) ingressar no tráfico de drogas, enquanto nas classes médias o envolvimento com a venda de drogas tende a ser menor. O segundo elemento, não menos



importante, é sobre a narrativa diferencial sobre o consumo de drogas e o destaque atribuído na identidade dos atores. A narrativa do consumo de crack ou de qualquer outra substância na perspectiva de um “usuário” de classe média pode ser percebida como uma “fase”, como produto de questões identitárias dentro de um amplo espectro de narrativas que não reduzem a identidade para uma categoria de pertencimento. Um usuário de crack da classe média pode nunca ser percebido enquanto tal. Ele tem maior tendência a mobilizar recursos para uma luta pelo reconhecimento de outras imagens e produções discursivas sobre sua trajetória de vida.

Destacamos que o crack é um elemento da “política de ingestão” que opera nas cidades contemporâneas, sendo todos afetados de maneiras diretas e indiretas por sua circulação e consumo. A disponibilidade e facilidade no acesso à substância cria, mas não determina, um possível elo “sujeito-substância”. Nesse sentido, é importante fazermos recortes de classes mas atentarmos aos perigosos dos determinismos e reducionismos que devem ser combatidos com constantes atos de “vigília” na análise dos dados.

Nossa hipótese foi na direção de inferir que tendências disposicionais ao comportamento imprimem diferentes “performances” quando do uso das drogas. Essa hipótese se confirmou ao longo da investigação, na medida em que percebemos estas performances como “performances de classe”, que variavam conforme a existência ou carência de laços afetivos e emocionais com a família e grupos de afetos, bem como os fundamentais relacionamentos institucionais tão marcantes na vida de todos nós. Encontramos diferentes performances no “mundo do crack”, que variavam de acordo com repertórios disposicionais e laços institucionais estabelecidos no passado de cada indivíduo. A classe social não condiciona o consumo de drogas, mas é ela que permite ao sujeito acionar um “arsenal” de mecanismos cognitivos e práticos para que os abusos sejam atenuados, e é verdade insofismável que esse arsenal é muito melhor distribuído nas classes médias e altas, tanto em termos objetivos e materiais como subjetivos e simbólicos.

O momentâneo sentimento de “escapismo” entre os abandonados que consomem crack é antes de tudo um efeito que leva à sujeição e à submissão, dado que nos leva a sublinhar a divergência comportamental e disposicional de sujeitos localizados em *milieux* sociais semelhantes, mas com origens de classe distintas. Assim, perceber o usuário de drogas enquanto pertencente a *milieux* nos auxilia a compreender discrepâncias no interior das classes sociais, já que a condição de classe não determina uma atitude x ou y. O encontro com o crack é sintomático, revelando inaptidões disposicionais a maneiras específicas de agir que, quando presentes, imprimem no sujeito uma lógica de certa previsibilidade sobre o futuro através do autocontrole em ações presentes. Os atores vivenciam no cotidiano uma prisão ao contexto em

que vivem numa repetição circular de “presentes”, sendo fundamental investigar quais são os componentes sociais fundantes de comportamentos que perpetuam e ampliam esse desastre cíclico.

Concluimos que comportamentos considerados “desviantes” são historicamente verificáveis e condizentes com as possibilidades objetivas. O grupo de pessoas que entrevistamos fumam crack porque esta é a substância disponível no momento. A questão central nos parece ir no sentido do entendimento de comportamentos específicos em reação a determinados estímulos sociais, já que a tarefa de erradicação de substâncias psicoativas nos parece improvável senão impossível, e como se reproduzem ambientes sociais com estímulos semelhantes em determinadas classes sociais. O sentido da ação é mais importante do que as condições objetivas e historicamente contingentes nas quais ela se efetiva.

Em termos de continuidade da exploração sociológica sobre a temática da expressão do pertencimento de classe no relacionamento com o crack, é interessante atentarmos para o potencial em se estudar *milieux* sociais, sua distribuição populacional interna em relação com as origens de classe, bem como na percepção de diferentes espectros em que um *milieu* atravessa não só transversalmente a classe social, mas fundamentalmente em direção horizontal as mais relevantes tendências comportamentais e valorativas. É na esfera dos valores que *milieux* se distinguem qualitativamente, podendo colocar no mesmo “*milieu* ideal” um espectro de sujeitos que mesmo sendo afastados pela condição de classe são fortemente aproximados por determinadas pulsões, interesses, finalidades, tendências, desejos, quadros interpretativos gerais e atitudes em relação ao espaço social.

#### *b) Desvantagens institucionais*

Percebemos na realidade dos abandonados e abandonadas desvantagens nos relacionamentos institucionais, cujos mecanismos de ação não têm se mostrado eficientes no processo de inclusão social. Os atores reagem às instituições através de avaliações sobre suas chances e possibilidades situacionais, fundamentados em cálculos de custos e benefícios. Verificamos intensa circulação de saberes que imprimem nos entrevistados maneiras de lidar com as dificuldades e com os benefícios dos serviços oferecidos pelo poder público. Entretanto, expressam descontentamento e descrença sobre a capacidade estatal de auxiliá-los.

As evidências empíricas nos levam a inferir que os padrões de relacionamento entre instituições e agentes se reportam ao contexto de abandono e exclusão, através de mecanismos

como o poder discricionário dos agentes do Estado. O papel destes agentes tem reproduzido a incapacidade, até então, de reversão de ciclos de exclusão e são indicativos da profunda necessidade de transformação institucional. Culpar qualquer agente do Estado, sejam policiais, psicólogos ou assistentes sociais, é o grande perigo que incorre qualquer observador que não leve consideração a produção de uma expectativa pública e política que instrui determinadas práticas institucionais. Se há violência no tratamento de determinadas populações, como verificamos em situações de agressões múltiplas relatadas, devemos explorar os elementos que solidificam práticas de reconhecimento recusado de frações de classe no interior das lógicas institucionais para além de seus operadores no cotidiano.

A recusa de reconhecimento levou nossos entrevistados a demonstrarem raiva e ressentimento, especialmente em relação aos policiais. Os policiais carregam consigo uma importância fundamental, na medida em que são a “linha de frente” do Estado. O poder discricionário da polícia, ou seja, o poder de decidir quem é alvo preferido da preocupação policial, é um componente fundamental para que compreendamos a complexidade desta relação. A arbitrariedade com que esse poder pode se estabelecer se arraiga ao estigma do abandonado e o policial não está simplesmente expressando um preconceito pessoal ou institucional, ele se remete a uma expectativa pública que o instrui e o direciona a levar em conta certos fatores na construção do suspeito. A tensão nas interações tende a ampliar na medida em que os agentes institucionais passam a assumir papéis e levam a cabo ações esperadas pelo corpo social para tais papéis incorporados. Mesmo que normativamente a violência e a agressão não se apresentem enquanto possibilidades, já que a instituição se ampara em valores e direitos universais, a junção entre *possibilidade institucional* (instituição e agentes com sua outorga) e *condição situacional* (interação cotidiana) põe conflito a importância social representada por sujeitos de classes distantes e que corrobora situações de reprodução do abandono, mantendo baixas as chances de reversão dos papéis sociais e de uma hierarquia que incide na distribuição de recursos materiais e simbólicos.

Constatamos que a violência dos agentes institucionais e a incapacidade de reversibilidade dos ciclos de abandono, são efeitos indiscriminadamente distribuídos como resultado da incapacidade da própria instituição, independentemente do pertencimento de gênero. Alguns agentes institucionais podem ser mais “perversos” com homens ou com mulheres, ou variando o grau de violência de acordo com o pertencimento de gênero (especialmente quando os abandonados não seguem uma normatividade heterossexual, o que pode agravar alguns atos violentos que carregam forças discriminatórias contra minorias).

As narrativas nos levam a inferir a existência de situações muito semelhantes e corriqueiras no relacionamento com policiais, em que se conserva baixa possibilidade de reversão do ciclo de abandono e não transformação da pessoal social por meios didáticos e pedagógicos que poderiam ser imputados como papéis aos “agentes de rua”, os burocratas institucionais que mais se relacionam com nossos agentes de pesquisa. A instituição mais presente e pretensamente “eficaz” em relação aos atores opera nos limites e tensões do controle do corpo e da atitude, sendo seus agentes instruídos pela expectativa disciplinar compartilhada pelas classes médias em respeito ao grupo de “sobrantes” e “vagabundos” (e no limite, na definição da ordem social sobre o que é um crime, que deve ser punido pela “mão direita do Estado”).

É necessário que se continue a pesquisa sociológica que explore outros elementos institucionais marcantes na vida dos abandonados, para que possamos discutir e buscar alternativas de transformação institucional. Estamos conscientes de que a alternativa para a reversão de ciclos de abandono é pelas vias da inovação institucional, que encontra grandes desafios políticos no contexto do capitalismo liberal. A alteração das instituições para que corrijam injustiças sociais só é possível quando se parte em defesa de uma narrativa universalizante, e não apenas destinada àqueles com condições materiais, processo que tem “selecionado” alguns enquanto excluído outros.

### *c) Violência de gênero e transformação social*

Buscamos no material empírico evidências que nos auxiliassem a compreender a diferença da experiência do abandono em relação ao pertencimento de gênero. Constatamos que as diferenças existentes entre homens e mulheres em relação ao contexto de socialização e aos ambientes de formação da pessoa social são sutis e a distinção se encontra na reação a estímulos sociais que tem tendências a reproduzir a ordem social. O que marca e distingue suas trajetórias são estruturas que se remetem a imaginários construídos coletivamente que atribuem certos caracteres ao feminino e ao masculino. A reprodução de certos papéis sociais que reproduzem a lógica de dominação masculina se agrava no contexto em que a agressão física é um perigo constante.

O diferencial da experiência das mulheres abandonadas parte tanto de elementos nas interações face a face como naqueles dos relacionamentos institucionais. Estes reproduzem agressões instruídas pela expectativa pública, especialmente em respostas da subversão da

“feminilidade” e do “feminino” que constitui o ato de fumar crack. As abandonadas subvertem uma lógica (muitas vezes inarticulada) da “sacralidade” do feminino, baseada no asseio corporal, discrição gestual e discursiva, ou uma maior “docilidade” nas interações que pretensamente seriam atributos da feminilidade. Esse quadro se agrava expressivamente quando as abandonadas são mães ou gestantes.

Os impactos pessoais em termos identitários indicam a culpa como um sentimento notável entre as mulheres, especialmente quando avaliam suas ações em relação aos filhos. Enquanto sobre os homens recaem agressões morais ligadas ao vigor masculino e ao estigma do delinquente, sobre as mulheres há grande possibilidade de censura moral pública por profanarem a construção social atribuída aos deveres de uma progenitora. Além disso, há constantes tensões em relação à sexualidade e aos perigos de violação sexual, um ato que transcende a corporalidade e é sentido no plano moral pelas nossas entrevistadas.

A pressão social que atribui às mulheres centralidade no cuidado parental intensifica a culpa pelo fracasso individual. Esse sentimento de culpa e as violências aparecem como desdobramentos da ordem social que normatiza as relações de gênero e os “devidos” papéis sociais que homens e mulheres devem assumir para “cumprir” os anseios da expectativa pública. Os perigos da violência sexual e a relação de “delinquência” que pode levar as mulheres a terem maior facilidade do que os homens na troca de crack por serviços sexuais, são elementos de distinção qualitativa em que percebemos elementos de vulnerabilidade e de reprodução dos ciclos de exclusão em relação ao gênero. Entretanto, se o pertencimento de gênero pode levar as abandonadas a encontrarem situações de reconhecimento recusado, é nos movimentos sociais pela igualdade de gênero que encontramos uma possibilidade de inovação nas tentativas de transformação da ordem social.

Trouxemos ao debate argumentos trazidos na discussão da filosofia política sobre as proposições de um teoria do reconhecimento, que percebemos como importantes apontamentos sobre o papel da teoria crítica na leitura dos movimentos “identitários políticos”. Tais movimentos sociais, como o movimento feminista, não podem ser reduzidos a seus objetivos culturais, bem como os movimentos “tradicionais” de resistência do final do século XIX e início do século XX não podem ser percebidos exclusivamente em seus objetivos materiais e legais. Também é importante destacar que o resgate por uma teoria do reconhecimento não pode estar normativamente orientado aos desenvolvimentos atuais de tais movimentos.

Nesse contexto, as relações de injustiça social vividas pelas abandonadas parecem estar muito distantes de uma posição de reconhecimento público e político. As abandonadas se

encontram na ponta de um “espectro de sofrimento” que não tem ganho reconhecimento oficial pelas pautas dos movimentos sociais, mas que podem inserir-se nas discussões através da articulação política em outros campos. Percebemos essa potencialidade nas recentes políticas públicas que consideram gênero como fator na promoção de políticas (como políticas redistributivas e habitacionais). As abandonadas tem o gênero a seu favor em relação a formação de um papel político “mobilizável” na articulação e demanda por distribuição de recursos. Através do gênero percebemos uma “fissura” na conformação sociocultural valorativa do sistema de opressão de classes, em que podemos encampar lutas através do constrangimento e pela articulação de uma gramática moral em prol da emancipação identitária (que poderia trazer conquistas de autonomia moral, econômica e política para as mulheres).

Concluimos que na experiência dos abandonados o consumo de crack complexifica uma tensa relação que já é permeada por diversas formas de violência e se configura por quebradiços laços de pertencimento. O *status* associado ao usuário de crack desestabiliza a autoimagem dos agentes e é um dos elementos centrais na reprodução de situações de exclusão, na medida em que as expectativas públicas em relação aos usuários de crack passam a prescrever normativamente as respostas familiares e institucionais em relação ao consumidor de drogas.

A imagem construída arquetipicamente sobre o usuário de crack é transposta para as famílias que passam a ser julgadas e criticadas pelas comunidades e lhes é atribuído o estigma de ter criado um “drogado”. Na avaliação dos entrevistados é notável a percepção dos núcleos familiares como ambientes sociais tensos e conflituosos, sendo os parentes percebidos como “ignorantes” e “violentos”. Encontramos uma significativa tendência avaliativa que conduz os abandonados a perceber os ambientes familiares como lugares com baixa chance de mudança, especialmente em relação a valores e atitudes. Entretanto, estamos convencidos que é nas relações institucionais e familiares que encontramos as possibilidades de superação das situações de abandono, ao passo que a reação aos estímulos sociais vivenciados nestes contextos possui efeitos para a integração e proteção da pessoa social.

Diante de tal contexto, em que defendemos a tese do abandono social como uma proposta analítica para pensarmos a “questão do crack” ou a “questão das drogas”, esperamos ter argumentado satisfatoriamente aos nossos leitores que as melhores respostas a tais problemas estão nas lutas por reconhecimento de uma situação social em que os agentes padecem das mazelas da injustiça social. Mesmo que tais lutas não sejam pautadas pela rotulação do *abandonado* enquanto tal, a argumentação na esfera pública e a produção

discursiva em prol da promoção da justiça social deve sublinhar a situação de abandono destes segmentos populacionais como um fator de desfavorecimento à integração social. Se a configuração atual dos movimentos sociais não permite a criação de uma narrativa “ideal” em prol da inclusão social, é também dentro destes quadros situacionais que podemos cobiçar e experimentar tentativas de superação dos problemas de integração social.

Entretanto, não podemos deixar de salientar a necessidade de lutas para além dos movimentos sociais, ao passo que o *milieu* dos abandonados é caracterizado pelo pertencimento de atores sociais que não tem encontrado posicionamento na esfera política atual e voz nas narrativas contestatórias. É pelas vias institucionais que percebemos a grande possibilidade de transformação da realidade de abandono, mesmo que o desenvolvimento atual de tais instituições não venha demonstrando efetividade na universalização de direitos e garantias já estabelecidas nas nossas leis. Os ajustes institucionais necessários vão além daquelas instituições que desenham os arranjos conjunturais do desenvolvimento social e deve partir de profundas discussões sobre a urgência de reformas políticas e sociais. Nesse contexto, em que mantra neoliberal parece encantar a quase totalidade de uma população que tem paulatinamente deixado de lado os ideais coletivos em prol de discursos individualistas, é fundamental que aprofundemos o entendimento sobre os interesses e valores das classes médias em novos estudos. Ao que tudo indica, é precisamente em alguns *milieux* e frações das classes médias que encontra-se a defesa de tais ideologias, que tem sustentado as contradições de uma sociedade pretensamente justa mas profundamente desigual.

## REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. **The authoritarian personality**. New York: Harper, 1950.
- ARENARI, B.; DUTRA, R. O Crack, a “Ralé” e a “pessoa”: proposições teóricas sobre a construção social do usuário abusivo do “crack” e possíveis caminhos terapêuticos. In: **Crack: o vício da exclusão**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015. No prelo.
- BECKER, H. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BLUMER, H. **Symbolic interactionism: perspective and method**. Berkeley: University of California Press, 1986.
- BOURDIEU, P. **Algeria 1960**. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.
- \_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.
- \_\_\_\_\_. **Meditações pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- \_\_\_\_\_. **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 2003.
- \_\_\_\_\_. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- \_\_\_\_\_. **A Distinção: crítica social do julgamento**. Porto Alegre: Zouk, 2007a.
- \_\_\_\_\_. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007b.
- BOURGOIS, P. Crack and the political economy of social suffering. **Addiction Research & Theory**, Amsterdam, v. 11, n. 1, p. 31–37, 2003.
- \_\_\_\_\_. **Righteous dopefiend**. Berkeley: University of California Press, 2009.
- BOURGOIS, P.; SCHONBERG, J. Un « apartheid intime »: Dimensions ethniques de l’habitus chez les toxicomanes sans-abri de San Francisco. **Actes de la recherche en sciences sociales**, Paris, v. 160, n. 5, p. 32, 2005.
- BUTLER, J. **Gender trouble: feminism and the subversion of identity**. New York: Routledge, 1990.
- \_\_\_\_\_. Merely cultural. **Social Text**, p. 265–277, 1997.
- \_\_\_\_\_. Bodies and power revisited. In: TAYLOR, D.; VINTGES, K. (Eds.). **Feminism and the final Foucault**. Chicago: University of Illinois Press, 2004.
- CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998.



\_\_\_\_\_. As armadilhas da exclusão. In: WANDERLEY, L. E.; BELFIORE-WANDERLEY, M. (Eds.). **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: EDUC, 2000.

CROMPTON, R. **Class and stratification**. Cambridge: Polity Press, 2008.

DURKHEIM, É. **Montesquieu: quid secundatus politicae scientiae instituendae contulerit**. Oxford: Durkheim Press, 1997.

DUTRA, R. A moralidade do mercado: uma intervenção no debate sobre reconhecimento entre Nancy Fraser e Axel Honneth. **Revista Política & Trabalho**, João Pessoa, v. 22, p. 97–114, 2005.

FOUCAULT, M. **O nascimento da clínica**. Rio de Janeiro: Ed. Forense-Universitária, 1977.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir: história da Violência nas Prisões**. Petrópolis: Vozes, 2008.

FRASER, N. Rethinking recognition. **New Left Review**, p. 107–120, 2000.

FRASER, N.; HONNETH, A. **Redistribution or recognition? A political-philosophical exchange**. London ; New York : Verso, 2003.

GARCIA, L. Uma perspectiva social para o problema do crack no Brasil. In: BASTOS, F. I.; BERTONI, N. (Eds.). **Pesquisa nacional sobre o uso de crack**. Rio de Janeiro: Editora ICICT/FIOCRUZ, 2014.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOFFMAN, E. **Estigma notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

\_\_\_\_\_. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1996.

\_\_\_\_\_. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 2004.

HERTZOG, L. **O desengajamento do êxtase: estudo sociológico sobre usuários de crack em tratamento**. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: UFRGS, 2012.

HOLANDA, S. B. DE. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HONNETH, A. Recognition or Redistribution? Changing Perspectives on the Moral Order of Society. **Theory, Culture & Society**, Middlesbrough, v. 18, p. 43–55, 2001.

\_\_\_\_\_. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Ed. 34, 2003.

\_\_\_\_\_. Redistribution as Recognition: A Response to Nancy Fraser. In: **Redistribution or recognition? A political-philosophical exchange**. London; New York: Verso, 2003b. p. 111–197.

\_\_\_\_\_. O eu no nós: reconhecimento como força motriz de grupos. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 33, p. 56–80, 2013.

HUGHES, E. C. Dilemmas and contradictions of status. **American Journal of Sociology**, Chicago, p. 353–359, 1945.

LABATE, B.; FIORE, M.; GOULART, S. **Drogas e cultura: novas perspectivas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

LAHIRE, B. **Retratos sociológicos: disposições e variações individuais**. Porto Alegre: Artmed editora, 2004.

\_\_\_\_\_. **A cultura dos indivíduos**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2006.

\_\_\_\_\_. A transmissão familiar da ordem desigual das coisas. **Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, Porto, v. 21, p. 13–22, 2011.

MACIEL, F. Todo trabalho é digno? Um ensaio sobre a moralidade e reconhecimento na modernidade periférica. In: **Invisibilidade da desigualdade brasileira**. Humanitas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p. 285–322.

\_\_\_\_\_. **A nova sociedade mundial do trabalho: para além de centro e periferia?** São Paulo: Annablume, 2014.

MACRAE, E. Antropologia: aspectos sociais, culturais e ritualísticos. In: Seibel, S. D.; Toscano Jr., A. **Dependência de drogas**. São Paulo: Atheneu, 2001. p. 25-34.

\_\_\_\_\_. **A desatenção da legislação de entorpecentes pelas complexidades da questão**. 1996. Disponível em: <[http://www.neip.info/downloads/t\\_edw1.pdf](http://www.neip.info/downloads/t_edw1.pdf)> Acesso em: 23 set. 2014.

RAUPP, L.; ADORNO, R. C. F. Circuitos de uso de crack na região central da cidade de São Paulo (SP, Brasil). **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro v. 16, n. 5, p. 2613–2622, 2011.

REGO, W. G. D. L.; PINZANI, A. **Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania**. São Paulo: UNESP, 2014.

REINARMAN, C. Policing Pleasure: Food, Drugs, and the Politics of Ingestion. **Gastronomica**, Santa Cruz, CA, v. 7, n. 3, p. 53–61, 2007.

ROCHA, E.; TORRES, R. O crente e o delinquente. In: SOUZA, J. **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Humanitas. Belo Horizonte: UFMG, 2009. p. 205–240.

ROSENTHAL, G. Reconstruction of Life Stories: Principles of selection in generating stories for narrative biographical interviews. In: JOSSELYN, R.; LIEBLICH, A. (Eds.). **The Narrative study of lives**. Newbury Park: Sage, 1993.

RUI, T. **Corpos Abjetos**: etnografia em cenários de uso e comércio de crack. 2012. 355 p. Tese (Doutorado em Antropologia Social)— Univesidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SANTOS, W. G. DOS. **Décadas de espanto e uma apologia democrática**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

SOUZA, J. **Simmel e a modernidade**. Brasília: Universidade de Brasília, 1998.

\_\_\_\_\_. **A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro**. Brasília, DF: Editora UnB, 2000.

\_\_\_\_\_. **A ralé brasileira**: quem é e como vive. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

\_\_\_\_\_. **Os batalhadores brasileiros**: nova classe média ou nova classe trabalhadora? Belo Horizonte: UFMG, 2010.

\_\_\_\_\_. **A construção social da subcidadania**: para uma sociologia política da modernidade periférica. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2012a.

\_\_\_\_\_. A dimensão simbólica do capitalismo moderno: Para uma teoria crítica da modernização. **Revista Estudos Políticos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 5, p. 41–59, 2012b.

SUÁREZ, H. **Fissuras**: dos estudios sobre pasta base de cocaína en el Uruguay. Aproximaciones cuantitativas y etnográficas. Montevideo: Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, Universidad de la Republica, 2014.

TAYLOR, C. **Hegel**. Cambridge; New York: Cambridge University, 1975.

\_\_\_\_\_. **The ethics of authenticity**. Cambridge: Harvard University, 1992.

\_\_\_\_\_. To follow a rule. In: Lipuma, E.; Postone, M.; Calhoun, C. J. **Bourdieu: critical perspectives**. Chicago: University of Chicago Press, 1993. p. 45-60.

\_\_\_\_\_. **As fontes do self**: a construção da identidade moderna. São Paulo: Loyola, 1997.

TURNER, V. W. **The forest of symbols**: aspects of Ndembu ritual. Ithaca: Cornell University Press, 1967.

VARGAS, E. V. **Entre a extensão e a intensidade**: corporalidade, subjetivação e uso de “drogas”. 2001. 623 p. Tese (Doutorado em Sociologia e Política)— Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

VELHO, G. **Nobres & Anjos**: um estudo de tóxicos e hierarquia. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

VISSER, R. **Para uma sociologia do dinheiro**: investigações sobre o habitus econômico de classe. 2014. 221p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) — Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2014.

WATTS MILLER, W. **Durkheim, morals and modernity**. Montreal; Buffalo: McGill-Queens University, 1996.

WEBER, M. **The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism**: the relationship between religion and the economic and social life in modern culture. New York: Charles Scribner's Sons, 1958.

YOUNG, I. M. Unruly categories: a critique of Nancy Fraser's dual systems theory. **New Left Review**, London, v. 1, n. 222, p. 147–160, 1997.

\_\_\_\_\_. **Justice and the politics of difference**. Princeton: Princeton University, 2011.

**ANEXO I – Roteiro de entrevista (*milieux* dos “abandonados”)**

LOCAL:

DATA:

NOME:

IDADE:

GÊNERO:

ETNIA:

**Aspectos biográficos (em parênteses questões subjacentes às perguntas):****1) Esfera cotidiana (disposições; interesses e valores; milieu social);**

Perguntas iniciais e abertas:

- a) Como é sua vida?
- b) Como é sua rotina hoje?
- c) Como você chegou aqui (nesta situação)?
- d) Você tem alguma ajuda?

**2) História de vida e relações (família; instituições; parceiros afetivos);**

- a) Você sente saudade de alguma coisa?
- b) Você já teve companheiro? Como era? Porque acabou? Aprofundar se possível! (Sexualidade; Gênero; Estigma)
- c) Você tem um companheiro? (Sucesso e fracasso no amor)
- d) Como você conheceu seu companheiro?
- e) Como você o conquistou (influências)?
- f) O que é o amor pra você? (exemplos).
- g) Sexo é importante no relacionamento?
- h) Qual foi o momento mais romântico pra você?
- i) Como você é como pai/mãe, esposo/esposa?

**3) Família (ambientes pedagógicos; a herança infantil e familiar);**

- a) Como é a vida na sua família?
- b) Como seus familiares te veem ou te tratam hoje?
- c) Algum deles tenta ou já tentou te tirar daqui?
- d) Quais são os seus familiares mais próximos?
- e) Vida com a mãe, o pai, irmãos, aprofundar!
- f) Quais os problemas mais importantes de sua família?
- g) O que você aprendeu com seu pais?
- h) Seus pais trabalhavam em que?
- i) Descreva as pessoas importantes em sua infância.
- j) Como eram as brincadeiras de infância?
- k) Você tinha obrigações na infância?
- l)

**4) Escola (relacionamento institucional);**

- a) Descreva como foi seu tempo na escola.
- b) Como é que você era na escola?
- c) Descreva um dia típico na escola.
- d) Seus pais te estimulavam na escola? A estudar?
- e) O que você fez depois do estudo?
- f) Até quando você estudou?
- g) Gostaria de ter estudado mais do que estudou?

**5) Trabalho (autocontrole; disciplina);**

- a) Como é seu dia de trabalho do começo ao fim?
  - b) Como é um dia inteiro de lazer?
  - c) Descreva um dia típico de trabalho
  - d) Qual foi seu caminho até chegar ao seu emprego atual.
  - e) Você acha que faz bem seu trabalho?
  - f) Você tá satisfeito com seu trabalho?
  - g) Que trabalho tinha?
  - h) Como era a vida no trabalho? Aprofundar!
- 

**6) Substâncias, crack (prazer; tensão e medo);**

- a) O que você sente usando o crack?
  - b) Usa alguma outra coisa? O que?
  - c) Prefere crack ou maconha?
  - d) Já cheirou cocaína? Como é?
  - e) O que é pior (qual substância)?
  - f) Tem alguma coisa que você não gosta na galera que fuma crack junto com você?
- 

**7) Projeções, sonhos, prospecção de futuro (reflexividade e autocrítica);**

- a) Você tem vontade de sair daqui (desta situação)?
  - b) O que você acha que precisa para sair daqui?
  - c) O que faria de novo se pudesse?
  - d) O que é um parceiro ideal?
  - e) Qual seu sonho?
  - f) Se você pudesse, mudaria o que na sua rotina?
  - g) Descreva você mesmo daqui a vinte anos?
  - h) Quais são seus maiores sonhos?
  - i) Você acha que daqui a vinte anos sua vida vai tá melhor?
  - j) O que faria se fosse presidente?
  - k) Como o Brasil deveria melhorar? Testar outras hipóteses!
- 

**8) Religiosidade, crenças, valores;**

- a) Você tem alguma crença?
- b) Qual sua religião?
- c) Como é sua relação com Deus? E com as religiões?
- d) O que deixa indignado?
- e) O que é certo e errado?
- f) O que você acha que faz de certo e errado?
- g) Quais são seus hobbies Como você formou suas amizades atuais? Elas lhe ajudam na carreira e no trabalho? Como?

**ANEXO II – Roteiro de entrevista (agentes institucionais e profissionais)**

Questão de fundo: qual a imagem sobre o usuário de crack que guia as práticas institucionais?

## Questões centrais

- 1) Conte sobre sua trajetória profissional com usuários de crack.
- 2) Como você percebe o problema do crack no Brasil?
- 3) Como é trabalhar com usuários de crack?

## Zonas de exploração:

- 1) Para o senhor, como especialista, quais são os maiores problemas e as possíveis soluções para o problema do crack?
- 2) Como o senhor encara o difícil desafio de lidar com o usuário de crack?
- 3) Quais são os pontos negativos e positivos do seu trabalho?
- 4) O que costuma funcionar e não funcionar no trabalho com o usuário de crack?
- 5) Como os usuários te veem? Qual sua relação com eles?
- 6) Alguns governos têm criado programas para oferecer trabalho aos usuários de crack. O que você acha disso? Qual o tipo de trabalho que eles poderiam desempenhar?
- 7) Muitas igrejas realizam trabalhos com usuários de crack. O que você acha disso?
- 8) Outras instituições não religiosas desenvolvem trabalho com os usuários de crack. O que você acha disso?